

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

Área de Concentração: História Cultural
Dissertação de Mestrado

Às voltas com a República:
Gesto proclamatório e práticas do espaço
no cenário do Rio de Janeiro
(1844-1889)

Aluno: Pedro Felipe Marques Gomes Ferrari
Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria T. Ferraz Negrão de Mello

Brasília, Abril/2008

Dissertação apresentada na Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS). Mestrado em História: área de concentração em História Cultural.

Brasília, DF, 17 de abril de 2008.

Banca examinadora

Prof^a Dr^a Maria T. Ferraz Negrão de Mello

Prof. Dr. David Rodney Lionel Pennington

Prof^a Dr^a Eleonora Zicari Costa de Brito

À leitora,
amante, inspiração; Bárbara

Agradecimentos

À tessitura de cada qual das seguintes páginas agregam-se tantos interlocutores, diretos ou não, a possibilitarem tal aventura. São a confluência de lugares praticados, verdadeiros relicários a abrigarem tantas experiências e, generativamente, construir uma a uma as páginas seguintes através de *minha* memória. A estes espaços, minha gratidão.

A janela de um velho apartamento onde meu pai, em minhas noites insones, fiava-me histórias sobre as luzes despertas – instigara-me ao ofício de *contar*.

A mesa à meia luz de uma mundana lanchonete onde minha mãe alimentara o desejo por seguir com meus sonhos – fizera-me *historiador*.

O não tão longo caminho entre a toca de uma coruja e o portão onde fora selado um laço fundamental aos percalços que logo se revelariam – Bárbara, mordaz ou terna, a fincar-me os pés no chão e tornar-me *mestre*.

As acarpetadas paredes da sala de reuniões do PPGHIS, iluminada pela infalível lâmpada de um retroprojeter, a possibilitarem meu primeiro contato com o professor David Pennington – precioso interlocutor e prontamente disposto a seguir com estas linhas trajetos afora.

O corredor entulhado de portas do mezanino do ICC, fluindo entre aulas e alunos e lições de Teoria da História, a desvelar-me pela primeira vez a professora Eleonora Zicari. Tornara-se, desde então, referência de meus trajetos e alimento de minhas linhas – de orientadora a amiga; e vice-versa.

A abafada sala número AT-064 do Pavilhão Anísio Teixeira, clareada pelo sol de fim de tarde. Abrigara os primeiros encontros com aquela que se tornaria minha orientadora jornada afora, professora Thereza Negrão – calço de cada uma das reflexões aqui pretendidas.

Resumo

O presente trabalho é fruto de motivações e inquietações acerca da relevância do papel da cidade do Rio de Janeiro na história brasileira dos oitocentos. Tomada enquanto prática, a ambiência urbana é entrevistada através do trajeto de Deodoro da Fonseca à manhã da proclamação da República. Feito cicerone, não apenas interpola lugares sincrônicos, mas também memórias a inspirarem a diacronia de tantas histórias a construir-lhe sentidos. Transborda em um mosaico de possibilidades cognitivas e processos; cria uma narrativa. O estudo segue pelas veredas não apenas do espaço, mas também do tempo enunciado pelo gesto proclamatório.

Palavras-chave: Memória, Proclamação da República, Cotidiano, Rio de Janeiro.

Abstract

This work is the result of motivations and concerns regarding the importance of the city of Rio de Janeiro for Brazil's eight hundred history. Taken as lecture, the urban ambience is seen through Deodoro da Fonseca's route in the morning of the Republic proclaiming. As a cicerone, don't just interpolate synchronical spaces, but also memories that inspire the diachronicity of so many stories that suppose meanings. Consider the act as a cognitive possibility and process that builds a plot. The present study follows either the space and the time conjured by the proclaiming gesture.

Keywords: Memory, Republic proclaiming, Quotidian, Rio de Janeiro.

Sumário

Prólogo.....	2
Introdução.....	4
1. O despertar do Rio.....	11
1.1 Retóricas da pólvora.....	12
1.2 Narrativas do bronze.....	25
1.3 Onde se fazem os enredos.....	34
2. Entre encruzilhadas e encontros.....	42
2.1 Os nomes à rua.....	43
2.2 Das janelas dos bondes: distantes cidades.....	48
2.3 Salão-sala.....	59
2.4 A corte do consumo.....	67
2.5 Adiante aos quarteirões.....	78
3. Dos becos e silêncios.....	85
3.1 Aonde mora o passado.....	86
3.2 A cidade-casa e as casas da cidade.....	91
3.3 A estrela que Baltazar não viu.....	101
Temporalidades plurais.....	109
Epílogo.....	113
Corpus documental.....	115
Bibliografia.....	117
Anexos.....	126
Mapas.....	127
Figuras.....	140

Prólogo

Governo Provisório já nomeado, à madrugada de 17 de novembro de 1889 Raul Pompéia, do alto de uma janela do largo do Paço, observava em vigília a movimentação de tropas.¹

Há quase dois dias a família imperial se encontrava sitiada dentro das grossas paredes do edifício. Era uma noite de domingo de ares diferentes ao ordinário. Sentinelas postas à rua e em frente às portas das casas próximas mantinham sob segredo o que se passava.

A partir das três horas - e de modo cada vez mais notável - a guarda tornava-se mais rigorosa. O perímetro do palácio, que no dia 15 assistira bestializado Deodoro dobrar a Ouvidor e alçar à rua Direita, fora tomado por uma linha de baionetas a guardar o que então estava recluso no interior do prédio: resquícios do Império que logo findaria definitivamente.

Os prisioneiros, outrora família reinante, não presenciaram os confusos acontecimentos pela manhã que selara seu destino. A cidade, entre calçamentos e fachadas, havia velado-lhes o cortejo de Deodoro: princesa Isabel e Pedro Augusto, filho de Leopoldina, estavam cada qual em seu palacete; D. Pedro II em Petrópolis, recobrando as forças depois do afamado baile da Ilha Fiscal de alguns dias antes. Não presenciaram a pólvora queimada à praça da Aclamação, a reação do barão de Ladário diante da insurreição do exército, os "vivas" à rua do Ouvidor ou sequer o silêncio travado nas últimas esquinas em direção ao Arsenal de Marinha.

Surpreendidos pelo movimento que, tal qual as salvas de canhão disparados pela manhã da proclamação, não se revelava de forma definitiva, a família fora tomada de assalto pela prisão nos mesmos salões dos quais governara o país desde sua independência. Ora encarados como mera deposição do ministério Ouro Preto pelos militares, Deodoro, Benjamin Constant e Floriano Peixoto à frente, os acontecimentos mudariam de compreensão ao saberem de um Governo Provisório organizado.

¹ POMPÉIA, Raul. "Uma noite histórica". In: *Obras*. Vol. V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 270-4.

Uma República estaria sendo instalada, e ao início da noite "curiosos estacionavam pelas vizinhanças do mercado, das pontes das barcas, na rua Fresca, na rua da Misericórdia na esquina da rua Primeiro de Março" tentando compreender o que se passava, como observado por Raul Pompéia.

Logo, contudo, as patrulhas da cavalaria dispersaram os ajuntamentos mergulhando o paço num profundo ar de melancolia. Estava assim, isolado do restante da cidade, sitiado das demais ruas em uma segregação não apenas espacial, mas também temporal por um cronômetro que fundaria presentes e passados ao supor um futuro arquitetado pela marcha que tomara o Rio de Janeiro na manhã de 15 de novembro.

Introdução

“Inevitavelmente incerto, descontínuo [*sic*], lacunar: baseado numa massa de fragmentos e de ruínas”, é definido o estudo historiográfico por Carlo Ginzburg ao final de seu artigo “Descrição e citação”.¹ Por entre os tortuosos caminhos deste fazer, são erigidos calçamentos ainda mais plurais do que as penas que os objetivam.

O presente trabalho, dissertação de mestrado em História Cultural pela Universidade de Brasília, constitui-se fruto de uma pesquisa que remonta a inquietações iniciadas em meados de minha graduação. O recorte espaço-temporal fora inicialmente pensado em um grupo de pesquisas que, em 2003, tentava discutir a identidade nacional brasileira.² Tornada monografia de conclusão de curso em 2005, entrara em contato com a orientação da professora Thereza Negrão que seguiria, mestrado adentro, acompanhando sua trilha e percalços.

A descontinuidade, feita regra, por muitas vezes reorganizara as ruínas com as quais trabalhava.

Dos primeiros escritos esparsos à forma ora apresentada tantos anos depois diferentes abordagens foram adotadas. Não cabe aqui pormenorizar uma arqueologia meta-histórica deste percurso, mas o reconhecimento da pluralidade auxilia em sua localização.

Salvo raras exceções, as ruínas (ou fontes) pouco mudaram. De toda forma, a arquitetura de seus sentidos se modificava a cada novo arranjo de seu conteúdo. O entendimento desta propriedade do estudo auxiliara a concatenação agora apresentada.

O pretendido representa colocar em relevo um episódio em específico – a apropriação do Rio de Janeiro pelo cortejo de Deodoro da Fonseca à manhã de 15 de novembro de 1889 por meio do trajeto executado. Tornada pedra angular das linhas seguintes, é o elo narrativo a organizar os capítulos e os temas abordados.

Entretanto, o objetivo não é apenas enquadrá-la nos meandros políticos da República que então se instalava ou nos processos que contribuíram à ruína do Império.

¹ GINZBURG, Carlo. “Descrição e citação”. In: *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 40.

² Coordenado pela professora Vanessa Maria Brasil, extinguiu-se ainda no mesmo ano.

Diante da pesquisa histórica, Darnton explora o estranhamento como indício de deixas para o pesquisador. “Quando não conseguimos entender um provérbio, uma piada, um ritual ou um poema, temos a certeza de que encontramos algo”,³ afirma o autor. Por vezes, ainda, o movimento não é apenas de incompreender, mas apenas de ignorar sentidos que, aos contemporâneos, poderiam ser fundamentais.

Parece ser este o caso do trajeto republicano entre os meandros cariocas. Ao voltar-se à rua, o séquito interpola espaços e cria uma narrativa.

Devido à importância conferida politicamente ao ato, uma profusão de fontes referencia o momento. É, assim, um modo privilegiado de vislumbrar a prática cidadina – ao contrário do anonimato de relatos esparsos e pontuais, há séries documentais das mais variadas localizações e naturezas; para além do marco político, evidencia um ponto nodal importante à própria análise da vida cotidiana carioca do período.

Deodoro da Fonseca, portanto, será o cicerone.

É meio de conferir vividez (*enargeian*,⁴ como notado por Ginzburg) à forma do conteúdo. Torna a história palatável ao passo que esmiúça descrições (*ekphrasis*)⁵ possíveis. Típicas expressões que, na Antiguidade, prostravam-se no limiar entre historiografia e retórica, sugerem modos de encarar a verdade. Ginzburg percebe a seqüência partindo da narração, passando pela *ekphrasis* a notabilizar a *enargeian* como modos de se atingir a veracidade a partir do convencimento.

Todavia, diante de novos paradigmas de meados do século XVII, outras responsabilidades foram acrescentadas à preocupação historiográfica. Entre uma gradual criação de códigos de referência – tais quais notas a indicar filiações extratextuais ou o uso cada vez mais efusivo de aspas descentralizando o texto – e uma preocupação cada vez maior com o universo documental, o virtuosismo retórico fora posto sob a ameaça de mascarar o conteúdo.

O largo universo documental sobre o episódio aparentemente simples do ato proclamatório da República brasileira propicia a conciliação entre ambas abordagens: de um lado, a possibilidade de um trato narrativo vívido; de outro, a fartura das aspas e referências reivindicadas pelos Modernos. A preocupação fundamental é, pois, valer-se da

³ DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. XV.

⁴ GINZBURG, Carlo. Op.cit. p. 19.

⁵ Idem. p. 22.

tessitura narrativa como recurso epistemológico a implicar a edificação não de um discurso verídico, mas, antes de tudo, verossímil.⁶

Volta-se, assim, ao entendimento de características emanantes do próprio espaço.

Na noção de “escritura” vinculada por Eduardo Elias ao desenho urbano,⁷ a cidade é vista como variável interveniente ao cotidiano que por ela transcorre. Considerada como canal de uma mensagem institucional, criada pelo emissor “teórico-crítico”, mostra-se ao cotidiano, receptor “crítico-pragmático”, de forma específica. É, em boa medida, mergulhada em uma polissemia evidente: recriada semanticamente entre o emissor institucional e o receptor cotidiano, reapropria-se de sentidos segundo o conceito de metalinguagem;

o desenho urbano enquanto processo projeto-constutivo de linguagem é ele próprio produto e produtor de sua metalinguagem.⁸

Propriedade essa que, guiando tanto o esboço técnico da malha citadina por meio do que seria uma “função imperativa” quanto sua reelaboração pelo cotidiano segundo certa “função poética de linguagem”, estrutura os anseios e os usos do espaço.

É a função poética de linguagem que atuando sintaticamente no desenho urbano pode promover toda espécie de ruptura da função referencial, tornando-a ambígua, abrindo-se à diferenciação na produção de usos imprevistos: paródia, carnavalização, estranhamento, signo novo enfim.⁹

O uso surgindo como meio fundamental à construção pragmática da cidade: pôr em relevo uma de tais utilizações possíveis expondo suas relações e interpolações espaciais, como ao nortear o estudo pelo trajeto de Deodoro da Fonseca, significaria não apenas um recurso estilístico; é a marca do reconhecimento metodológico das especificidades do objeto.

⁶ No artigo em questão de Carlo Ginzburg, tal reconhecimento da matéria-prima do conhecimento historiográfico surge enquanto resposta à incerteza da área de conhecimento. Na historiografia brasileira, o tema ressurge no trabalho de Sandra Pesavento, indicando a verdade enquanto sensação de plausibilidade (Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 41).

⁷ ELIAS, Eduardo de Oliveira. “*Escritura urbana*”. São Paulo: Perspectiva, 1989.

⁸ Idem. p. 117.

⁹ Idem. p. 32.

Assim, o cruzamento do relato de Arthur Azevedo sobre os acontecimentos daquela manhã¹⁰ e o mapa oitocentista da malha urbana carioca¹¹ elucidaria o trato espacial; são estas as ruínas principais do trabalho. Modo de trazer o solo da concretude à análise, pretende-se localizar espacialmente toda a gama de fontes que possam ser somadas ao trabalho.

É, enfim, tentar a diluição das fronteiras entre histórias que se pretendem políticas ou culturais. Seguir, como proposto por Foucault, a

fazer uma “história dos espaços” – que seria ao mesmo tempo uma “história dos poderes” – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat.¹²

Notar as intersecções entre ambas instâncias e explorar suas confluências.

De toda forma, ao considerar-se a cidade como prática, o diálogo de ambiências urbanas resvala para o entendimento de diálogos entre sentidos. Ao itinerário de Deodoro somam-se outras tantas histórias.

Coloca-se em contato, prostrando-se à rua, com outros tantos fluxos. Ao alinhar esquinas, elabora uma versão sobre tanto a cidade quanto sua história.

A narrativa – quer seja espacial, no trajeto de Deodoro, quer seja historiográfica – suscita, pois, uma infinidade de outras tantas histórias.

O Rio de Janeiro, ao ser rompido em esquinas, largos e avenidas, fragmenta-se em um mosaico de anônimas experiências.

Segundo uma lógica artística tanto medieval quanto renascentista, a cidade, representando “ao mesmo tempo a visão do alto [...] e o panorama que ela possibilitava”,¹³ exibia-se segundo um olhar improvável; para Michel de Certeau, um vislumbre próximo ao divino. Tanto ruas quanto fachadas exibidas de um modo totalizante pretendendo abarcar toda a gama cidadina a um só golpe de pena. Ângulos fundidos em um único plano a sugerir um entendimento global, simulacro visual erguido a partir da adição das possibilidades

¹⁰ Publicado em *O paiz*, 17 de novembro de 1902.

¹¹ *Plana da cidade do Rio de Janeiro novamente erecta pelo Vcde. De Villiers de L'ile Adam gravada por H. J. Lonhard*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1850. Arquivo da Biblioteca Nacional.

¹² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979. p. 212.

¹³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 170

ofertadas ao caminhar. Representações guiadas pela pretensão de onisciência, subvertiam o trato cotidiano às ruas que indicavam.

Salvo possíveis anacronismos, a escola artística cubista das primeiras décadas do século XX pretendia algo semelhante. Segundo John Berger, seu principal alicerce era o de

ter a totalidade das vistas possíveis, extraídas de pontos ao redor do objeto (ou pessoa) sendo retratado.¹⁴

Deslocando a visão de si mesma, propunha a caracterização de diferentes olhares em um único plano. Diluindo a possibilidade do invisível ofertada pelo olhar, criava-se como um avesso de pontos de fuga: a falta de convergência dos elementos da cena pleitearia a totalidade de modo muito próximo à representação citadina explorada por Michel de Certeau.

Entre os alvéolos da memória, em lugares onde se cruzam não apenas espaços, mas também tempos, a estruturação da cidade pelos passos traria à tona algo semelhante.

O manejo narrativo do percurso de Deodoro, ao articular tanto meandros políticos quanto seu diálogo com tessituras culturais, permite uma estratégia cubista frente ao objeto. Soma-se aos passos do cortejo republicano outras tantas histórias a traçarem um emaranhado de, pode-se dizer, pequenos contos. Inspiram vividez ao texto, *enargeia* a suporem uma noção de verossimilhança.

Metodologicamente, ao corpo principal de fontes agrega-se outro, composto por fragmentos literários, registros do pequeno comércio nas páginas do *Almanak Laemmert*, notas de diários e correspondências. Como aqui proposto, são encarados enquanto vieses de relatos urbanos múltiplos; a cada qual é atribuído, seguindo um trato micronominal, o valor de história multifacetada. Como em uma atitude cubista, explorar alteridades de experiências e um mosaico de histórias.

Todos, contudo, são norteados por preocupações em comum: organizado pelo encaixe aos meios urbanos pelos quais o ato republicano tornara-se possível, o rol secundário de fontes contribui para a construção de um modelo *generativo* do Rio de Janeiro.

¹⁴ BERGER, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 20.

No primeiro capítulo, *O despertar do Rio*, algumas destas questões serão exploradas mais fortuitamente; refere-se às primeiras horas da manhã do dia 15 de novembro de 1889. Inicia-se com uma salva de vinte e um tiros dada à praça da Aclamação. Uma tela de Bernardelli e a tentativa de Deodoro enquanto herói.

Marco político evidenciado na ruptura militar, logo tende aos meados civis da cidade. Uma vez deposto o ministério Ouro Preto, forma-se o cortejo que se embrenha no Rio de Janeiro. As interpolações se evidenciam, tratos são esboçados ao calçamento da praça da Constituição e largo de São Francisco de Paula. O séqüito se depara com a estátua eqüestre de D. Pedro I: um fundo diacrônico, remetendo à década de 1860, é revelado. Do horizonte militar das fileiras de canhões Krupp e tropas em forma passa-se às fachadas do comércio laico da corte que, atordoada, desperta.

No segundo capítulo, *Entre encruzilhadas e encontros*, atinge-se a rua do Ouvidor. A importância metodológica do trato micronominal é explorada mais atentamente. É onde certos fragmentos da cidade se encontram; do vai-e-vem de bondes, interpolando e fomentando o comércio da rua, tão afamada naqueles tempos, surge um melancólico natal de uma década antes à proclamação. Do quarto de hotel onde se instalara, a alemã Ina Von Binzer atordoada-se com o barulho que, da rua do Catete, sugere uma cidade a se movimentar.

Sob sua janela, desfila José Bevilacqua. Jovem aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, esmerava-se em seus estudos: os rendimentos propiciavam-lhe o contato com ruas ao centro, em especial a Ouvidor. Traslada e compõe pragmaticamente certos trajetos. Unindo-se ao fluxo de *tílburis* e *coupes*, alimenta transformações urbanas cada vez mais em curso.

De meados dos oitocentos, o inglês Bernardo Wallerstein, lutando para manter o prestígio de seu comércio, luta com tempos que parecem se transformar. Gostos, usos e consumos e a esfera pública sendo lançada à aglomeração do comércio da rua do Ouvidor.

Nos dias imediatamente anteriores à articulação militar da República, boatos. Correm entre círculos de contatos e consumo. A rua conspira.

Mas, à medida que Deodoro segue quarteirão por quarteirão rumo à rua Direita, outras histórias são evocadas. Metodologicamente, reflete-se sobre a historiografia do ato e a importância do episódico. Diante do cortejo, os tons de modas, cafés e conversas agitadas

nos círculos de confeitarias desaparecem. Aos poucos surge um outro Rio, de tabernas e cortiços.

No terceiro capítulo, *Dos becos e silêncios*, chega-se à rua Direita.

Depara-se com o paço citadino do Imperador. Ao longo do dia, o prédio tornar-se-ia prisão da família até então reinante, mas àquela hora da manhã estava vazio, desertado. O cortejo se cala.

Poucos anos depois, Machado de Assis inventaria a tais espaços enquanto residência de sua memória dos anos idos. Recordava fatos de outrora que, naquele período de República a se consolidar, soava-no como profundamente distante. O ano era de 1893, a ocasião, a morte de seu amigo, o livreiro Garnier.

O cortejo, seguindo ao Arsenal de Marinha, interpola outras histórias.

Uma contenda entre Cândida das Dores e Elói Brandão, em 1879, inspira usos e desusos do tipo de habitação no qual moravam – uma das tantas estalagens da região. Um outro *ethos* é entrevisto; e, com ele, distintos usos de recantos da cidade tão distantes dos boatos aos quais o cortejo republicano era tributário.

No natal de 1904, Dudu explica a João do Rio o presépio que sua comunidade, a Rei de Ouros, montara. Símbolos e versões outras àquelas que o cronista esperava.

Das impressões verossímeis alinhavadas pelo fazer historiográfico, sugere-se uma imagem do Rio de Janeiro – objeto farto de sentidos e abordagens possíveis.

1. O despertar do Rio

O general Deodoro não foi senão um segundo Caramuru. Assim como Diogo Álvares se fez quase adorar pelos indígenas disparando uma espingarda, ele fez aclamar a República no Campo de Santana dando uma salva de vinte e um tiros. O povo de 15 de novembro, que não conhecia a linguagem política da artilharia, é o mesmo gentio do Descobrimento que não conhecia a detonação da pólvora.

(Joaquim Nabuco)

1.1 Retóricas da pólvora

Eram pouco mais de nove horas da manhã daquele 15 de novembro de 1889. Na cidade do Rio de Janeiro, uma certa movimentação quebrava o ordinário do trato acerca do tecido citadino. À praça da Aclamação, no centro da malha, há cerca de uma hora uma fileira de dezesseis canhões Krupp já apontavam para o prédio do Quartel General do Império brasileiro. Unidos a um numeroso contingente militar que durante a madrugada esteve aquartelado no distante bairro de São Cristóvão, ameaçaram durante uma longa hora o Ministério Ouro Preto do visconde que então se refugiava no interior do edifício sitiado. Em seu interior, dois batalhões de infantaria, um corpo de marinheiros e uma força de bombeiros guarnecidos de uma metralhadora preparavam-se para um possível conflito.

Montado em seu cavalo, o general Deodoro da Fonseca prostrava-se à frente da entrada principal do quartel impacientado pela “atitude irresoluta do governo”. Segundo Ernesto Sena, o general,

em um movimento de ardoroso entusiasmo e não menos arrojada temeridade, penetrou no quartel passando entre as forças do Governo ali reunidas, sendo recebido com músicas e aclamações.¹

À frente do prédio, a linha de artilharia sublevada preparava sua pólvora para a salva de tiros que logo se sucederia. Abriria, enfim, um marco – sua interpretação, contudo, dar-se-ia de modo múltiplo.

A primeira descarga de munição ecoava pela praça.

Lançando raízes por entre os integrantes dos regimentos militares e os civis que ali assistiam ao episódio, a fumaça da artilharia sublinhava algo novo. Delineava um marco, uma baliza, no presente, a escrutinar discrepâncias entre o passado e o futuro.

Norbert Elias, refletindo acerca das possibilidades de abordagem sobre a temporalidade, aponta interessantes levantamentos. Caracteriza a reificação do termo “tempo” em sua forma substantiva como solo estéril à reflexão – expressões tais qual

¹ SENA, Ernesto. *Deodoro: subsídios para a História*. Brasília: Senado Federal, conselho editorial, 1999. p. 102.

“medir o tempo” seriam redundantes; o tempo é sua própria medição. Eis que propõe modelos verbais como “temporalizar” ou “sincronizar” enquanto modo de escapar à armadilha em se “personificar abstrações”.² Tal artifício significaria o reconhecimento do tempo enquanto correspondência relacional entre acontecimentos: *sincronizações* enquanto instrumentos de concatenação, arrolamento de eventos.

À praça da Aclamação, o momento era forjado com mais uma bateria de tiros.

Em *A montanha mágica*, Thomas Mann articula diversas reflexões sobre o tempo. Hans Castorp, seu personagem, certa feita nota que

para que o tempo fosse mensurável, seria preciso que decorresse de um modo uniforme; e quem lhe garante que é mesmo assim? Para nossa consciência não o é.³

O romance, em boa medida, é organizado em torno de tais questionamentos. Hans Castorp, reiteradamente, questiona-se acerca dos usos temporais – *sincronizações* – empregados a seu redor. Era então interno do Sanatório Internacional de Berghof, encravado nas montanhas, isolado não apenas espacial, mas também temporalmente por meio das práticas ordenadoras do tempo nele empregadas.⁴ Nota ele, ainda, que

o tempo nada mais era senão uma “irmã muda”, uma coluna de mercúrio totalmente desprovida de escala, para aqueles que quisessem trapacear.⁵

A artilharia, no centro do Rio de Janeiro, desferia mais uma salva de tiros.

Parecia, antes de tudo, propor uma certa escala à coluna de mercúrio – a cadência da pólvora marcando a pretensão de uma estrutura granular do tempo.

Peter Galison, historiador da ciência, indica a inquietação de Einstein ao encarar o tempo enquanto fenômeno como derivada da discussão de técnicas para *sincronizar* relógios espacialmente distantes. O problema do tempo expandir-se-ia para a problemática do espaço:

² ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 37.

³ MANN, Thomas. *A montanha mágica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 94

⁴ É Paul Ricoeur que, entrevendo tal romance, tece a análise de que “a oposição espacial redobra e reforça a oposição temporal” (RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: tomo II*. Campinas: Papirus, 1995. p. 200)

⁵ MANN, Thomas. Op.cit. p. 127.

se, por exemplo, eu digo “aquele trem chega aqui às sete horas”, quero dizer algo assim: “o pequeno ponteiro do meu relógio apontar para o sete e a chegada do trem são eventos simultâneos”.⁶

O cronômetro, fundando diferenças dentro do fluxo temporal, surgiria como elemento a forjar diferentes instantes. O tempo, dotado de certo caráter relacional, fundaria uma certa ordem.

Mais uma vez, a artilharia entoava seus tiros à praça.

Badalando sua pólvora, supunha um outro tempo fronteirizado àquela manhã de 15 de novembro.

Henrique Flemming caracteriza o tempo como desprovido de uma estrutura granular – diante da impossibilidade do instante seguinte, não seria fruto da cadência entre momentos. Segundo o autor,

a existência de um sentido, que distingue o futuro, presente e passado, é a chamada ‘flecha do tempo’⁷

Tal nuance do trato temporal, propondo inconstâncias e diferenças, seria, enfim, marcada pelo compasso de cronômetros a sincronizarem o mundo social. Por entre aqueles que assistiam à salva de tiros desferida em frente ao Quartel General do Império brasileiro, a inquietação diante daquilo que seria uma espécie de clepsidra a, lentamente, gotejar um outro instante, tomava formas de uma pretensa “flecha do tempo”.

Mais pólvora era queimada diante da fortaleza do ministério Ouro Preto.

Alguns cronistas, identificados por Emília Viotti como positivistas, posteriormente entoariam tais baterias da artilharia como “uma decorrência natural do processo histórico”.⁸ Fruto de certa ordem natural, o instante forjado à praça da Aclamação seria mero reflexo do progresso a vitimar o passado em prol de expectativas futuras. Enfim, a “flecha do tempo” como algo irreversível a criar idos e vindouros segundo o desenlace temporal. A salva de

⁶ Do inglês “If, for instance, I say, ‘that train arrives here at 7 o’clock’, I mean something like this: ‘the pointing of the small hand of my watch to 7 and the arrival of the train are simultaneous events’”. GALISON, Peter. *Einstein’s clocks, Poincare’s maps*. New York: W. W. Norton & company, 2003. p. 18-9.

⁷ FLEMMING, Henrique. “O enigma espaço-tempo”. In: *Humanidades*. Brasília: ed.UnB, maio-julho/2005, nº 51, p. 103.

⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 2ª ed. São Paulo: Livraria editora ciências humanas Ltda., 1979. p. 293.

tiros que ora ecoava por entre as estreitas ruas do Rio de Janeiro não seria, portanto, feito unicamente dos gatilhos acionados – era o tempo em si a sincronizar o país segundo seu próprio ritmo progressista.

Portanto, estes postulados fomentariam o entendimento e a valoração de momentos anteriores e posteriores a tal divisão. De toda forma, ignorariam a passagem, os limites e marcos definidores de diferenças. Uma vez entendido como rito a separar passados e futuros, outras questões poderiam ser levantadas ao cronômetro instalado à praça da Aclamação. Como observado por Bourdieu,

ao marcar solenemente a passagem de uma linha que instaura uma divisão fundamental da ordem social, o rito chama a atenção do observador para a passagem (daí a expressão rito de passagem) quando, na verdade, o que importa é a linha.⁹

Outra bateria de tiros, diante do Quartel General, reiterava a passagem temporal.

Sobre os meandros da memória, Ecléa Bosi percebe semelhante artifício. Volta sua atenção para

a sucessão de etapas na memória que é toda dividida por marcos, pontos onde a significação da vida se concentra: mudança de casa ou de lugar, morte de um parente, formatura, casamento, empregos, festas.¹⁰

A memória, talhando com seus marcos, ordenaria a experiência imprimindo-lhe certos sentidos; em outras palavras, a *flecha do tempo* assim seria fundada por entre pontos a indicarem-lhe nortes. São, enfim, reminiscências narradas¹¹ – e expõem a narrativa que tecem por entre as balizas que as fronteirizam; princípios, meios, fins.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 98.

¹⁰ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. 12ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 415.

¹¹ Cf. Idem. p. 84-91

No Rio de Janeiro, os estampidos da artilharia sublevada suporiam a feitura de um ponto de significação, esquadro a propor uma síntese narrativa do tempo.

Reinventando o tempo, mais estampidos podiam ser ouvidos à praça.

De toda forma, tal fronteira temporal não se daria de modo unívoco. Diferentes imagens, entre tantos centros de perspectivas ofertados pela cidade naquela manhã, surgiriam por entre a intrincada malha urbana do Rio de Janeiro.

Henrique Bernardelli, em seu óleo de 1893, suporia uma de tantas versões sobre o que a pólvora da artilharia tentava retorizar. Em sua tela, o general Deodoro e o cavalo que o ergue definem os limites da representação.¹² O militar, à frente de suas tropas, surge impetuoso diante do Quartel General à praça da Aclamação. As margens preocupam-

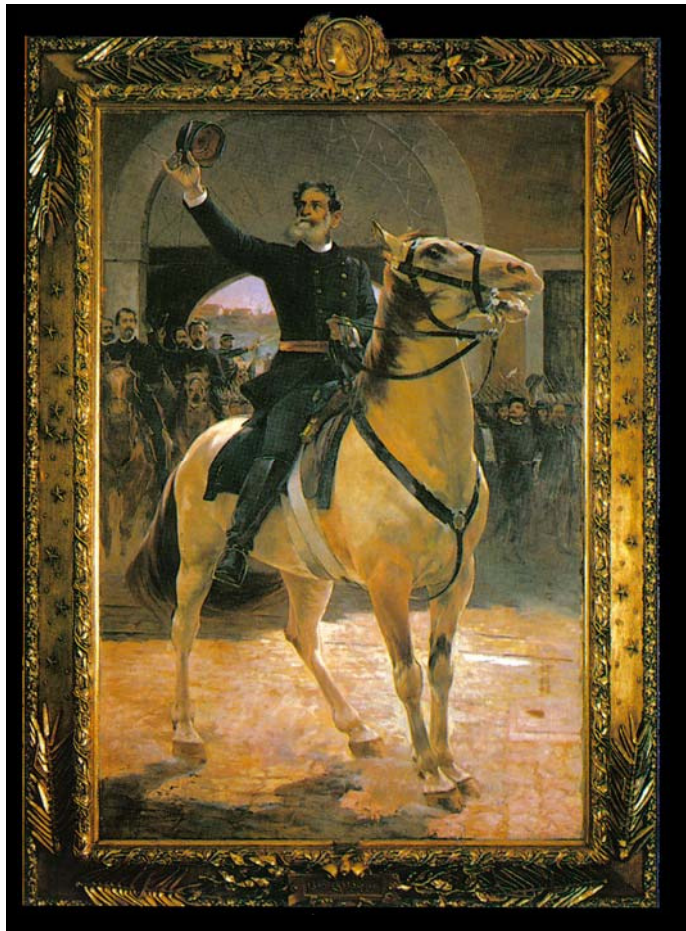


Fig. 1; “A proclamação da República”, Henrique Bernardelli. Academia Militar de Agulhas Negras.

se em conter minuciosamente o agente do ato. Seu braço direito, erguendo a barretina, compõe a harmonia da tela – proclama o ato. A mão esquerda, contudo, contem-se junto ao corpo do general. Retesa as rédeas do animal – ao contrário do militar, inquieto – a indicá-lhe o objetivo e rumo; não sem antes perturbar a poeira ao chão da praça.

José Murilo de Carvalho nota certo intuito “deodorista” na obra de Bernardelli. Afinal, seu protagonista é exibido como o “grande homem vitorioso, fazedor da história”.¹³ Proclamado herói, em primeiro plano ocupa, sozinho, toda a claridade daquele manhã de

¹² Cf. fig. 1

¹³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 40.

novembro. Ao fundo e à sombra, Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva a cavalo e Aristides Lobo a pé assistem ao ato que não lhes pertence. As margens da tela cortam alguns dos espectadores a dirigirem seus olhares ao personagem em destaque.

Outra salva de tiros ecoava cidade adentro.

No mosaico iconográfico proposto por Bernardelli a concatenar um enredo de memória apóia-se extensa discussão acerca dos “vivas” desferidos na ocasião. Sebastião Bandeira indica “vivas” partidos das tropas e dirigidos a Deodoro.¹⁴ Ernesto Sena aponta “vivas” à República bradados pelos propagandistas republicanos que, na representação de Bernardelli, ocupam o segundo plano.¹⁵ Segundo Lilia Schwarcz, outras interpretações atribuiriam ao próprio Deodoro, barretina em punho, o “viva à República” que fortaleceria o herói como fundador do regime, em frente ao Quartel General, agitando as tropas. Contudo, a historiadora ressalva essa hipótese: o general teria, segundo ela, aclamado “vivas” ao Imperador, ato “regimental [que] significava a unificação do Exército e certa cautela com a separação”.¹⁶

Mais uma vez, José Murilo de Carvalho lança interessantes questões sobre tais narrativas da memória. Diante da guerra de “vivas”, percebe, para além do que chama pejorativamente de *petite histoire*, modos de entender os futuros ora pretendidos a partir da construção memorial do passado. Nota que,

na luta pelo estabelecimento de uma versão oficial para o 15 de novembro, pela constituição de um panteão republicano, assim como se deu e geralmente se dá em todos os momentos de transformação política, estava embutido o conflito pela definição do novo regime.¹⁷

Urgindo sentidos, os canhões Krupp descarregavam mais uma vez sua munição.

À pólvora unem-se diferentes discursos de modo a relacioná-la a tantos marcos. Para uns, o anúncio a *sincronizar* a cidade a outro tempo, republicano; para outros, a marca da deposição de um ministério imperial: como para Heitor Lyra, a postular que

¹⁴ SENA, Ernesto. Op.cit. p. 143-4

¹⁵ Idem. p. 111.

¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 458.

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. Op.cit. p. 38.

só no correr do dia é que, confirmando-se em público a destituição do Ministério, se soube do carácter republicano que iam tomando os acontecimentos.¹⁸

Marcas de um tempo tomado enquanto prática, os brados da artilharia abriam-se em possibilidades de recepção. Uma vez lida, a pólvora seria revestida por figurações a conotarem espaços semânticos plurais. Seu texto, tomado como ato conjunto entre o emissor – a artilharia – e o receptor – a cidade pela qual seus estrondos ecoavam –, abria-se em possibilidades. Enfim, é pluralizado em um “trabalho de refiguração da experiência”¹⁹ no qual a memória é posta em relevo enquanto instrumento criativo de uma narrativa.

De toda forma, o Rio de Janeiro não poderia ser entendido como organismo unicelular e coeso. É um espaço a abrigar distintas intenções e, como tal, lançaria plurais entendimentos a comporem diferentes contextos. Surgiam, pois, versões muitas vezes contraditórias a caracterizar “a nação exibindo, aos pedaços, o corpo de seu povo que a República ainda não foi capaz de reconstituir”,²⁰ inquietação com a qual José Murilo de Carvalho encerra seu estudo.

Mais pólvora era queimada no centro da cidade.

Suas leituras, de toda forma, parecem norteadas por

mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.²¹

No caso, conflitos imagéticos da memória entre diferentes grupos – o que Roger Chartier esmiúça enquanto “lutas de representações”. Assim sendo, seguir as pistas da circulação de tais formações discursivas significaria deparar-se com construções sociais. Propor uma cidade a confrontar-se com o novo – e que, diante da artilharia, tece memórias para além dos debates oficializadores estudados por José Murilo de Carvalho em sua guerra pela apropriação dos “vivas”.

Mais uma salva de tiros confunde as narrativas de memória.

¹⁸ LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II*. Vol 3: o declínio. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 186.

¹⁹ CHARTIER, Roger. “Introdução” In: *História Cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed. Rio de Janeiro/Libsoa: Difel/Bertrand Brasil, 1990. p. 24

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. Op.cit. p. 142.

²¹ CHARTIER, Roger. Op.cit. p. 17.

Próximo à praça na qual se instalara tantos embates entre memorializações do ato, na rua do Riachuelo, o criado de Arthur Azevedo acordava seu patrão aos gritos.²² “Fizeram a República!”, informava-lhe alarmado. Contudo, Azevedo, retrucando-o com um sonoro “ora, vá para o diabo!”, voltava-se para o lado, adormecendo novamente.

Pouco tempo depois o criado retornaria ao quarto e, mais uma vez, tentaria colocar seu patrão a par do que acontecia.

O som dos canhões fazia-se ouvir mais uma vez.

O barulho, ecoando por entre as estreitas ruas da cidade, assusta Arthur Azevedo, que logo desperta. “Que tiros são aqueles?”, interroga seu criado. A resposta, memorializando o ocorrido, tecia uma narrativa, ainda que breve: “é a guerra, patrão! Já mataram o ministro da Marinha! Fizeram a República!”.

A boataria, de algum modo, rompia as esquinas e possibilitava narrativas sobre o que então ocorria na cidade. Valendo-se de uma intrincada rede de contatos anterior ao ato sincrônico das tropas insurretas, recriava aquela manhã de novembro.

Outra descarga de munição tentava acordar o Rio de Janeiro.

“É a guerra, patrão!”, os tiros tomavam para si novas significações; “já mataram o ministro da Marinha!” Referia-se ao barão de Ladário. Segundo Ernesto Sena, o barão teria recebido ordem de prisão de Deodoro ao chegar à praça vindo do Arsenal de Marinha. Ladário, contudo, resistira à intimação atirando contra o tenente Adolfo Peña e o próprio general Deodoro – errara, entretanto, ambos disparos. Os insurretos, neutralizando o Ministro, feriram-no “por balla, espada e coice d’arma”.²³ De toda forma, não morrera – cambaleante, fugira por entre as ruas do Rio de Janeiro.

A versão concatenada no relato dirigido a Arthur Azevedo, entretanto, recria, funde, interpreta – ao passo que arrisca uma conclusão: “fizeram a República!”.

Seu interlocutor, tecendo uma outra memória, pondera:

não, eu não podia acreditar que houvessem feito a República, mas não tinha dúvida que alguma coisa de extraordinário se passava.

O extraordinário era exposto por mais pólvora a ecoar pelas ruas.

²² Conforme relato de Arthur Azevedo em *O paiz*, 17 de novembro de 1902

²³ SENA, Ernesto. Op.cit. p. 101.

A marca temporal proposta pela salva de tiros é esquatejada em diferentes sentidos possíveis. Na cidade, o ato sincrônico laiciza-se; é, enfim, exposto a redes de contato diacronicamente arquitetadas entre seus habitantes. E, assim, refaz-se em outros sentidos diante da capacidade criadora da recepção.

Arthur Azevedo, depois de um breve banho, corre à rua em busca de outras notícias – ou versões. Parece, então, tentar ativar uma cadeia de contatos que lhe era familiar. Logo o jornalista Carlos Bernardino de Moura, com o qual estava de relações rompidas, aproxima-se apressado. Questiona-o sobre uma possível confirmação dos boatos que ouvira; “é certo que a República foi proclamada? Pergunta elle”. Arthur Azevedo, contudo, reitera a incerteza perante a manhã que não se resolve – “assim me disseram, respondi eu, mas não sei nada...”

Ao que, por fim, afastam-se. Carlos de Moura segue, apressado, rua adentro em busca de outros testemunhos que se pretendam mais definitivos. Em seu relato, Azevedo desabafa que

julguei que o 15 de novembro nos houvesse reconciliado um com o outro; mas, quando, alguns dias depois, o encontrei de novo, não me falou.

Em uma intriga urbana de contatos, o ato momentâneo militar era então territorializado: seus sentidos políticos nutriam-se dos encontros esbarrados nas ruas cariocas.

Por entre tais nuances urbanas que Machado de Assis soergue *Esau e Jacó*. Aires, que estava ao Passeio Público àquela altura da manhã, nota

que a pouca gente que havia ali não estava sentada, como de costume, olhando à toa, lendo gazetas ou cochilando a vigília de uma noite sem cama.²⁴

Ao contrário, conversavam animadamente. Por entre frases, ouve assuntos sobre Deodoro, batalhões, campo, ministério. Suspeitando de algo, segue até o largo da Carioca.

A poucas esquinas dali, os canhões vomitavam mais pólvora.

²⁴ ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. São Paulo: Editora Egéria Ltda, 1978. cap. LX.

“Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho”, mas, esclarece, “nenhuma notícia clara nem completa”.²⁵

Em sua condução, o cocheiro lhe esmiúça mais uma versão do ocorrido:

falou de uma revolução, de dois ministros mortos, um fugido, os demais presos. O Imperador, capturado em Petrópolis, vinha descendo a serra.²⁶

O condutor, pondo-lhe a par de um passageiro que a pouco teria pego seu *tilbury*, caminha em meandros tortuosos da memória:

A princípio pensei que tinha sangue nos dedos, mas reparei e vi que era barro; com certeza, vinha de descer algum muro. Mas, pensando bem, creio que era sangue; barro não tem aquela cor. A verdade é que ele pagou o dobro da viagem, e com razão, porque a cidade não está segura, e a gente corre grande risco levando pessoas de um lado para o outro.²⁷

Recordações, tomadas de assalto pelo fluir das ruas da cidade, a engendrarem histórias distintas sobre as primeiras horas daquela manhã. Considerá-las, contudo, como meramente inauguradas ao som dos estampidos da artilharia disposta à frente do Quartel General poderia conduzir a equívocos.

Os estampidos, contudo, mais uma vez ressoavam pelas ruas da cidade.

Arthur Azevedo fora acordado por seu criado – relação possibilitada por outras vivências àquelas de 15 de novembro de 1889. Desculpando sua primeira reação de indiferença ao alarde do empregado, narra-o como um

verdadeiro typo de Jocrisse. Outro qualquer indivíduo que me arrancasse nos braços de Morpheu, dizendo-me que estava feita a República, seria, talvez, tomado a sério.

Ao contrário, enfim, daquele que então o despertava, qualificado por Azevedo como “estúpido”. Justificando-se, relata que seu criado já o “havia acostumado aos seus contínuos

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

disparates” – remetendo-se a um fundo diacrônico de modo a tornar inteligível seu ato sincrônico, ergue sua narrativa.

Outra salva de tiros reafirma a interrupção do cotidiano.

Tal relação dialética entre temporalidades pretensamente distintas repete-se em todo seu relato. Os tiros soavam ao empregado de Arthur Azevedo como indícios de guerra; para o autor, representavam “alguma coisa de extraordinário [que] se passava”. Se, como notado por Eleonora Zicari sobre a construção historiográfica, “os textos são o único contexto a que temos acesso”,²⁸ tais narradores cariocas, em suas memorializações dos tiros à praça da Aclamação, valem-se de instrumentos semelhantes. Indicam compreensões que, baseadas em textos – de naturezas variadas – com os quais entraram diacronicamente em contato, multiplicam tantos contextos sobre o ocorrido.

É, contudo, à rua que Azevedo segue no enalço de outro horizonte textual a compor-lhe aquela manhã de novembro. Alçando espaços, territorializa a si e sua memória.

A cidade, revelando-lhe de modo fragmentário o fluxo de boatos, sugere construções do social. É por entre suas esquinas que encontra interlocutores, como Carlos Bernardino. O acaso de encontros sincrônicos, de toda forma, apontam para outros tempos – conheciam-se de longa data e, apesar de estarem de relações rompidas, o trato diacrônico aproxima-os em interrogações mútuas.

Outra carga de munição é estourada.

A retórica da pólvora, portanto, parece dispor de uma gama de possibilidades da circulação de tantos diferentes discursos.

Sobre este solo de verossimilhança que o romance de Machado de Assis é calcado.

Aires, contemplando conversas truncadas por entre as calçadas do Passeio Público, ergue uma prática sobre o espaço de modo a escrutinar outros detalhes: segue ao largo da Carioca. Como buscando território, arrisca estruturas possíveis do convívio. Colocando-se entre margens sociais – posto que também relativas ao espaço – diacronicamente familiares, segue à procura de textos que possibilitem-no a articulação de um contexto seguro.

²⁸ BRITO, Eleonora Zicari Costa de. “O campo historiográfico: entre o realismo e as representações”. In: *Revista Universitas/FACE-História*, vol I, nº 1, Brasília, 2003. p. 19.

Pois é exatamente no exemplo latente de tal circulação, o *tílbury* do transporte citadino, que encontra o relato que mais lhe despertara a curiosidade: a narrativa tortuosa do cocheiro. Eis que o espaço, desdobrando-se generativamente por entre tantos trajetos, desvela sinais da apropriação do tempo inferidas da pólvora queimada à praça da Aclamação.

Os canhões, mais uma vez, reiteravam seu marco.

A extensa discussão acerca do mito fundacional orbita em torno de tais espaços citadinos. Dos franzidos da memória, ao ato político – mera deposição do Ministério ou proclamação de novo regime – é sublinhado pela praça da Aclamação.

Mesmo na tela de Henrique Bernardelli o espaço apóia a exaltação de Deodoro. Ao fundo, a arquitetura compõe a representação do herói: seus arcos circundam a cabeça do militar emoldurando seu olhar altivo – atitude que, serenizando-o, funda a diferença em relação aos personagens ocupantes da sombra, ao fundo.

O espaço, assim, é apropriado como coroador do general.

O fundo diacrônico da praça, contudo, seria refigurado posteriormente: no novo regime a praça da Aclamação seria renomeada como “da República”. Seu antigo nome remeteria a outros tempos: evocar-se-ia como palco da coroação de D. Pedro I em 12 de outubro de 1822 e de seu filho, D. Pedro II, em 1841. Por meio do nome, a alteridade fazer-se-ia presente.

Redefinindo papéis urbanos, mais pólvora era queimada pelos canhões.

Os estampidos, além de marcos temporais da memória, criariam diferenças a revestirem o próprio espaço citadino. Fomentariam a criação de uma alteridade em relação a um passado, segundo o proposto, vencido.

A praça, ignorada enquanto espaço da aclamação do regime já deposto, em um jogo de sincronizações distintas é reinventada. Não apenas tempos e balizas são substituídos, mas também heróis, coroas e nomenclaturas. Seria, assim, a praça da República.

O último dos 21 tiros da artilharia Krupp rasgava o ar. Seguia-se o silêncio.

Entretanto, ao calor da sincronia da anunciação temporal, os boatos incendiavam a cidade, atônita, que despertava da noite anterior.

A aglomeração em frente ao Quartel General, então, aos poucos seguia tecido urbano adentro. Seu destino é o Arsenal de Marinha, mas em seu entreato o cortejo

desfilaria por ruas, venceria esquinas e exhibir-se-ia por entre fragmentos espaciais do Rio de Janeiro.

Se à praça – da Aclamação ou da República – a sincronia do ato marcava um outro tempo, como muitos interpretariam, a relação espaço-temporal então seria demarcada segundo outras cadências. Por entre as ruas o séquito dialogaria intimamente com tal passado: prostar-se-ia, enfim, diante de encontros diacronicamente tecidos como possíveis. Desvelariam-se outros personagens – como Aires ou Arthur Azevedo – a cotidianizarem a leitura do ato. A artilharia, calada, cederia lugar à cidade com a qual era posta em íntimo diálogo.

E dobra a esquina.

1.2 Narrativas do bronze

O cortejo de Deodoro da Fonseca, apropriando-se da cidade, aos poucos submergia malha adentro. Deixara o campo da Aclamação pela rua da Constituição – e se conduzia aos largos do centro citadino. Ao passo que a salva de 21 tiros dos canhões Krupp ainda reverberava por entre os entendimentos, recriando-a e inferindo-lhe tantos diferentes sentidos, o general adensava sua comitiva diante do cotidiano que ora interrompia. Alinhavando esquinas e espaços, traça impressões sobre a corte que então desafiava.

O caminhar é tomado como máquina narrativa do espaço. Organiza cadenciando sob ritmos particulares o urbano. Ao interpolar espaços, sugere ambiências postas de permeio à cidade que buscava significações sobre a recente salva de tiros diante do quartel general da praça da Aclamação.

Acompanhar o trajeto proposto seria, portanto, aproximar-se de uma pragmática espacial.

Maria Kohlsdorf, no encaço de uma abordagem *topoceptiva* do objeto urbano, nota que considerar o percurso como delimitador da análise significa aceitá-lo enquanto “síntese entre espaço e tempo”.¹ Reconhecer os modos pelos quais ambas características dialogam seriam, para um intuito historiográfico, de suma importância.

“Os jogos dos passos moldam os espaços. Tecem os lugares”,² postula Michel de Certeau. As trilhas abertas pelo caminhar seriam modos de relacionamento com o todo espacial: enunciações fundadoras dos lugares praticados; estariam para a malha urbana tal qual o ato enunciador se levanta frente à língua. Nesse sentido, de Certeau aponta uma tríplice função “enunciativa”:³ apropriação, a tomar fragmentos do sistema *topográfico*; realização, criando a existência do lugar; relação, movimento espacial a colocar em contato diferentes pontos por meio de alocações.

Deodoro da Fonseca, transpondo espaços, reinventaria, assim, o todo citadino a partir de seus fragmentos.

¹ KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma de cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. p. 77.

² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 176.

³ Cf. Idem. p. 177.

À praça da Constituição, depara-se com a estátua eqüestre de D. Pedro I. Imortalizava o primeiro Imperador, Carta Constitucional em punho, sobre rico pedestal ornado por símbolos nacionais. Prostrada no centro da praça, não se limita ao bronze a lhe figurar a forma - seus sentidos, tal qual a pólvora queimada naquela manhã de 1889, sugerem a pluralidade de experiências urbanas. Erguem, enfim, fronteiras temporais, constituição e independência, diferentes àquelas trazidas à tona pelo trânsito de Deodoro. Em meio aos entrecruzamentos das esquinas, o encontro dos dois heróis toma para si ares do choque entre diversas temporalidades; no espaço da cidade ganham fôlego os passos do cortejo.

É, portanto, uma relação *topoceptiva* encarada pelo uso proposto do espaço enquanto apropriação da *topografia* a permitir tal encadeamento.

Ao referenciar visualmente a cidade, o momento sincrônico delinea marcos. Entretanto,

tais possibilidades dependem da natureza da memória do observador e, como essa se estrutura a partir de sua biografia de socialização, a interpretação de informações é definida culturalmente.⁴

No encaço de pistas espalhadas por entre as esquinas da cidade, o caminhar organiza, no presente, indícios de passados supostos. Afinal,

o que rege, em última instância, a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra.⁵

A cadência imposta pela prática às ruas inspira uma reorganização de tal universo fragmentário. O cortejo seria, assim, uma narração – ao passo que, a partir do instrumental presente, supõe a concatenação de um enredo.⁶

O intuito por conhecer, desenhando estratégias heurísticas, redefine o terreno citadino. Segundo uma abordagem *topoceptiva*, há “momentos durante o trajeto onde há registro perceptivo, ou onde ele é mais intenso”.⁷ A apropriação discursiva da cidade dá-se

⁴ KOHLSDORF, Maria Elaine. Op. cit. p. 77.

⁵ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. 12ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 63.

⁶ Cf. BOSI, Ecléa. Op. cit. p. 89-91.

⁷ KOHLSDORF, Maria Elaine. Op. cit. p. 81.

através das partes – afinal, “a percepção é seletiva, não abrangendo todo o universo real disponível ao observador”.⁸ Em uma abordagem cultural do trajeto, tais “estações”, como nomeado por Kohlsdorf, seriam marcadas por leituras calcadas na semântica visual – no trajeto daquela manhã de 15 de novembro Rio de Janeiro adentro, diferentes discursos seriam confrontados.

Frente a frente, Deodoro da Fonseca e a estátua do primeiro Imperador brasileiro confrontavam sentidos à praça da Constituição.

As “estações” perceptivas, ao se articularem em argumentos, supõem uma *tópica*, “sistema empírico de coleta”, “arte de coletar informações e fazer emergirem argumentos”.⁹ O monumento em bronze, assim, representaria um *tópos*, fragmento indiciário a compor intrigas epistêmicas.

De toda forma, à peça exposta na praça e sincronicamente revelada ao cortejo, outros sentidos, diacronicamente debatidos, lutam por compor a narrativa espacial.

A estátua fora inaugurada há vinte e sete anos, em março de 1862; dias antes das comemorações a cidade já parecia se movimentar para os festejos. No *Jornal do Commercio* do dia 23 do mesmo mês, pequenas notas indicavam apropriações do bronze.

Em algumas poucas linhas o corpo comercial da corte pede à Câmara Municipal que, por ocasião dos festejos, seja declarado feriado. E se justifica: uma vez que representa “tanto regozijo para todos os Brasileiros”,¹⁰ tal ocasião também deveria ser celebrada pelos comerciantes da corte. Há, por entre estas linhas, certo tom patriótico diante da “inauguração da estátua do fundador do Império”. Concluindo a breve nota, assina-se “um monarchista”. O rótulo político surge como delimitando um espaço retórico, assinatura a inscrever a breve nota em um processo mais amplo.

De toda forma, e na mesma edição do jornal, surge outro modo de figurar a inauguração. Trata-se de um pedido dos “presos por abuso de imprensa”;¹¹ dirigem-se diretamente a D. Pedro II pedindo a graça de serem perdoados de modo a assistirem aos “brilhantes festejos”. Não há, entretanto, apelo ao valor nacional do acontecimento como na nota do corpo comercial – outros tons são conferidos ao bronze da estátua. A designação

⁸ Idem. Ibidem.

⁹ CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2006. verbete “tópos”.

¹⁰ *Jornal do Commercio*, 23 de março de 1862

¹¹ Idem.

dos personagens envolvidos é arquitetada de modo tortuoso: o Imperador então entronado é denominado como “sucessor do Sr. D. Pedro I”; o estadista homenageado é figurado como “grande pai de S.M.I. o Sr. D. Pedro II”. Os sentidos estabelecidos entre ambos personagens são aproximados e, entre a estátua e aquele ao qual é confiado o pedido de perdão são reiteradas íntimas ligações. Não é no apelo ao “regozijo de todos os Brasileiros”, como posto na nota do corpo comercial, que tal discurso se apóia – ergue-se sobre outros solos semânticos.

Entre o pedido pessoal de perdão e o apelo à opinião do que supõe a totalidade nacional, cada nota apreende o monumento segundo diferentes tonalidades. Cada qual dos autores intuem uma classificação social na qual enquadrar seu discurso. Desenham fronteiras sociais a demarcarem sentidos, representações,

esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações colectivas as demarcações da própria organização social.¹²

Tal como diante da artilharia do cortejo de Deodoro da Fonseca décadas depois, a cidade se apropriava dos sentidos da estátua de D. Pedro I de modo plural. Os jornais citadinos, tomados como palco privilegiado dessa pluralidade, oferecem ricos indícios sobre tais lugares engendrados em seus discursos.

Um artigo incendiário de Teófilo Ottoni, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 24 de março de 1852, trouxe certo incômodo sobre a estátua a ser logo inaugurada. Fora convidado por diversas Câmaras Municipais para representá-las na cerimônia – dispensa todos os convites. Em suas linhas, tenta justificar sua decisão concatenando uma leitura, posto que representação, do bronze exibido à praça da Constituição.

Por entre seus primeiros parágrafos arrisca um espaço de enunciação no qual se posicionar: diz que “não posso exhibir outro título senão essa posição distincta onde á benevolência popular aprouve collocar-me”.¹³ Não é o sujeito de sua própria frase – passivamente recebe seu prestígio de outros. Seguindo pelo caminho do respaldo, estabelece para si características de autoridade. Explora sua influência segundo

¹² CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990. p. 18.

¹³ *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de março de 1862.

determinado *endoxon*, “opiniões comuns reconhecidas numa comunidade, utilizadas em pensamentos dialéticos e retóricos”.¹⁴ Assim, respalda-se em funções supraindividuais de modo a apoiar seu artigo.

Todavia, nas linhas seguintes traz à cena outras estratégias epistêmicas. Apesar do que lhe era socialmente esperado, esclarece que “alto bradou minha consciência, e a força foi obedecer-lhe”.¹⁵ O pronome possessivo retoma o papel ativo de Teófilo Ottoni em sua decisão em não aceitar os convites para a inauguração da estátua. À *doxa*, o sentido comum, opõe-se o indivíduo a retomar as rédeas do texto: por meio de uma parrésia, desafia o esperado ousando uma outra versão ao bronze.

Pois tal expediente individual põe-se, então, a questionar a exaltação do primeiro Imperador.

Através da sincronia do ato inaugural da estátua versões sobre o processo diacrônico são tecidas. Ottoni apresenta-a de modo a exaltar a independência como doação do monarca, a constituição enquanto “espontânea concessão da philosophia do príncipe”¹⁶ e a pressão popular para sua abdicação enquanto erro pelo qual o país “deve pedir anistia”. Retomando o caráter individual de seu entendimento, clarifica que, “ao menos, é isto o que *eu* leio na praça da Constituição” – a primeira pessoa do singular reconquista sua primazia no texto.

Seu intuito parrésico protesta “contra essas epopéas que o arauto de bronze quer levar à posteridade”. Remete-se a outras concatenações do enredo histórico – e o espaço da praça da Constituição passa a hospedar outras leituras do processo diacrônico. Filiando a independência a outros autores, arrisca José Bonifácio e Tiradentes: o primeiro enquanto “o instrumento principal, de que se serviu a Providência”; o segundo como líder de um processo revolucionário a revelar a vontade da História.

Ottoni, de modo a clarificar a historicização pretendida, vale-se de um modelo hegeliano de herói,¹⁷ indivíduo capaz de intuir os objetivos da razão histórica de modo a catalisar seus projetos. Tal herói, segundo o proposto, normalmente é tragado pelo próprio processo que desencadeia sendo-lhe negada a felicidade por revelar verdades ainda ocultas

¹⁴ CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Op. cit. verbete “doxa”.

¹⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de março de 1862.

¹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de março de 1862.

¹⁷ Cf. HEGEL, George W. F. *A razão na História*. São Paulo: Ed. Moraes, 1990. p. 74-82.

ao homem comum. Ao esmiuçar sua versão sobre aqueles que seriam os verdadeiros heróis da independência, Teófilo Ottoni frisa exatamente tais ocassos – “em vez de thronos e estatuas, coube a um o cadafalso, o desterro ao outro”; especialmente em relação ao primeiro, Tiradentes, o autor demonstra seu incômodo recorrendo, mais uma vez, ao espaço cidadão onde se pretendia inaugurar a estátua equestre de D. Pedro I:

a scena de sangue teve lugar no campo da forca, que demorava entre as ruas do Conde e dos Ciganos. Estava a forca defronte do pelourinho que se erguia ameaçador justamente no centro do largo do Rocio. O préstito sahio da cadea velha, paço actual da câmara dos deputados.¹⁸

Amplificado pela alteridade heróica a compartilhar o mesmo espaço, o desconforto de Teófilo Ottoni é circunscrito entre ruas; territorializa-se. A distância temporal é, enfim, diluída por entre os fragmentos cidadãos compartilhados – forca e estátua são, através da partilha do mesmo logradouro, colocadas como contemporâneas. Na concatenação histórica erguida entre as linhas do artigo, um encontro estorvante para o autor é realizado na praça da Constituição: de um lado, a evocação de uma ausência por uma presença espacial e a sugestão de uma presença na ausência temporal¹⁹ a lembrar-lhe o enforcamento de Tiradentes; de outro, a estátua equestre louvando aquele que, para Ottoni, é figurado como anti-herói do processo de independência.

O “eu” enunciador da *tópica* historiográfica surge como justificador da recusa aos convites:

se somente se tratasse de cumprimentos e civilidades, eu iria de bom grado, por mim e por meus illustres constituintes render o devido direito de menagem à dynastia de nossos príncipes.²⁰

As implicações semânticas da estátua, portanto, transbordam do mero bronze; arrastam-se décadas adentro afetando a imagem do Imperador então entronado. Representa uma espécie de recusa não apenas ao fundador do Império, mas também de sua própria dinastia – afetando, assim, seu presente e a figura do Segundo Reinado legitimada em D. Pedro II. A partir do monumento, imagens são erguidas sobre o *diacrônico* e, com elas, críticas ao seu tempo, à *sincronia* que lhe era contemporânea.

O espaço é apropriado como *tópos* da memória, considerando que

¹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de março de 1862.

¹⁹ Cf. GINZBURG, Carlo. “Representação: a palavra, a idéia, a coisa”. In: *Olhos de Madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 85-86.

²⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de março de 1862.

seu conteúdo é inseparável dos seus campos de objectivação e de transmissão – linguagem, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos – e dos ritos que o reproduzem.²¹

De toda forma, diferentes *tópicos* são erguidas. O artigo do *Diário do Rio de Janeiro*, redigido por Teófilo Ottoni, inflama uma discussão sobre a própria história nacional. Das páginas do *Jornal do Commercio* certas outras considerações colocam-se no embate espaço-temporal.

Em relação às críticas levantadas acerca da inauguração, um artigo de 24 de março ressalta que o debate sobre o primeiro Imperador implicava em uma discussão sobre a “verdadeira philosophia da história”.²² Entretanto, os argumentos seguem a mesma concepção hegeliana de herói apresentada no texto de Ottoni: “a estátua de D. Pedro symbolisa uma idéa”, afirma. A Providência da História estaria personificada na figura pessoal heróica do personagem, uma vez que “sem elle teria por ventura custado rios de sangue”.

A mesma linha argumentativa é explorada de modo mais minucioso nas edições dos dias seguintes.

No mesmo jornal, em 25 de março, defende-se que

só o tempo põe em relevo o verdadeiro mérito, extingue o despeito, abate as ambições imprudentes, faz esquecer os erros e louvar as grandes qualidades dos beneméritos da pátria.²³

Os contemporâneos ao ato do herói, portanto, não estariam preparados para a revelação do maquinário hegeliano da História. A homenagem exposta à praça da Constituição significaria tributo, pois “em meio das tormentas civis o dedo da Providência apontou-nos sempre para a arca de nossa salvação e conduzio nos a porto seguro”. O caminho entre a *doxa* e o discurso parrésico, o supraindividual e o “eu”, aparece, assim, invertido em relação às linhas de Teófilo Ottoni: ao concluir, o artigo clama para que o leitor observe “em torno de ti, se desejas saber o que symbolisa esta estátua no coração dos Brasileiros”. O argumento calcado na opinião partilhada vence, portanto, a crítica pessoal.

²¹ CATROGA, Fernando. “Memória e história”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. p. 48.

²² *Jornal do Commercio*, 24 de março de 1862.

²³ *Jornal do Commercio*, 25 de março de 1862.

A inauguração, primeiramente agendada para o dia 25 de março daquele ano, é, contudo, adiada. Chovera muito aquela noite. Protelada cinco dias, abre margem para o prolongamento dos embates nas folhas diárias.

A argumentação, ou a “verdadeira philosophia da história” proposta pelo *Jornal do Commercio*, mantém-se. A estátua, representada como louvor ao herói da independência, permanece como honraria condizente à época de sua inauguração, uma vez que já se havia “purificado o fermento das paixões”²⁴ daqueles contemporâneos ao Imperador que o pressionaram à abdicação. O ocaso do líder seria fruto da incompreensão de seu ato.

A ligação entre ambos Imperadores é, enfim, aceita. Os festejos implicariam nos “sentimentos de grata recordação que vota ao herói da independência e aos de respeitosa deferência ao chefe de Estado, seu digno filho e sucessor”. Os embates, mais uma vez, alargam-se ao presente. A tentativa de Ottoni, ao denegrir o monumento, seria “inculcar que a monarquia no Brazil não é condição essencial para a felicidade da nação”. Resguardar a imagem pessoal do Imperador em exercício seria o mote da defesa da homenagem apreciada na estátua.

O conflito entre os jornais verte, assim, sentidos ao presente. É necessário, portanto, compreender os modos através dos quais esses embates tomam forma. Para Roger Chartier,

as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.²⁵

Seguir os rastros de tais embates significaria, assim, traçar limites da construção do real e, portanto, aproximar-se da linha discursiva espacial delineada pelo trajeto de Deodoro da Fonseca anos depois. Entre os tantos logradouros costurados por seu trânsito, diferentes *topói* diacronicamente dotados de sentidos são desvelados.

Na manhã de 15 de novembro de 1889, o confronto entre os dois heróis sobre seus cavalos – Deodoro da Fonseca e D. Pedro I – trazia novamente à tona os paradoxos da malha urbana reinventada pela prática.

O cortejo é, assim, informado por uma *diacronia* de certa

²⁴ *Jornal do Commercio*, 30 de março de 1862.

²⁵ *Idem*. p. 17.

memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas.²⁶

Da retórica dos passos, lugares são tomados como alicerces de diferentes *tópicas* a significarem o desfile. A eles são atribuídos outros momentos – o agora remetendo o trajeto a diferentes temporalidades. O sistema *topoceptivo* erguido reconstrói versões sobre a história, delimita marcos e, tal qual os artigos por motivo da inauguração da estátua de D. Pedro I, procura modos de justificar o *sincrônico*.

Os lugares criados por meio dos passos propostos pelo séqüito de Deodoro da Fonseca implicam em uma figuração historiográfica. Realiza, por meio dos fragmentos *topoceptivos*, agrupando e significando-os, diversos *topói*, impressões sobre a cidade – apropria-se, enfim, de um solo diacrônico a fundamentar o discurso espacial erguido. Como ecos dos tiros a pouco desferidos à praça da Aclamação, busca, por meio de tais enunciações, modos de relação a tecer alocutivos acerca do ato; aproximações possíveis à “tríplice função ‘enunciativa’” do ato de caminhar expresso por Michel de Certeau.²⁷

Deposto o segundo Imperador, tantas vezes relacionado ao bronze da estátua de seu pai, os embates voltam-se para o espaço da praça. É renomeada em princípios da República para praça Tiradentes, forçando a convivência da estátua de D. Pedro I com o outro herói aclamado por Teófilo Ottoni décadas antes.²⁸ Ao espaço relacionam-se diferentes tempos a proporem sentidos. Tais relações espaço-temporais seriam, portanto, vitais à compreensão do percurso executado.

Tendo vencido a estátua de bronze, reconquistando o tecido urbano e alargando compreensões sobre a pólvora do ato político, Deodoro segue seu trajeto.

²⁶ ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999. p. 53.

²⁷ CERTEAU, Michel de. Op. cit. p. 177.

²⁸ Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 61.

1.3 Onde se fazem os enredos

À procura de sentidos, a cidade do Rio de Janeiro lançava-se à rua. Buscando indícios, *topói* a erigirem heurísticamente compreensões acerca daquela manhã interrompida de novembro, dobra-se sobre si mesma.

O burburinho de confusos encontros travados por entre as margens do desenho citadino é dotado, assim, de fundamental importância ao ato que tentava se realizar. Tantos outros trajetos eram, então, relacionados àquele de Deodoro que, aos poucos, tomava forma. Esgueirando-se por entre ruas, largos, esquinas, conversas e encontros tentavam criar narrativas acerca da artilharia e da intensa movimentação que tomava conta da cidade.

À malha exigem-se respostas. Ruas a se esconderem aos olhares, velariam sujeitos, esquinas, *boulevares* ao passo que declarariam outros tantos logradouros. Teceriam “uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços”.¹ O caminhar, arquiteto por excelência de tais arranjos espaciais, propiciaria o encantamento de cidades particulares segundo um panorama que não se revela em sua totalidade, mas apenas segundo a concatenação de determinados fragmentos. “Olhar e ser visto, é a regra do jogo”,² afirma Sandra Pesavento – pois o exibir e o esconder ofertados pelos trajetos estariam imersos em tal empreitada cotidiana.

Enfim, enredos espaciais são arriscados por tantos passos – revirando seus próprios lugares e recriando seus fragmentos, a cidade busca compreensões.

Mikhail Bakhtin, no âmbito da Teoria Literária, nota não apenas no espaço o papel primeiro de articulação de enredos, mas também no tempo. Para o autor, por meio de tal articulação seriam propostas tramas e determinadas ordenações da narrativa. Reconhecendo que “tudo o que é estático-espacial não deve ser descrito de modo estático, mas deve ser incluído na série temporal dos acontecimentos”,³ a intriga ganharia forma segundo a “interligação fundamental das relações temporais e espaciais”,⁴ à qual denomina *cronotopo*, síntese espaço-temporal.

¹ CERTEAU, Michel de. Op.cit. p. 171

² PESAVENTO, Sandra Jatthy. *O espetáculo das ruas*. 2ª ed. Porto Alegre: editora Universidade/UFRGS, 1996. p. 64.

³ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. 2ª ed. São Paulo: ed. HUCITEC, 1990. p. 356.

⁴ Idem. p. 211

Apontado enquanto fundamental para possíveis caracterizações literárias, tal recurso epistemológico propõe o encadeamento de histórias particulares – dentro da égide espaço-temporal compartilhada – em redes relacionais a tecer a intriga. Algo semelhante ao esforço historiográfico onde “o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração”.⁵ Abrindo mão de uma abordagem meramente espacial para uma concepção crontópica, ou seja, espaço-temporal, poder-se-ia encarar a malha urbana tal qual jogo de vistos e escondidos tal como indicado por Sandra Pesavento.

Parece ser necessário, portanto, maior aproximação a dois elementos ordenadores em especial: o tempo e o espaço. Séries temporais desveladoras, por meio dos passos, de enredos espaciais. Articulado espaços em lugares, tidos como espécie de transcrição da totalidade panóptica aos fragmentos encadeados pelo *uso*, enunciar-se-iam textos espaciais a construir sentidos. Propriedade retórica, uma vez que “a arte de ‘moldar’ frases tem como equivalente uma arte de moldar percursos”.⁶ Segundo abordagens *topoceptivas* do objeto urbano, tal síntese espaço-temporal é caracterizada pelo trajeto, sucessão de ambiências alinhavadas no decurso do tempo.⁷

A arquitetura da manhã do cortejo de Deodoro, portanto, assemelhar-se-ia a um fazer tanto historiográfico – posto que traça intuits sobre a diacronia das representações dos espaços – quanto literário – a explorar cadências da intriga espacial cidadina. Para Bakhtin,

o cronotopo como categoria conteudístico-formal determina (em medida significativa) também a imagem do indivíduo na literatura; essa imagem sempre é fundamentalmente cronotópica.⁸

Instância do tempo condensado, suas relações com o espaço propiciam encontros, esbarrões de diferentes sujeitos por meio do *cronotopo* coincidente. É por meio desses recursos estéticos que, literariamente, temas são construídos:

⁵ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 18.

⁶ Cf. CERTEAU, Michel de. *Op.cit.* p. 179.

⁷ Cf. KHOLSDORF, Maria Elaine. *Op.cit.* p. 77.

⁸ BAKHTIN, Mikhail. *Op.cit.* p. 212.

eles são os centros organizadores dos principais acontecimentos temáticos do romance. É no crontopo que os nós do enredo são feitos e desfeitos. Pode-se dizer francamente que a eles pertence o significado principal gerador do enredo.⁹

Os enredos espaciais dos quais a cidade se vale de modo a compreender e forjar aquela manhã de tiros e desfiles, ao tomarem as ruas como heurística, seriam aventados de modo semelhante.

O tecido urbano, então, canaliza outros tantos trajetos. Ao traçado cindido por Deodoro, deixando o campo da Aclamação, chegando à praça da Constituição e seguindo ao largo de São Francisco de Paula, outras tentativas de pragmáticas frente ao espaço são lançadas. Como Arthur Azevedo em busca de testemunhos acerca da artilharia que ouvira ou Aires, personagem de Machado de Assis, seguindo a lugares específicos da cidade à procura de novos cochichos sobre o que ocorria, o Rio de Janeiro voltava os olhos para si mesmo, interrogando-se entre esquinas.

Estas tentativas dão-se exatamente por meio dos passos. Galgando logradouros, arquitetam-se diferentes *topói*: a urgência pela construção de *tópicas* sobre o cotidiano interrompido é, enfim, sanada pelo contato. Apela-se, portanto, a certa função enunciativa do espaço, segundo Michel de Certeau: relações são travadas pondo em contato diferentes localidades.¹⁰ É um direcionamento de discursos a determinados interlocutores, alocação a fazer emergir o contato. Assim, o encontro torna-se possível: Arthur Azevedo encontra-se com Carlos de Moura, velho conhecido, com quem arrisca certa troca de experiências; Aires, a caminho do largo da Carioca, ouve versões truncadas acerca do evento contadas pelo cocheiro de sua condução.

De toda forma, os outros trajetos executados cidade adentro tinham objetivos muito claros – dirigiam-se a pontos específicos da malha. Assim sendo, os atos alocutivos propostos lidavam com terrenos muito específicos; na busca de indícios que propõem, valem-se de interlocutores espacialmente localizáveis. São, enfim, meios de se

⁹ Idem. p. 355.

¹⁰ Cf. CERTEAU, Michel de. Op.cit. p. 177.

habitar o mundo da memória, espaço em que nos reconhecemos no já-registrado, mas que se abre ao que nos acontece e surpreende.¹¹

Apoiando-se no já visto, no previsível dos encontros em certos espaços da cidade, abre-se o fundamento para a compreensão do novo.

Portanto, a cidade não parece apostar apenas espacialmente, por meio de alocações sincrônicas, na construção de uma *tópica* sobre aquela manhã: lança-se também em uma busca calcada no temporalmente familiar, em espaços diacronicamente tidos como privilegiados na circulação de tais *topói* entre encontros que propiciam.

Enfim, o Rio de Janeiro, ao ouvir o estampido dos canhões Krupp, volta suas atenções a *cronotopos* específicos.

Na constante construção do enredo daquele acontecimento não-usual, o significado desses eixos espaço-temporais compartilhados é adensado. Como verdadeira criação de intrigas quase literárias, apela-se a vivências espaciais baseadas no

entrelaçamento do que é histórico, social e público com o que é particular e até mesmo puramente privado, de alcova.¹²

Tal é a definição travada por Bakhtin de um tipo específico de *cronotopo*, chamado pelo autor de “salão-sala de visitas”. É o palco de encontros não fortuitos, mas sim esperados: lugares onde as relações – ou alocações – são realizadas tomando-se como base um grupo relativamente coeso e íntimo consigo mesmo. É exatamente onde

estão condensados, concentrados os signos patentes e visíveis tanto do tempo histórico, como também do tempo biográfico e cotidiano, e, simultaneamente, eles estão unidos na imagem mais densa, fundidos nos signos unitários da época, que se torna concreta e tematicamente visível.¹³

Recurso literariamente relacionado a obras do século XIX, como as de Stendhal ou Balzac, concentram-se nas ambiências a reunirem tanto o trato acerca do público quanto assuntos referentes ao privado. Lugares animados por recursos dialéticos semelhantes às

¹¹ ZACCUR, Edwiges. “Metodologias abertas a itêrâncias, interações e errâncias cotidianas” In: GARCIA, Regina Leite (org). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 179.

¹² BAKHTIN, Mikhail. Op.cit. p. 352.

¹³ Idem.

relações entre *endoxon* e o discurso parrésico arriscado por Teófilo Ottoni nos jornais de 1862 ao referir-se à estátua eqüestre de D. Pedro I. Fóruns de discussão onde

as reputações políticas, comerciais, sociais e literárias são criadas e destruídas, as carreiras iniciam e fracassam.¹⁴

Bakhtin relaciona este recurso literário às transformações na esfera política dos oitocentos: um tipo de vida pública que, por entre vivências europeias, reinventa-se na sala de visitas da Restauração e da Monarquia de Julho.

Ainda que a céu aberto, à boca da rua, é possível encontrar no Rio de Janeiro experimentado ao saber da pólvora de Deodoro recursos muito semelhantes a este *cronotopo do salão-sala de visitas*. O cortejo do Marechal, a submergir na malha cidadina, parece tentar estabelecer alocações exatamente com tais lugares onde a cidade se refugia à procura de enredos.

Ao desembocar à praça da Constituição e ao largo de São Francisco de Paula, o séquito era posto diante de outras vivências espaciais àquelas do campo da Aclamação que hospedara a artilharia em frente ao quartel general. Depara-se com o eixo cosmopolita da cidade: confeitarias, cafés, lojas de moda circundam os vastos espaços abertos no emaranhado de ruas estreitas do Rio de Janeiro.

Cronotopos a reunirem grupos em torno de conversas – sobre assuntos tanto públicos quanto privados –, representavam meio privilegiado para debates e encontros.

Naquele ano de 1889, um longo processo operado nas décadas anteriores apontam para grande sucesso dessa tipologia comercial nos lugares então transpostos por Deodoro da Fonseca. Se diacronicamente entrevisto, o *Almanak Laemmert*, guia comercial da cidade, indica a forte presença desse maquinário urbano modificando as feições da cidade – e, com elas, as práticas realizadas sobre o meio citadino.¹⁵

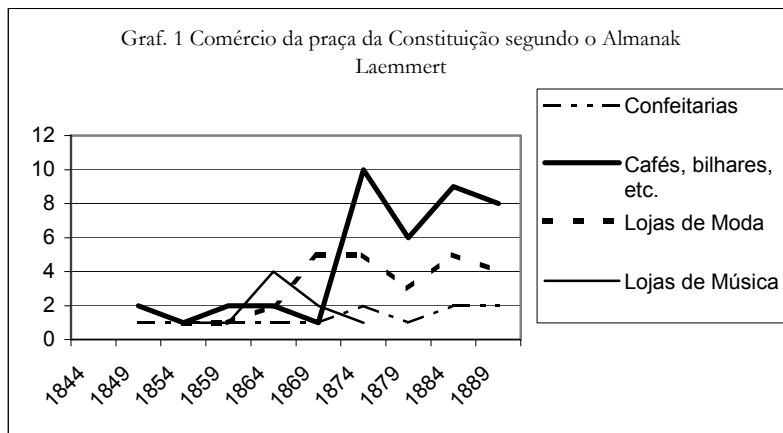
Lojas particularmente extensas tomam dois, três números comerciais que, lado-a-lado, compõem enormes fachadas. O anonimato da multidão é, enfim, controlado por encontros previsíveis nos salões de visita a céu aberto. A Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e a tantos outros civis, valendo-se do *cronotopo* historicamente formulado,

¹⁴ Idem. p. 352.

¹⁵ Cf. graf. 1 e 2.

era possibilitado, portanto, mais íntima relação entre a parrésia individual e o *endoxon* compartilhado.

Movimento semelhante é notado por Norbert Elias ao analisar uma pequena cidade inglesa e suas estratégias sociais. Percebe que uma rede de contatos é explorada, entre os residentes mais antigos, de modo a separá-los identitariamente dos “outsiders”, habitantes recém-chegados.



As opiniões de cada um sobre seu bairro e os bairros vizinhos, nesse contexto como em muitos outros, não eram inicialmente formadas por cada indivíduo para si mesmo; formavam-se no âmbito de uma troca de idéias contínua dentro da comunidade, no decorrer do qual os indivíduos exerciam considerável pressão uns sobre os outros, para que todos se conformassem à imagem coletiva da comunidade na fala e no comportamento.¹⁶

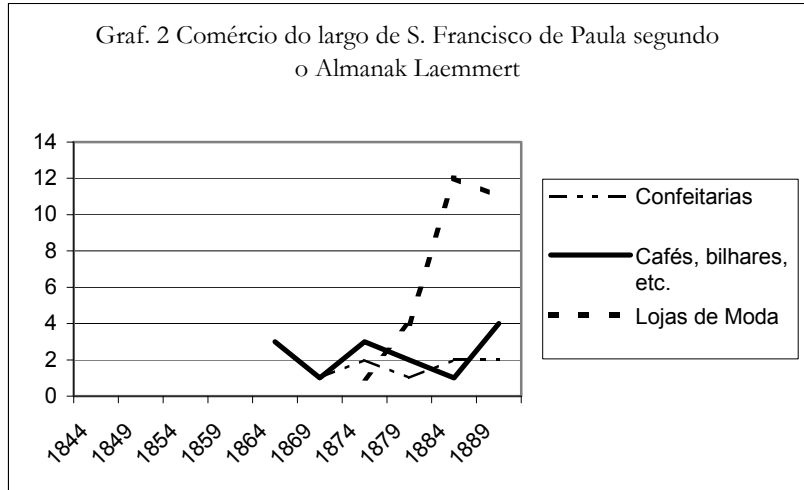
Por meio dessas pressões realizadas através do contato, nota o autor, erguem-se cadeias discursivas a erigirem identidades. Para tanto, uma vasta rede espacial é explorada: locais da cidade como *pubs* específicos, officios religiosos na igreja ou na capela, peças teatrais e concertos facilitavam a circulação de “um fluxo constante de mexericos para manter o moinho em funcionamento”.¹⁷ Possibilidades sociais de difícil verificação entre o grupo mais novo e o estigmatizado pelos antigos moradores: à utilização desses meios seria imprescindível uma rede de contatos – ou alocações *cronotópicas*, como aqui encarado – da qual não dispunham. Elias explora, enfim,

¹⁶ ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. p.54-5.

¹⁷ Idem. p. 121.

que o grupo mais bem integrado tende a focar mais livremente do que o menos integrado, e que, no primeiro caso, as focas das pessoas reforçam a coesão já existente.¹⁸

Tal integração parece, portanto, significar o alicerce dos encontros cronotópicos à procura de enredos. A possibilidade de acionamento de redes de contato – como o arriscado por Arthur Azevedo ou Aires – estaria, assim, relacionada à previsibilidade de presenças espaciais;



alocações a relacionarem espaços, através da pragmática dos passos, e a partir deles tecer *tópicos*.

Dialogando com o fundo histórico a permitir o fluxo discursivo, a comitiva apela à rede urbana realizando alocações entre diferentes espaços proporcionando o contato de diversos atores.

A força retórica do cortejo residiria exatamente no convívio que torna possível; quer seja confrontando diferentes heróis eqüestres em disputas simbólicas de fundo historiográfico, quer seja colocando-se às vistas de diferentes pessoas pelo serpentear entre ruas, cria impressões sobre a manhã de novembro de 1889. À medida que se aprofunda no tecido urbano, dialoga com diferentes instâncias da cidade.

Propõe-se, assim, cadência distinta àquela do quadro de Henrique Bernardelli. Se Deodoro era então posto à frente, definindo margens da representação em óleo do campo da Aclamação, a transposição de ambiências suscitaria outras visões. O herói então submerge em outros sentidos trazidos pelos espaços. Os níveis propostos pela pintura invertem-se; a barretina, não mais erguida pelo marechal cede àqueles que então ocupavam o plano mais ao fundo, como Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo, líderes civis. Topoceptivamente

¹⁸ Idem. p. 129.

evocar-se-iam outros heróis: aqueles que, na tela de Bernardelli, eram vitimados pelas margens do quadro agora teriam espaço para resfolegar.

Deixando os canhões para trás juntamente com o quartel general, o cortejo parece civilizar-se. De permeio invade o cotidiano ordinário da cidade – se o Rio de Janeiro lançava-se às ruas à procura de sentidos, o cortejo que o sulcava parecia buscar exatamente as mesmas esquinas onde previsivelmente encontraria a cidade.

Atravessando o largo de São Francisco de Paula, Deodoro da Fonseca segue cada vez mais adentro do urbano a buscar outras alocações. Encaminha-se à rua do Ouvidor.

2. Entre encruzilhadas e encontros

Vede a rua do Ouvidor. É a fanfarrona em pessoa, exagerando, mentindo, tomando parte em tudo, mas desertando, correndo aos taipais das montras à mais leve sombra de perigo

(João do Rio)

2.1 Os nomes à rua

Alcançando a rua do Ouvidor, a comitiva, entranhando-se ainda mais nos meandros citadinos, abria possibilidades de encontro.

Em muito diferente ao espaço do Quartel General, o caráter daquelas margens sugeria diferentes leituras a serem evocadas. Deodoro lançava-se em um *cronotopo* que, apesar da estreiteza da via, ampliava o contato conferindo-lhe outros ares.

Pouco mais de um mês depois, em 21 de dezembro, a notícia da proclamação seria posta em relevo pelo periódico francês *L'Illustration* exatamente através deste fragmento do percurso. Como de praxe, a ênfase no registro iconográfico ganha vulto: a representação arriscada por Bellenger, contudo, aposta em outras formulações àquelas da tela de Henrique Bernardelli.¹

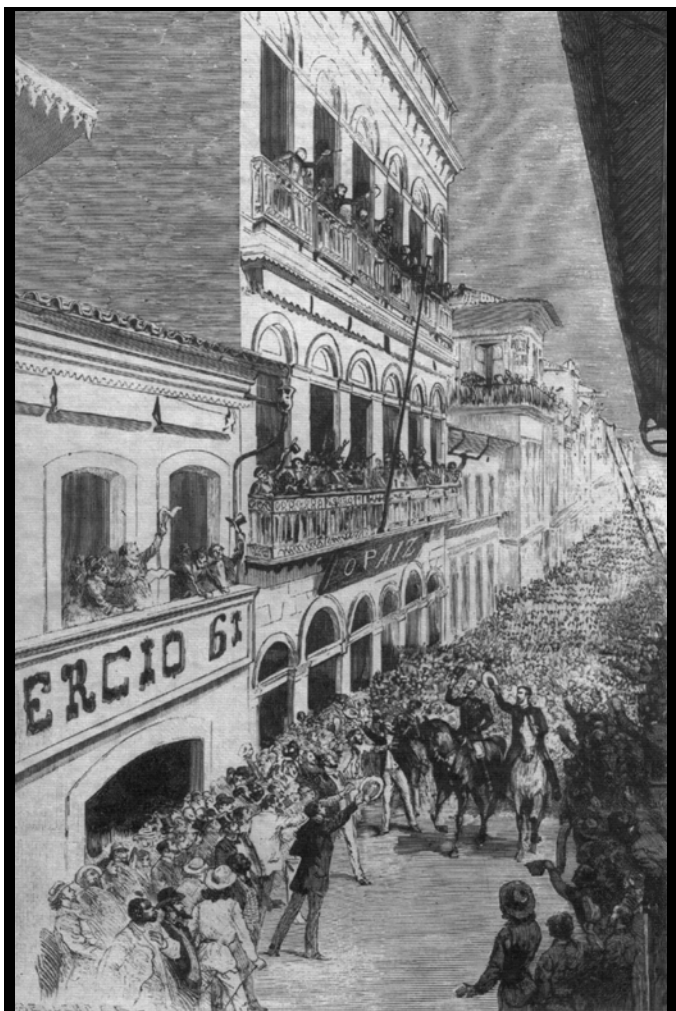


Fig. 2; “A Revolução Brasileira”, Bellenger. *L'Illustration*, 21.12.1889.

Intitula-se “A revolução brasileira – os chefes do movimento percorrendo a cidade do Rio à frente das tropas reunidas à República”. Apesar das semelhanças entre as posturas de Deodoro da Fonseca nas representações de Bernardelli e Bellenger, a disposição exposta nas páginas do jornal francês inspira outras cadências ao ato.

O espaço ganha força. A barretina erguida por Deodoro não mais define as margens do registro iconográfico – os limites são inspirados pelas fachadas da rua do Ouvidor.

¹ Cf. Fig. 2.

Conduzindo o olhar, o ponto de fuga ricamente explorado, marca da importância conferida ao lugar, enfatiza a multidão a perder de vista ao fundo. O intuito “deodorista” é, enfim, sufocado. Não apenas pela presença de Benjamin Constant, lado a lado a Deodoro, a competir com sua postura; o evento é tomado como de caráter mais civil – tantas são as saudações lançadas das janelas e pelos pedestres.

O olhar dos “chefes do movimento”, como explicitado na legenda, não fita algo além ou abstrato – como na pintura de Bernardelli. Volta-se exatamente à concretude das ovações civis como a prestar-lhes contas.

A importância destes outros interlocutores é traduzida espacialmente. Ao centro da representação, a fachada do jornal *O Paiz*, arauto da propaganda republicana. A seu lado, parte do *Jornal do Commercio* que, apesar de tom muito menos republicano que seu vizinho, igualmente tem suas janelas tomadas por saudações à proclamação.

Se para o desejo “deodorista” de Bernardelli, o campo da Aclamação e o Quartel General significariam a exaltação do ato do herói, em outros espaços diferentes *topói* indicariam distintos entendimentos. Pelo proposto por Bellenger, o aspecto civil do ato – encenado à rua do Ouvidor – definiria a manhã de 15 de novembro de outros modos. Nenhum ator em especial organiza seus traços: o equilíbrio das formas é possibilitado exatamente pelo espaço que torna possível estes encontros; o *cronotopo* resfolega como meio de tornar civil o cortejo.

Entretanto, a sociedade entrevista na rua do Ouvidor estará relacionada a um “sistema de probabilidades de encontros”,² no entendimento da Sintaxe Espacial. Cada qual dos rostos imaginados e representados por Bellenger indicariam relações específicas com a cidade, um Rio de Janeiro a fluir entre as fachadas que encerram a presença civil.

À rua na qual o urbano presenciava a passagem de Deodoro seriam supostos rótulos, entendidos como “não apenas as *atividades* que ocorrem nos espaços fechados, mas as *categorias de pessoas* que as desenvolvem”.³ Em outras palavras, significaria objetivos específicos de tantos trânsitos a se encontrarem de modo a arquitetarem cronotopicamente o enredo explorado nas páginas do *L’Illustration*.

² HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Ed.UnB, 2002. p. 96.

³ Idem. p. 107.

Não bastaria seguir ao encalço destes objetivos e anseios frente à malha representados pela Ouvidor. A pendulação pedestre influenciaria, assim, na cadência de outras tantas ruas. Afinal,

os rótulos, por sua própria natureza, surtem diferentes tipos de impacto no seu entorno, no que se refere à geração de viagens para os respectivos edifícios.⁴

Ao percurso republicano, portanto, relacionar-se-iam outros tantos trajetos. Ao passo que o Rio de Janeiro era descortinado, distintos espaços eram postos em alocação diante de uma rede intrincada de encontros. O diálogo entre diferentes espaços, assim, fundava-se concomitantemente às relações neles tornadas possíveis.

A compreensão dos significados topológicos da rua do Ouvidor estaria perpassada por seu entorno a possibilitar-lhe enquanto *cronotopo*.

Carlo Ginzburg sugere como alternativa ao trato documental a busca quase biográfica calcada no *nome*, marca mais latente da individualidade. Perscrutando indícios de personagens em particular seguindo pela leitura transversal de fontes de naturezas distintas, propõe a composição de “uma espécie de teia de malha fina” a dar “ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”;⁵ parece haver algo em comum a uma possível abordagem do evento *cronotópico*.

Busca um social tido como construído pelas práticas relacionando diferentes experiências. Segundo trato acerca do tempo e do espaço, estas investidas micronominais da análise não se esgotariam apenas a indivíduos, mas também a nomes de ruas, largos, teatros, freguesias a articularem agentes que neles travam encontros permitidos ou interditos no cotidiano. O espaço entendido como meio de construção de uma narrativa que abarque distintas experiências pessoais.

Em uma análise do urbano, o trato micronominal poderia significar meio de, através da ordenação da própria cidade, ordenar o objeto estudado em certo enredo *cronotópico*. Entrelaçando usos sincrônicos e transformações diacrônicas, tempos e espaços poderiam ser articulados em um jogo de *possíveis* arquiteturas sociais.

⁴ Idem. p. 108.

⁵ GINZBURG, Carlo; PONTI, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado Historiográfico” In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989. p. 185.

O urbanista Bill Hillier, ao refletir sobre o que denomina “cultura espacial”, aponta para o

modo distintivo de ordenação do espaço a produzir e reproduzir não relações sociais atuais (o erro essencial do modernismo arquitetônico), mas os princípios da ordenação social.⁶

Ou, poderíamos dizer, também entre tais agentes e diferentes coletividades.

Em sentido semelhante, o historiador italiano Edoardo Grendi vale-se do trato intensivo de casos particulares de modo a erguer *modelos de natureza generativa*

que dessem conta de compreender e descrever como esses processos [sociais] eram produzidos dinamicamente a partir de uma situação dada.⁷

Uma trama social não tomada como alicerce *a priori* desenhado a partir de tipos ideais, mas como possibilidades de ação reconhecidas em estratégias concretas. Um enredo a ser disposto, enfim, entre as confluências ou distanciamentos da experiência frente aos lugares onde a vida ordinária ganharia fôlego para transcorrer.

Ao compreender o tempo como “entre multiplicidades e conexões em que passado e devir se entrecruzam”,⁸ sob o crivo do método a pesquisa poderia tornar-se mosaico a constituir um desenho possível. Edwiges Zaccur, valendo-se do termo cronotopo esboçado por Bakhtin, nota que nele, “por uma fração de segundos, a *possibilidade* ou a *não-possibilidade* se desenha”.⁹ Uma vez centrado o eixo narrativo em histórias micronominais que se cruzam na *sincronia* do espaço-tempo compartilhado a sugerir estratégias ou se distanciam na *diacronia* de um afastamento do olvido e do escondido pela topologia não apenas espacial como também temporal, a teia cidadina poderia ganhar outras dimensões.

Tal narrativa é erigida através de histórias particulares que, segundo Giovanni Levi,

⁶ Do inglês “distinctive way of ordering space so as to produce and reproduce not actual social relations (the essential error of modern architecture modernism) but the principles of ordering social relation” HILLIER, Bill. “The architecture of the urban project”. In: *Ekistics*. Jan/Abr 1989. p. 6

⁷ LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 197.

⁸ ZACCUR, Edwiges. “Metodologias abertas a itêrâncias, interações e errâncias cotidianas” In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 183.

⁹ Idem. Ibidem. p. 184 (grifos meus)

não devem ser vistas como a reconstrução de situações típicas, mas servem para ressaltar os elementos *constitutivos* de um modelo.¹⁰

Não trata de tipos ideais ou recorrentes, mas sim de diferentes possibilidades de ação a ordenar um mundo em particular.

O uso de situações concretas, nesse sentido, poderia ser relacionado a jogos espaciais possíveis a traçarem ditos e interditos aos usos citadinos. É, de toda forma, meio de desestabilizar um projeto sobre o espaço tido de modo homogêneo a favor de um *modelo generativo* que sugira metologicamente o reconhecido na teoria: usos espaciais a suscitem ditos e interditos.

É possível, portanto, vislumbrar a construção de um enredo calcado no cronotopo a ofertar defrontamentos e desencontros. Para tanto, o *nome* a ser tomado como fio transversal entre diferentes naturezas documentais seria o de espaços – ruas, largos, esquinas.

Da gravura de Bellenger destacam-se alocações espaciais, nomes a proferirem a narrativa urbana à qual Deodoro se refere. Compreender os meandros pelos quais, *generativamente*, estes encontros tornam-se possíveis significaria seguir ao encaixe do trajeto como diálogo espacial.

Tomando a rua do Ouvidor, o cortejo desvenda certas impressões citadinas.

¹⁰ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 99 (grifos meus)

2.2 Das janelas dos bondes: distantes cidades

Através de alocações, o burburinho da rua do Ouvidor aponta outros espaços – e tempos. Diferentes experiências diante da cidade possibilitam-na enquanto *cronotopo*.

Fora, para Ina Von Binzer, um Natal especialmente melancólico aquele de 1881. Alemã, viera ao Império brasileiro em maio do mesmo ano em busca de alguma oportunidade. Lecionara aulas de piano particulares em uma fazenda do interior do Rio de Janeiro por meses até inícios de dezembro. O desconforto frente ao estranhamento à comida, costumes e a organização da família não raras vezes causara-lhe aborrecimentos.

No dia 17 de setembro, em correspondência enviada à Alemanha, descreve a si mesma como “tão só, tão indescritivelmente solitária!”.¹ Confessa que

tudo isso começa a me enervar demais. As dores nevrálgicas continuam, menos fortes, graças a Deus, mas tenho tido enxaqueca muitas vezes, o que atribuo ao barulho e à falta de conforto da casa.

Naquele mesmo dia, enquanto lecionava música à jovem Leonila no veterano e acanhado piano de caixa do quarto de trabalho, a casa subvertia-se em uma balbúrdia tal “como se o ‘Old Gentleman’ [o Demônio] ali se divertisse”. Tudo por causa de um inesperado ataque de camundongos na despensa que fez com que D. Alfonsina, dona da fazenda, ordenasse a três escravos para que esvaziassem tudo o que por lá cobria as paredes. Assim, o pequeno cômodo onde Ina lecionava logo se encheu de caixas, barris, sacos. Ordens de D. Alfonsina, máquinas de costura, papagaios, choros de crianças, tudo se confundia com o “un, deux, trois” da alemã e os erros de Leonina no velho piano já desafinado. Eis que, por trás das barricadas armadas no quarto surge uma menina que aprendia a ler com D. Gabriela soletrando seu monótono “b-a, bá, b-e, bé, b-i, bí”. A cena era insuportável para a alemã. Remetia-se a outras práticas, estranhas àqueles hábitos tropicais, ao “*habitar o mundo da memória*, espaço em que nos reconhecemos no já-registrado, mas que se abre ao que nos acontece e surpreende”,² como posto por Zaccur.

¹ BINZER, Ina Von. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo: editora Anhembi, 1956. p. 48.

² ZACCUR, Edwiges. “Metologias aertas a iterâncias, interações e errâncias cotidianas”. In: GARCIA, Regina Leite (org). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 179.

Enfim, é impedida de replicar a trama cotidiana que a viajante alemã esperava usufruir. Todo o desenrolar que, aos olhos dos donos da casa, transcorria de modo cotidiano, para Ina Von Binzer era apresentado como um exotismo estorvante.

Certa feita, já nas últimas semanas do ano, em carta enviada à amiga Grete, confidente sempre presente – apesar de na distante Alemanha –, queixa-se estar adoentada por uma

detestável febre palúrica que, aliada ao cansaço excessivo que me causa este emprego principalmente devido às lições de música, me deixou pedagogicamente inutilizada.³

E, naquele 3 de dezembro, seu aniversário, decidira ir à Corte “consultar um médico”, como dito ao final de sua carta. Eis que, hospedada no Hotel Carson, à rua do Catete, passaria o restante do mês na “cidade colorida e barulhenta”⁴ do Rio de Janeiro.

Na noite de natal volta a escrever à sua amiga Grete. Conta “como acho estranho estar longe de minha terra e ach! Grete, como é triste”.⁵ Distante de sua Alemanha, a cidade em nada lembrava a data. Imagina que

talvez algumas famílias alemãs desta cidade tropical enfeitem alguma exótica árvore de Natal, (nossos pinheiros não existem por aqui) mas não verei brilhar nenhuma delas.

Anônima, imergia em uma cidade desconhecida. Os Klein, família alemã que conhecera alguns dias antes, recebera-a “tão friamente que lá não voltarei mais”, conta. Refugia-se, então, em seu quarto no Hotel Carson naquela véspera de Natal. Sozinha, escreve para sua amiga tão distante como para enganar seu isolamento.

Com as janelas de seu quarto escancaradas, queixa-se do ar quente e úmido a invadir-lhe os aposentos. “Na moldura da janela lateral destacam-se as palmeiras do corcovado” sob o céu que, aos poucos, escurece. De seu hotel, admira, à distância, a beleza da baía de Guanabara.

Entretanto, a cidade que se descortina mais próxima, viva e pulsante sob sua janela, evoca-lhe outras impressões. “Como seriam poéticas certas impressões aqui, se fosse

³ BINZER, Ina Von. Op.cit. p. 54.

⁴ Idem. p. 55

⁵ Idem.

possível goza-las em paz!”, desabafa. Presenciando a cadência urbana do Rio de Janeiro de fins dos oitocentos, registra o fluxo citadino daquela rua ligeiramente ao sul do centro. Incomoda-lhe, em especial, o constante barulho que ecoa por entre as estreitas ruas. Em fevereiro próximo, após breve estadia na pacata Petrópolis por recomendação médica “muito descontente com o estado de meus nervos esgotados”,⁶ Binzer encher-se-ia de novo ânimo: seria, enfim, contratada por um colégio interno da Corte. Lecionaria aulas de alemão a seus jovens alunos. Mas no natal de 1881 nada daquilo ainda fora descortinado à alemã. Restava-lhe ficar

sozinha, num quarto de hotel, pensando em vocês, meus queridos, com inacreditáveis saudades de todos e de nossa cara e linda Alemanha!⁷

Tenta, enfim, aproximar-se ao que lhe é familiar. Os pronomes possessivos, repetidos de modo insistente nas suas cartas, indicam para o incômodo entre a alteridade à rua e os “nossos” costumes, a ligarem-lhe à amiga.

Sua janela, assustadoramente próxima, não a permite. De seu quarto, em silêncio procura remeter-se a espaços tão distantes. À rua,

vendedores de água, vendedores de jornal, [...] vendedores de balas, cigarros, de sorvetes; italianos apregoando peixe; realejos e outros instrumentos.

Incomoda-a todo o barulho daquela cidade à qual,

em comparação, a estadia em Berlim é como se fosse num lugar de veraneio para acalmar os nervos; nem Londres achei tão ruidosa!

Apela, por meio da memória, a modos de compreender todo o vozerio e a cidade que lhe atormenta. Remete-se a balizas, escalas dispostas de modo a, pretensamente, mensurar as estranhas ruas que circundam seu quarto de hotel. Enquadra, escalona, confere sentidos. Como na fazenda no interior do Rio de Janeiro, entre papagaios, barris e máquinas de costuras a atormentarem-lhe os nervos, na Corte todo o desenrolar cotidiano é

⁶ Idem. p. 56.

⁷ Idem. p. 55.

apresentado por Ina Von Binzer como dotado de profundo exotismo. É, enfim, impedida mais uma vez pela cidade de reiterar, “processo realimentador a partir do que se repete”,⁸ seus fazeres habituais. E incomoda-se.

Queixa-se de que “os pretos desocupados não se encontram senão na porta da rua fumando e cuspingo; as crianças rolam na rua de manhã à noite”.⁹ Afinal,

toda esta gente, a começar pelos pretos adultos, possuem vozes estentóricas que fazem a gente estremecer quando por acaso nos aproximamos deles.

Em um sobressalto, imersa na experiência urbana, coloca-se em relação a outras histórias a desfilarem próximas às sua janela.

O Almanak Laemmert do período registra, por entre as barulhentas ruas que circundam o Hotel Carson, uma grande concentração de tabernas e armazéns de secos e molhados.¹⁰ A estes tipos comerciais referia-se Ina Von Binzer, ao notar comerciantes que

postam-se na porta da rua quando não há freguesia, tagarelando com quem passa; quando o sol permite, cada sacada e cada janela fica ocupada por basbaques ociosos.¹¹

O Catete, entre cortiços, estalagens e tipos comerciais muito específicos, sugere determinados rótulos, objetivos frente à malha.

Há, pois, uma certa movimentação em suas ruas executada por aqueles que se resumem por suas esquinas; trabalho, armazéns, residências.

Mas não apenas o ruídos dos que ficam atormentava os nervos da alemã à véspera do Natal. Outros usos são registrados na correspondência enviada a Grete: nota que

passam com estrondo os bondes de burro, tocando repetidamente os sinais de alarme; pequenos carros ingleses de um só assento denominados tílburis estrepitosamente correm a galope sobre o mais horrível dos calçamentos que você possa imaginar. Os

⁸ ZACCUR, Edwiges. Op.cit. p. 180.

⁹ BINZER, Ina Von. Op.cit. p. 56.

¹⁰ Tal tipificação comercial surge no Almanak Laemmert, dentro da amostragem trabalhada, no ano de 1859. Cf. Mapas 15-21.

¹¹ Idem.

cavaleiros também tocam sem piedade seus cavalos a galope e diversas vezes nestes últimos dias, cheguei à janela pensando que algum animal tivesse disparado.¹²

Por outros interlocutores espaciais as ruas próximas ao hotel de Ina Von Binzer são apropriadas enquanto passagem; outros objetivos acerca da malha urbana poderiam ser notados.

As diferenças entre os que cruzam a janela da feita alemã em pleno solo tropical e aqueles que permanecem nos arredores, estancados entre esquinas, parecem, contudo, extrapolar os meros anseios espaciais.

Machado de Assis, em crônica de 1º de outubro de 1876, escreve umas poucas linhas sobre a rua das Laranjeiras, nas proximidades do Hotel Carson, a desembocar na rua do Catete: “parece que começa a ser calçada... dou-lhe em cem, dou-lhe em mil... a rua das Laranjeiras... mas silêncio! Isto não é assunto de interesse geral”.¹³ E cessa sua breve nota.

De toda forma, certa ironia pode ser arriscada caso remeter este texto a outros do autor.

Em sua crônica imediatamente anterior, de 15 de agosto do mesmo ano, comenta a constatação do recenseamento de que apenas 30% da população seria alfabetizada. Conclui que “a opinião pública é uma metáfora de base; há só a opinião dos 30%”.¹⁴ Assim sendo, o ausente “interesse geral” de seu público leitor sobre o calçamento da tímida rua das Laranjeiras estaria restrito a tais 30%. Porcentagem esta que, sobre aquelas paragens, nutrem outros anseios àqueles vistos às portas comerciais por Ina Von Binzer. Para eles, o Catete é reduzido a fragmento de um trajeto, a rua das Laranjeiras restrita a um breve relance da janela de tálburis. Locais a ligarem passantes ao enalço de distintos objetivos espaciais, rótulos.

Os bondes de burro, apressados, conectavam o centro citadino aos bairros mais ao sul, como Botafogo.

A interpolação definitiva entre tais espaços dá-se apenas em 1868, ano de fundação da *Companhia Jardim Botânico* de transporte. A cidade, enfim, abrir-se-ia a fluxos mais intensos. “A *Jardim Botânico*, por mais de 20 anos, partia da Ouvidor, esquina da

¹² Idem. p. 55.

¹³ ASSIS, Machado de. *Melhores crônicas*. São Paulo: Global, 2003. p. 69.

¹⁴ Idem. p. 63.

Gonçalves Dias”¹⁵ alimentando de rostos a rua pululada concebida por Bellenger à manhã da proclamação.

Ocupando este transporte urbano a cindir a cidade – e atormentar os nervos de Ina Von Binzer, o jovem José Bevilacqua enredava diferentes espaços. Vindo do Ceará, chegara à corte em outubro de 1879. Viera à cidade, após sentar praça no Exército, estudar na Escola Militar da Praia Vermelha, sua oportunidade de ingressar em curso superior, dada sua origem.

Com seus 16 anos, deslumbrava-se com a cidade. Em uma série de cartas escritas aos pais, conta seus passeios em Botafogo, refere-se à peça que assistira no teatro S. Pedro de Alcântara e à maravilha do fonógrafo que vira à rua do Ouvidor.

Estas impressões são exploradas segundo trajetos: a movimentação de Bevilacqua a certos espaços urbanos, em especial o centro citadino. Expressa todo seu encantamento nas cartas enviadas à família: “o Rio de Janeiro é o Brasil e a rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro. Tudo aqui é muito bonito”.¹⁶

Espaço a fazer-lhe imaginar certa impressão de país, estava, entretanto, em boa medida afastado de seu convívio.

A Escola Militar da Praia Vermelha situava-se ao sul. A interpolação de espaços urbanos tornava-se, enfim, um problema a seus alunos.

A movimentação por água até o centro, realizada por escaleres a remo, era restrita aos professores e oficiais; Bevilacqua deveria, portanto, inventar novas estratégias.

Seguia, assim, a pé na longa caminhada até a rua da Passagem. Por ser o último ponto do transporte urbano, oferecia a possibilidade de dobra dos espaços aos passos do aluno. Em bondes puxados a burro, estrepitando no calçamento em frente ao Hotel Carson no Catete, chegando, assim, finalmente à rua do Ouvidor poderia vencer a distância e, alocutivamente, desvendar estas imagens de Brasil.

José Bevilacqua, contudo, teria outros problemas em enredar a cidade.

Logo teria problemas com dinheiro. A quantia enviada por seus pais não basta para seus gastos: acumula dívidas. Em correspondência remetida ao filho, sua mãe aconselha

¹⁵ COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 135.

¹⁶ Arquivo José Bevilacqua, *Museu Casa de Benjamin Constant*, Rio de Janeiro.

não tentar “imitar os moços ricos no luxo e despesas supérfluas”.¹⁷ A solução parece-lhe muito simples:

as repetidas viagens de bonde, no fim do mês, perfazem uma soma crescida, e a pé gasta-se muito sapato, e para você tudo faz diferença.¹⁸

A cidade do Rio de Janeiro, por fim, fechar-se-ia aos passos de Bevilacqua.

Seu convívio, restrito aos corredores da Escola, seria revestido de certo tom pejorativo. A estes alunos chamava-se “‘laranjeiras’, firmemente plantados, como essas árvores, no terreno da Escola”.¹⁹ Longe das ilhas espaciais dos *cronotopos* do centro, afasta-se também do compartilhamento das fachadas da Ouvidor imaginadas por Bellenger – não mais passaria, ruidoso, sob a janela de Ina Von Binzer.

Bevilacqua, então, passa a dedicar-se com afínco aos estudos. Em algum tempo, esta dedicação renderia frutos. Em novembro de 1884, escreve uma carta aos pais onde conta sobre o sucesso nas disciplinas da Escola Militar. Tornar-se-ia, devido a seu excelente aproveitamento, *alferes-aluno*. Explica que

este posto, que corresponde em tudo ao primeiro posto, isto é, a alferes de uma das armas, é um prêmio que se dá aos estudantes que são aprovados plenamente nas matérias de dois anos do Curso Superior; eles têm as mesmas vantagens que os alferes chamados “de patente”, e saem depois de certo tempo confirmados para uma das três armas, porém contando antigüidade da data em que saíram alferes-alunos; têm fardamento especial etc. etc.; é enfim uma promoção muito considerada no Exército, visto ser por lei e por estudos, independentemente da vontade do ministro, que no outro caso promove aos protegidos.²⁰

Ao reconhecimento de seu mérito agregava-se

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. p. 37.

²⁰ Arquivo José Bevilacqua, *Museu Casa de Benjamin Constant*, Rio de Janeiro.

um componente material importante: o pequeno soldo, de pouco mais de 3\$000 recebidos nos anos iniciais do curso, passava a ser de 70\$000, chegando a atingir 120\$000 no último ano.²¹

Algum tempo depois deste significativo auxílio financeiro, em maio de 1886, a mãe do já *alferes-aluno* José Bevilacqua escreve agradecendo “à Divina Providência já não mais precisares deste pequeno adjutório”²² que lhe enviava e que tanta falta fazia.

Seu filho, enfim, ascendia tanto profissional quanto socialmente. Agregado ao aumento do soldo, portava as divisas distintivas do cargo que ocupava. Voltava, afinal, a freqüentar os espaços centrais de convívio da elite da cidade, como a rua do Ouvidor. Das janelas dos bondes puxados a burro, a Corte lhe era novamente descortinada.

Nutria o contato entre a escondida Escola Militar da Praia Vermelha e o trato cotidiano nas ruas do centro. Para tanto, o transporte urbano exerce fundamental influência: conecta, difunde, reinventa usos.

Participava de burburinhos a tomarem a confusa cena urbano-política carioca daqueles anos. Em torno de Benjamin Constant, aproximava-se à oposição republicana à monarquia. Como notado por Celso Castro,

a maioria dos assinantes dos ‘pactos de sangue’ a Benjamin Constant era de alferes-alunos ou jovens oficiais que haviam sido alferes-alunos há poucos anos.²³

O próprio José Bevilacqua deixa sua assinatura em tais passagens; a possibilidade de deslocamento espacial, ao explorar alocações entre distintos interlocutores citadinos, inspira a participação a redes de influência mais largas àquelas travadas pelos chamados “laranjeiras” e seus passos restritos ao interior da Escola Militar da Praia Vermelha.

Todavia, não apenas alferes-alunos seguiam à Ouvidor pelo transporte urbano.

Brasil Gerson analisa os impactos da fundação, em 1868, da empresa de transportes *Companhia Jardim Botânico*. Nota que,

pouco mais tarde, entre 1870 e 1880, o loteamento de terrenos [em Botafogo] multiplicou-se no bairro e o ritmo de crescimento de sua população aumentou com a

²¹ CASTRO, Celso. Op.cit. p. 46.

²² Arquivo José Bevilacqua, *Museu Casa de Benjamin Constant*, Rio de Janeiro.

²³ CASTRO, Celso. Op.cit. p. 46.

abertura de mais de dez ruas novas, tudo estimulado, sem dúvida, pelos bondes não havia muitos inaugurados.²⁴

Assim, o bairro, localizado ao sul da rua do Ouvidor, tal como a Escola Militar da Praia Vermelha, estaria intimamente relacionado ao centro da cidade: a comunicação entre estes espaços seria de vital importância ao seu crescimento.

Ina Von Binzer, meses após se incomodar com o barulho no Hotel Carson, visita Botafogo. Conta em suas cartas como

é adorável com suas vivendas dispostas como uma grinalda em torno da baía do mesmo nome, seus jardins dominados ao fundo pelo imponente ‘Corcovado’ e na frente pelo ‘Pão de Açúcar’ dentro da enseada.

A magnificência das flores neste bairro onde só mora gente rica e distinta, é fascinantemente admirável!²⁵

Realidade muito distinta àquela do Palácio Imperial de São Cristóvão, no lado oposto da cidade, ao norte do centro. Na opinião da alemã,

se eu fosse Imperador do Brasil, mandaria construir para mim uma vila encantadora em Botafogo, pirotesco bairro do Rio, do lado oposto e abandonaria S. Cristóvão e sua vizinhança de matadouros e de milhares de urubus.²⁶

Todavia, ao contrário do Imperador, a elite carioca logo se mudara, ao longo da década de 1870, para Botafogo. Como em franco exílio ao burburinho do centro, encontrava sossego naquelas paragens mais afastadas. Apesar da mudança, sua relação com as ruas da intrincada malha central seria mantida; do bairro em notável crescimento, migrações pendulares seriam reforçadas ligando espaços e reiterando convívios.

As transformações nos eixos de locomoção afastam os espaços *cronotópicos* da casa Imperial destes setores civis.

Os trajetos de tais grupos, conformados na reiteração de percursos possibilitada pelo transporte urbano, transforma os usos do centro; enquanto intrinsecamente relacionado a

²⁴ GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000. p. 286.

²⁵ BINZER, Ina Von. *Op.cit.* p. 63.

²⁶ *Idem.*

interlocutores espaciais distantes, é reinventado pelas práticas moventes sobre o espaço. Seu papel, contudo, parece se ampliar; para tanto, é necessário seguir ao encaixo de um objetivo comum à Sintaxe Espacial: “estabelecer relações entre espaço e sociedade, a última entendida como um sistema de probabilidades de encontros”.²⁷

A malha citadina compreendida como um emaranhado de relações topológicas mais que geométricas: medida de vias não pela sua extensão física, mas sim pela gama de diferentes trajetos que abre, enquanto possibilidades, aos passos.

Vista como relação dialógica entre vias de fluxo e barreiras, permeabilidades e impermeabilidades, a cidade é entendida porquanto sistema de integração: facilidade de, em poucas esquinas, chegar a variados destinos. A maior integração reúne distintos objetivos frente à malha enquanto sistemas profundos, ou de menor integração, reúne uma diversidade de trajetos mais discreta, uma vez que *relaciona* poucos espaços.²⁸

No mapa de integração do Rio de Janeiro do período, a relação do centro às paragens de Botafogo mostra-se problemática. A conexão entre estes espaços é realizada por vias – ou, como posto pela Sintaxe Espacial, espaços convexos²⁹ – intrincadas. Pouco objetivas, assemelham-se a uma construção labiríntica pululada por esquinas e contornos; sua integração é precária.³⁰

Assim, a movimentação percebida por Ina Von Binzer poderia sugerir certos entendimentos sobre o cotidiano: enquanto sistema profundo, serve de objetivo espacial a grupos – ou rótulos – muito restritos. Se, para Frederico de Holanda,

a tipologia dos rótulos de uma fração urbana pode ou não favorecer a troca entre diferentes tipos de pessoas,³¹

o notado pela alemã à janela do Hotel Carson indica o contato entre tipos sociais em trânsito na interioridade da freguesia. Pendulando entre o comércio existente nos limites

²⁷ HOLANDA, Frederico de. Op.cit. p. 96.

²⁸ Cf. Idem. p. 102-103.

²⁹ Indicam espaços abertos nos quais o acesso é permitido, sem barreiras, a qualquer ponto dentro de seus limites. “Ao caminhar pelo espaço aberto da cidade, sabemos intuitivamente que sempre cruzamos transições (invisíveis) entre dois lugares (entre dois espaços convexos) ao dobrarmos uma esquina, ao adentrarmos uma praça. A técnica de convexidade permite explicitar essa intuição” (HOLANDA, Frederico de. Op.cit. p. 96).

³⁰ A análise cartográfica das linhas axiais do Rio de Janeiro indicam esta tendência quando postas em destaque as de menor integração. Cf. Mapa 4.

³¹ Idem. p. 108.

daquelas ruas mais próximas, percursos interligam esquinas que em pouco se relacionam com o centro.

Por outro lado, das janelas dos bondes outros usos são entrevistados. Rompendo de modo rápido aquelas ruas, e vencendo sua pouca integração, ligavam o sul da cidade ao convívio das ruas mais centrais. Separado da rua pela velocidade do transporte urbano a repetir o mesmo trajeto reiteradamente, outro rótulo dirigia-se a distintos anseios espaciais.

Alferes-alunos da Escola Militar da Praia Vermelha ou habitantes de Botafogo, enfim colocar-se-iam em contato com trocas distintas em diferentes espaços. Para tanto, a possibilidades de fácil locomoção nos bondes há pouco inaugurados seria de vital importância: estas alocações poderiam tomar o desenho urbano.

Nutririam, assim, transformações calcadas no uso daquela cidade transposta por Deodoro da Fonseca anos depois.

O barulho a atormentar Ina Von Binzer logo encerraria contatos a modificarem, diante de pólvoras e cortejos, a vivência da cidade.

2.3 Salão-sala

À rua do Ouvidor diferentes interlocutores, alocutivamente, dialogavam com os passos de Deodoro da Fonseca. Em um mosaico urbano a dobrar-se sobre si, a organicidade do Rio de Janeiro apresenta ao cortejo nuances de seu convívio.

A ela o transporte da cidade conduzia, em sua cadência pendular insistindo na reiteração de trajetos, transeuntes de bairros afastados. Habitantes de Botafogo, *alferes-alunos* da Escola Militar – como José Bevilacqua – partilhavam, tal como Deodoro, de suas fachadas.

Conduzir-se pela Ouvidor, vindo da artilharia ao campo da Aclamação, é, entretanto, um percurso oposto ao habitual. Desde 1847 o sentido de seu fluxo fora convencionado àqueles que pretendiam chegar ao largo de S. Francisco de Paula e à praça da Constituição. Ao percurso ora executado pelas tropas revoltosas seriam reservadas as ruas de S. Pedro, da Alfândega, Rosário, Cano ou S. José. Mas a convenção cotidiana seria rompida àquela manhã de novembro.

Dentre tantos que, à janela dos bondes, viam a cidade ser desvelada de modo impessoal e distante, a rua do Ouvidor representa um objetivo, destino. Vindos de longe, estancariam por fim em seu calçamento. Ali desenhavam impressões sobre a sociedade. Escondendo de si fragmentos citadinos tornados distantes, tal qual as conversas à porta do comércio da rua do Catete a aborrecer a alemã Ina Von Binzer, poderiam controlar os aspectos *topoceptivos* através dos quais punha-se em contato com o Rio de Janeiro.

Pois é exatamente sobre esta topoceptividade que Machado de Assis, em crônica de 13 de agosto de 1893, percebe a rua. Critica a defesa do *Diário de Notícias* acerca do alargamento da Ouvidor. Fortalece sua ironia clamando que

vós que tendes a cargo o aformoseamento da cidade alargai outras ruas, todas as ruas, mas deixai a do Ouvidor assim mesma – uma viela, como lhe chama o Diário, - um canudo, como lhe chama Pedro Luiz.¹

¹ ASSIS, Machado de. *A Semana*. vol. 1. São Paulo: Editora Brasileira Ltda., 1950. p. 361.

A base de sua argumentação dá-se através de características cognoscivas desta paragem: “há nela, assim estreitinha, um aspecto e uma sensação própria de *intimidade*”.² Entre a concretude do espaço, a tornar possíveis contatos, surgem-lhe modos peculiares de organização e implicações sociais; constata que

é a rua própria do boato. Vá lá correr um boato por avenidas amplas e lavadas de ar. O boato precisa do aconchego, da contiguidade, do ouvido à boca para murmurar depressa e baixinho, e saltar de um lado para o outro.³

Existem, contudo, lugares certos aonde ir à procura desta boataria. Machado cose espaços específicos com seu tom jocoso:

na rua do Ouvidor, um homem, que está à porta do Laemmert, aperta a mão do outro que fica à porta do Cashley, sem perder o equilíbrio. Pode-se comer um sandwich no Castellões e tomar um cálice de Madeira no Deroché, quase sem sair de casa. O característico desta rua é ser uma espécie de loja única, variada, estreita e comprida.⁴

O espaço público organizando o “estar-junto”, tornando-se “signo eficaz do desejo de socialidade”⁵ e fortalecendo o boato ao pé do ouvido, murmurado à rua. Parece reconhecer, no Rio de Janeiro, a presença de um tipo de âmbito social a se reinventar. Habermas, percebendo processo semelhante em um contexto europeu, propõe que

à medida que a “cidade” assume suas funções culturais, modifica-se não só o sustentáculo da esfera pública, mas ela mesma se modifica.⁶

A rua do Ouvidor, portanto, poderia ser figurada como importante recurso cultural lançado à vida cotidiana do Rio de Janeiro.

Tomada como objetivo sobre a malha cidadina, seleciona seus passantes. Reúne em torno de si tipos sociais específicos; e a rua que, caso encarada friamente dentro do espaço

² Idem. (grifos meus)

³ Idem. p. 361-362.

⁴ Idem. p. 362.

⁵ MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 60.

⁶ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 46.

urbano, não integra distintos lugares,⁷ pode especializar-se. Em outras palavras, seu desenho – devido à pouca integração que proporciona – não representa caminho a trajetos diferentes à procura de variados objetivos. Assim, a gama de “rótulos” é reduzida; a rua do Ouvidor tende a tons monocromáticos do social.

A intimidade à qual se refere Machado de Assis é fortalecida pelo tipo de convívio possibilitado pela rua. Significaria a reclusão em um espaço onde o boato fluiria entre conversas travadas por aqueles que, frente à cidade, semeavam objetivos próximos. Aproxima-se a certa exigência de “uma espécie de sociabilidade que pressupõe algo como a igualdade de status”,⁸ tal qual notado por Habermas. Reclusos ao restante da cidade, os freqüentadores da Ouvidor teriam nas próprias características topográficas da rua a possibilidade deste modo de relação. Controlando alocações espaciais, fragmentariamente em meio a jogos espaciais de vistos e escondidos a cidade seria moldada, pelos passos, através de sua topoceptividade. A esfera pública explorada, portanto, faz-se baseada em aspectos de intimidade.

A diversidade inferida do desenho de Bellenger, o movimento republicano saudando nessa mesma rua a cidade que o aplaude, estreita-se.

Todavia, alguns recursos retóricos explorados visualmente nas páginas do *L'Illustration* são replicados no texto de Machado de Assis. Em suas linhas, as fachadas comerciais da rua determinam as margens de sua argumentação: a proximidade ao comércio é tomada como aspecto fomentador principal do contato. Ao explorar a intimidade do público remete-se ao consumo.

Nesse sentido, é novamente Habermas quem se aproxima ao cronista. Nota que

à medida que a cultura assume forma de mercadoria, e só assim, ela se transforma propriamente em “cultura” (como algo que faz de conta que existe por si mesmo), pretende-se ver nela o objeto próprio de discussão e com o qual a subjetividade ligada ao público entende a si mesma.⁹

Os templos do consumo, dispostos lado a lado na Ouvidor, fariam as vezes de palcos privilegiados aos boatos apontados por Machado. Afinal,

⁷ Cf. Mapa 3.

⁸ HABERMAS, Jürgen. Op.cit. p. 51.

⁹ Idem. p. 44.

a “cidade” não é apenas economicamente o centro vital da sociedade burguesa; em antítese política e cultural à “corte”, ela caracteriza, antes de mais nada, uma primeira esfera pública literária que encontra as suas instituições nos *coffee-houses*, nos *salons* e nas comunidades de comensais.¹⁰

A co-presença, guiada pelo comércio, orienta a intimidade da esfera pública forjada à rua; liga-se estreitamente ao consumo. Supõe traslados das periferias citadinas, concentra entre as margens da Ouvidor um convívio previsível: laiciza instituições ao passo que fortalece o papel político da cidade.

É exatamente próximo ao momento histórico apontado por Habermas como de modificação desta esfera pública que Mikhail Bakhtin situa um tipo específico de *cronotopo*: o do *salão-sala de visitas*, espaço de entrelaçamento do enredo baseado na reunião de pessoas privadas tidas como iguais em lugares não puramente públicos. Locais onde há discussões a mesclarem o comentário de alcova aos ideários políticos, como as opiniões sobre a inauguração da estátua eqüestre de D. Pedro I à praça da Constituição. Ao se aprofundar no terreno do convívio, o séquito organizado na manhã da proclamação põe-se, cada vez mais, em diálogo. Depara-se com espaços a fundarem a possibilidade do controle, onde

o tempo não tem peripécias e parece quase parado. Não ocorrem nem “encontros” nem “partidas”.¹¹

Rua de permanências, sugere a presença de tons privados em meio ao convívio pressupostamente público; relação parrésica a se esgueirar por entre *endoxons*.

Em torno do comércio, o contatao difunde intersecções entre diferentes abordagens. É preciso, desta forma, reconhecer

uma mudança, entre os historiadores econômicos, de uma preocupação com a produção para uma preocupação com o consumo, mudança esta que cria uma dificuldade crescente na separação entre a história econômica e a história social e cultural.¹²

¹⁰ Idem. p. 45.

¹¹ Idem. p. 353.

À sincronia da passagem da proclamação pela rua, um processo diacrônico tornaria possíveis os encontros que nela eram explorados. Sua raiz, portanto, parece se relacionar ao comércio da Ouvidor.

Há décadas um lento processo de remodelação comercial era travado na cidade do Rio de Janeiro. Juntamente a ele, os espaços de convívio citadinos mudavam de norte. Desde primórdios do século este movimento ganhava espaço. Segundo Maria do Carmo Rainho, o meio urbano, crescendo aceleradamente, agitava-se.

Somava-se a isso o fato de a cidade, como sede do governo, ter recebido figuras da nobreza, ministros e funcionários burocráticos que precisavam encontrar aqui os produtos que estavam habituados a consumir em Portugal.¹³

Entre estes novos horizontes inaugurados no comércio local, Bernardo Wallerstein, inglês, conquistava fama. Já em 1829 importara a louça utilizada na cerimônia de casamento do Imperador D. Pedro I com Dona Amélia. Seu estabelecimento, localizado à rua do Ouvidor, era símbolo de prosperidade e requinte. Fornecedor oficial da Casa Imperial, seu sucesso alinhava-o à nova cidade que despontava como corte do Império recém-criado.

Atravessa décadas. A partir da década de 40 sua trajetória pode ser acompanhada nas páginas do *Almanak Laemmert*. Wallerstein possuía comércio variado: anuncia tanto papéis de parede pintados quando modas e perfumes – em seus anúncios, ostenta, orgulhoso, o título de fornecedor da Casa Imperial.

Ao, em 1846, mudar seu endereço do número 82 da Ouvidor para o 70 da mesma rua, transforma consigo as desventuras do comércio em seu ramo, que parece orbitar em torno de seu nome. Se aproxima do estabelecimento de Thomaz Antônio de Oliveira, nos números 73 e 63. Desde o registro anterior, no ano de 1845, Thomaz de Oliveira não anunciava no almanaque mais do que o necessário: seu nome e a localização de sua loja. No entanto, alguns anos depois da mudança do velho comerciante Wallerstein para a vizinhança, Thomaz passa a apostar em outras formas de apresentar seu comércio. A partir

¹² BURKE, Peter. “Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro”. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da História*. São Paulo: editora UNESP, 1992. p. 8.

¹³ RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda*. Brasília: edUnB, 2002. p. 51.

de 1848 expunha trabalhar também em outras áreas: “papéis pintados, molduras douradas, e oleados para salas”.¹⁴ Mas parece não adiantar. Em 1851 já não aparece mais no almanaque. O sobrenome tradicional de Wallerstein no ramo juntamente com o reconhecimento máximo de sua ligação à Casa Imperial trabalhariam a favor do comerciante.

A força do inglês à frente de seu tipo comercial transborda para a literatura. Em obras do período, seu comércio figura enquanto espaço *cronotópico* a cadenciar enredos.

José de Alencar, apoiando sua produção nas relações entre a dita *complication sentimentale* e a idealização heróica,¹⁵ por diversas vezes refere-se a Wallerstein. Em especial durante suas primeiras produções, o valor dado à cenarização urbana do Rio de Janeiro encontrava neste espaço sua pedra angular; privilegiando “o impulso heróico e a quadrilha idealizada dos romances de salão”,¹⁶ reflete acerca de posições sociais e a busca de solidez, enfatizando o dinheiro. Orbitando por entre convívios a resfolegarem em meio às ruas da cidade, perpassa o comércio enquanto tear de tramas.

Em passeio à rua do Ouvidor, Carlos e Henrique, em *A viuvinha*,¹⁷ conversam sobre a história de Carolina. Henrique contava-lhe como, cinco anos antes, em 1844, seu marido se suicidara. Ao narrar a triste passagem, fumando seu charuto, observava

todas as vidraças de lojas por onde passava e apreciando essa exposição constante de objetos de gosto, que já naquele tempo tornava a rua do Ouvidor o passeio habitual dos curiosos.¹⁸

Assim, partilhando daquele espaço citadino, a distância temporal ao fato contado dilui-se na proximidade espacial: avistam Carolina entrando na loja de Wallerstein. Parados à frente da vitrine, os dois moços, executando seu curioso passeio – como denunciado por José de Alencar –, observam a bela personagem sendo servida pelos caixeiros das

mais ricas e mais delicadas novidades, todas as invenções do luxo parisiense, verdadeiro demônio tentador das mulheres.¹⁹

¹⁴ *Almanak Laemmert*, 1848.

¹⁵ Cf. CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Vol. 2. São Paulo: Livraria Martins, 1959. p. 220.

¹⁶ *Idem*. p. 225.

¹⁷ ALENCAR, José de. *A viuvinha e Reencarnação*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

¹⁸ *Idem*. p. 40.

O romance de 1857, enveredando urbano adentro, concatena a cadência de suas linhas em um intriga tecida valendo-se da cidade; mais especificamente, de seus fragmentos: comércio, Ouvidor, Wallerstein.

Em *O Demônio familiar*, peça em quatro atos do mesmo ano, o nome do comerciante é lembrado como modo de atestar qualidade. Oferecendo charutos a Azevedo, Pedro diz serem “havanas de primeiras qualidade, da casa de Wallerstein”;²⁰ ao que é interpelado: “pelo que vejo já os experimentaste!” Mas não. “Pedro não fuma, não senhor; isso é bom para moço rico, que passeia de tarde, vendo as moças”. À procedência do artigo cubano soma-se um rol de hábitos urbanos – ambos intimamente ligados ao comércio de Wallerstein e à rua na qual se encerrava.

Nutria-se o contato – e, com ele, fundavam-se redes sociais. Pedro, em meio ao diálogo, deixa claro já saber do noivado entre Azevedo e Henriqueta. “Tua já sabes?...”, replica o noivo.

-Ora, já está tudo cheio. Na rua do Ouvidor não se fala de outra coisa.

-Ah! Quem espalharia? Apenas participei a alguns amigos...

-O velho foi logo dizer a todo mundo. Vmê. sabe por quê?

-Não; por quê?

-Porque... esse velho deve àquela gente toda da rua do Ouvidor; filha dele gasta muito, credor não quer mais ouvir história e vai embrulhar o homem em papel selado. Então, para acomodar lojista, foi logo contar que estava para casar a filha com sujeito rico, que há de cair com os cobres!²¹

O diálogo, assim como todo o restante da peça, entabulado entre as paredes cerradas da casa de Eduardo, vence a rigidez do doméstico ao se referir a outros *cronotopos*. Aponta uma cidade pulsante a invadir discursivamente a teia das cenas: e, para tanto, indica hábitos executados em espaços claramente delimitados. Entre eles, a rua do Ouvidor e a ambiência das vitrines de Wallerstein.

O voltar-se literário ao Rio de Janeiro, contudo, remete os textos de José de Alencar a outro autor, Joaquim Manuel de Macedo. Apontara para a riqueza dos costumes urbanos,

¹⁹ Idem. p. 41.

²⁰ ALENCAR, José de. *O Demônio familiar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultural, 1957. p. 104.

²¹ Idem. p. 105.

revolvendo uma estética Romântica sobre o solo citadino. Segundo Antônio Cândido, o autor engendrara

narrativas cujo cenário e personagens eram familiares, de todo o dia; peripécias e sentimentos enredados e poéticos, de acordo com as necessidades médias de sonho e aventura.²²

Enredos próximos à cotidianidade, não, contudo, sem antes serem revestidos do heroísmo idealizado. Sonho Romântico e trato cotidiano em relação dialética, Joaquim Manuel de Macedo lançara as bases da cidade enquanto *cronotopo* literário. Apaixonava-se pelo comércio, os bochichos murmurados à rua, o pulso ao qual a cidade cada vez mais se detinha. “Ficou no círculo restrito da sua classe e da sua cidade, desconhecendo personagens incompatíveis com os respectivos gêneros da vida”.²³ Alcançara sucesso nas primeiras décadas do Segundo Reinado; tratava de um Rio de Janeiro tanto temporal quanto espacialmente próximo àquele trabalhado por José de Alencar.

Explorando a cidade, referem-se não apenas à sua espacialidade, mas também a modos de convívio dobrados sutilmente sob as ruas. À procura de *cronotopos*, encontram no comércio pontos nodais a serem encarados literariamente. Ao consumo diferentes relações são tangidas.

A partir destes campos privilegiados da cenarização urbana, a estética é trabalhada pela “realidade, mas só nos dados iniciais; sonho, mas de rédea curta; incoerência, à vontade; verossimilhança, ocasional; linguagem, familiar e espraiada”.²⁴ Familiaridade, portanto, a ditar as relações entre a idealização e o dia-a-dia.

De toda forma, entre a rua oniricamente imaginada por tal literatura e a Ouvidor tomada pelo séqüito de Deodoro, décadas já haviam passado. Imprimiram marcas peculiares ao calçamento cindido pelo trajeto republicano; a diacronia, latente nos anos seguintes à exploração Romântica do Rio de Janeiro, fundara outros enredos.

Os tempos – e espaços – logo se transformariam.

²² CÂNDIDO, Antônio. Op.cit. p. 137.

²³ Idem. p. 145.

²⁴ Idem. p. 137.

2.4 A corte do consumo

Vários anos após os romances de José de Alencar, em 1878, uma compilação de crônicas de Joaquim Manuel de Macedo então recentemente impressas no *Jornal do Commercio* é publicada em livro. Seu nome, *Memórias da rua do Ouvidor*.

No ano seguinte, José Bevilacqua, futuro *alferes-aluno* da Escola Militar da Praia Vermelha, chegaria à corte. Em breve passaria a freqüentar as ruas do centro; entre elas, a Ouvidor. Logo no raiar dos anos 1880 Ina Von Binzer perceberia a efervescência da cidade à rua do Catete. O Rio de Janeiro era outro àquele do heroísmo Romântico do urbano nas linhas de José de Alencar. Os bondes já circulavam pelo calçamento da cidade, muitos espaços já haviam sido retranscritos naquelas décadas.

O *Memórias da rua do Ouvidor*, nesse sentido, trata de uma rua perdida e que, apesar de tão transformada, reside na lembrança do escritor. Anuncia a lida direta com o presente – “não tenho conhecimento de casas célebres nem de fatos memoráveis do outro tempo. Tudo que há notável é de ontem”.¹ De toda forma, reveste-se do passado; este “ontem” parece não tão perto quanto desejado pelo autor.

Refere-se a Wallerstein como “o Carlos Magno da rua do Ouvidor”, “Napoleão da moda e da elegância sem Waterloo imaginável”.² Enfim, herói Romântico do comércio. Nas ruas próximas – e mesmo na própria Ouvidor – havia toda uma gama de outros comerciantes a vender produtos

a preço de vinte, trinta, cinquenta por cento menos do que se compravam iguais e algumas vezes inferiores na loja do Wallerstein; mas que impotava isso?...não eram do Wallerstein...³

O valor agregado a seus produtos, como memorializado pelo cronista décadas depois, era de maior importância. Retoma aproximações tão trabalhadas por José de Alencar – entretanto, a força da contemporaneidade é dissolvida: passa a tratar não de uma cidade vista à janela, mas sim imaginada ao correr da pena.

¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Brasília: edUnB, 1988. p. 87.

² Idem. p. 92-3.

³ Idem. p. 92.

Tomam de assalto suas linhas tempos passados. Admite direcionar suas páginas à leitura

não de velhas, porque não há senhoras que o sejam, mas de senhoras que foram meninas e jovens durante o florescimento daquele gênio do bom-gosto.⁴

Gênio este que, àquela altura de fins da década de 70, já havia desaparecido da vida cotidiana carioca. Conta que “no apogeu da glória dos altos preços, bateu as asas, e foi-se do Rio de Janeiro”.⁵

Um herói da vida luxuosa carioca não apagado como derrotado, mas sim eternizado enquanto um adeus em tempos vitoriosos de sua casa comercial. A ausência de um Waterloo faria de Bernardo Wallerstein o herói Romântico da rua do Ouvidor.

Uma outra história, tanto menos heróica, é entrevista nas páginas do *Almanak Laemmert*.

Wallerstein sempre expusera um mesmo breve anúncio no almanaque: seu nome, número de sua casa comercial e, ostentoso, o título de “fornecedor da Casa Imperial”. Ao passo que outros concorrentes buscavam outros modos de atrair a clientela, como “preços baixos” ou “última moda de Paris”, Wallerstein explorava a marca maior de sua individualidade e o valor a ele agregado.

Mas em 1852 algo mudara. Em um longo texto, relata, no *Almanak Laemmert*, detalhes de seu comércio:

com casa em Paris e em Londres, recebem fazendas por todos os vapores de Southampton, assim como por todos os paquetes regulares do Hâvre, encarregão-se de qualquer encommenda, tanto para França, como para Inglaterra; encontra-se sempre nos seus armazens grande sortimento de fazendas francezas, inglezas e da India; toda a qualidade de artigos para o toilette de uma senhora; sedas, lãas, cassas, meias, rendas, modas, enfim tudo a que aparece de novidade; algumas vezes ainda antes de conhecidas e vistas em Paris, são immediatamente remetidas pelos vapores; artigos de todas as qualidades para homens e meninos, chapéos e bonés, pannos, camisas, brins, fazenda para colletes, grande sortimento de camisas, roupa feita, luvas, meias, etc.,

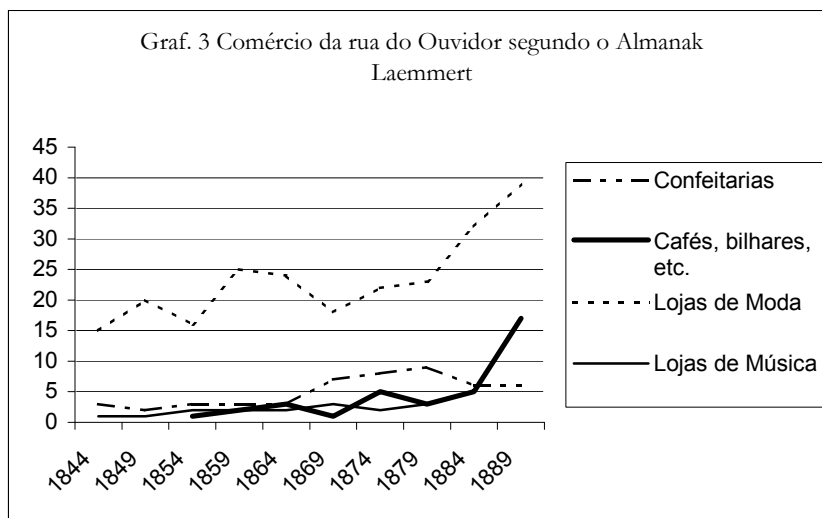
⁴ Idem.

⁵ Idem. p. 93.

morins e linhos, lenços de linho, cambraia e seda da Índia, leques, oculos para theatro, lenços, camisinhas bordadas, &c.

Pormenorização estranha à fama de Wallerstein, o chamariz arriscado no mesmo ano em seu anúncio de papéis pintados parece ainda menos familiar. Afirma oferecer “os papeis mais baratos do que qualquer outra casa”. E, mais, “não obstante a modicidade de seus preços, os fregueses que pagarem à vista terão 10 por cento de desconto”.

Desde os primórdios do Segundo Reinado o comércio se intensificava ainda mais. Àquele ano de 1852, via-se um inchaço de casas no ramo de modas. Após um breve período de retração, a oscilação



seria retomada em um ir-e-vir a se repetir por algumas décadas.⁶

A concorrência, cada vez mais acirrada na cidade, esboça um outro Rio de Janeiro àquele no qual, durante o Primeiro Reinado, Wallerstein iniciara sua trajetória. Assim, suas formas de diálogo junto a seus consumidores são modificadas.

As ruas aos poucos são tomadas por comerciantes. O nome já não oferece mais tanto peso quanto outrora. O herói, individual e parrésico, cede à concorrência de uma multidão de anônimos.

Em 1854, a concorrência no ramo de papéis toma fôlego. Oliveira Durão, estabelecido no número 71, ainda na rua do Ouvidor, além de receber “o que há de mais moderno na Europa”, dizia também que “seus preços são mais razoáveis do que qualquer outra casa”. Poucos metros adiante, na esquina da rua Direita, Caetano Antônio Gonçalves Garcia explora mais o baixo preço de sua casa: “1\$000 o rolo de papel pintado”. Mesmo não se dizendo importador ou exaltando pacotes e novidades, garante que “estes

⁶ Cf. Graf. 3.

commodos preços tornão mais economica a forração a papel”; já no ano seguinte não mais consta nas páginas do almanaque.

Como se apenas os baixos preços não bastassem, parece sobre com a carência de um apelo à importação.

A figura esboçada por Joaquim Manuel de Macedo ou José de Alencar acerca de Wallerstein, concentrando o prestígio em torno do nome, desimportando o preço, é subjugada às efervescentes promoções.

Entretanto, laços ainda são mantidos ao antigo comércio.

Em 1855 desponta, no



NOVA LOJA
DE
PAPEIS PINTADOS
64 A RUA DO OUVIDOR 64 A.
DEFRENTE DO JORNAL DO COMMERCIO.

João Carvalho de Medeiros (ex-caixeiro dos Srs. Wallerstein & Masset), acaba de estabelecer um vasto armazem de papeis pintados comprados e escolhidos por elle nas principaes fabricas de Paris. Tem rico sortimento de papeis para salas de visita; grande variedade de paisagens, estatuas, figuras, columnas e paineis para sala de jantar, varandas, corredores e entradas; e muitos papeis de 4.000 réis para cima.

Fig. 3; Comércio de João Carvalho de Medeiros, Almanak Laemmert, 1855.

ramo de papéis pintados, um novo nome. Abrira uma loja em frente à de Wallerstein – o que, em outros tempos, seria empreendimento arriscado. Mas aquele João Carvalho de Medeiros possuía alguma vantagem em relação à concorrência a tomar vulto ao seu redor. Apesar de, no grande anúncio exposto no almanaque, anunciar-se uma “nova loja de papéis pintados”, lançava sua âncora no certo terreno da tradição: entre parêntesis intitulava-se “ex-caixeiro dos Srs. Wallerstein e Masset”. Da velha relação comercial estabelecida pelo herói Wallerstein nascia o novo. Não há, portanto, uma rígida passagem entre dois tempos, mas sim um processo a se reiterar e, a cada repetição, rascunhar o desenho do novo.

João Carvalho de Medeiros explora visualmente esta cadência. Margeando seu anúncio, duas figuras dispõem-se a fitarem a “nova loja”: de um lado, o comércio; do outro, a pintura.⁷ Reconhece uma lógica cada vez mais ligada à arte: a do mercado. O comerciante, ainda que ligando-se ao velho Wallerstein, procura deixar clara sua relação diante dos produtos vendidos.

Nascia, como proposto por Habermas,

⁷ Cf. Fig. 3.

um público maior, todas as pessoas privadas que, como leitores, ouvintes e espectadores, pressupondo posses e formação acadêmica, podiam, através do mercado, apropriar-se dos objetos em discussão.⁸

Ainda que não dialogando diretamente com as esferas literárias, como proposto pelo autor, João Carvalho de Medeiros expandia a concepção dos objetos que vendia.

E se referia diretamente às ambiências domésticas:

papéis para salas de visita; grande variedade de paisagens, estatuas, figuras, columnas e painéis para salas de jantar, varandas, corredores e entradas.

Tantas são as referências a *cronotopos* próximos ao do *salão-sala de visitas*. Todos revestidos por produtos das “principaes fábricas de Paris”, como deixado claro no anúncio. A esfera pública da rua, dotada de tons privados, referia-se ao âmbito privado da casa, mas em especial aos espaços destinados a visitas e encontros, possuidores de nuances públicas: salas de visita, de jantar, entradas. São, enfim, espaços semelhantes aos objetos urbano e doméstico.

Deparando-se com cada vez mais concorrentes, a força individual de Wallerstein era posta em xeque.

Conta Joaquim Manuel de Macedo que, em outros tempos, certo vestido fora vendido pela casa do inglês com erros grosseiros da tesoura da modista responsável. Com o intuito de disfarçar o deslize, a barra fora completada com uma rude emenda trinagular que, apesar de escondida sob rendas e flores, logo seria descoberta pelos mais curiosos. “O vestido veio-me do Wallerstein que escolheu a seda, a modista e tudo dirigiu”,⁹ respondia a senhora àqueles que a interpelavam sobre o gosto do que vestia.

Pois o nome do comerciante bastava: nos dias seguintes tornava-se moda. Mais exagerado, colocado à vista, a emenda era então de maiores proporções, capaz mesmo de repuxar a altura do vestido e revelar a ponta do sapato esquerdo. Tomara as rua do Rio de Janeiro.

⁸ HABERMAS, Jürgen. Op.cit. p. 53.

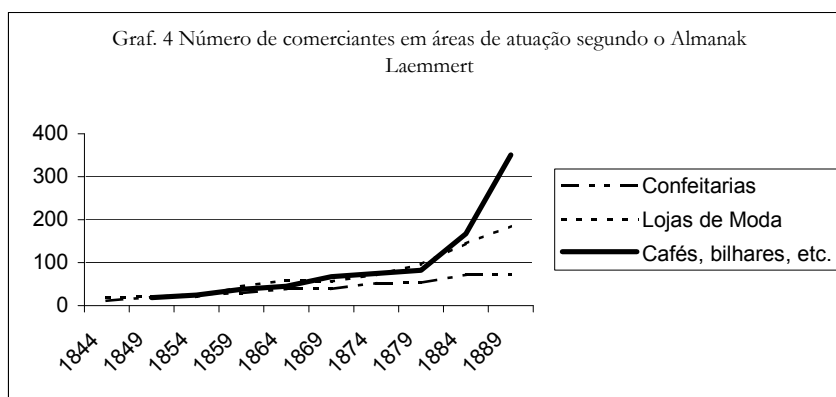
⁹ MACEDO, Joaquim Manuel de. Op.cit. p. 93.

-Que extravagante e feia moda é aquela? Perguntavam algumas senhoras.

-É fantasia... é emenda triangular à Wallerstein: respondiam as já informadas.¹⁰

Pouco depois, vendo o engano replicado por outras modistas da cidade, Wallerstein esclarecera o equívoco; retirava seu nome da estranha moda. Só então “a emenda triangular caiu no ridículo”.¹¹

Este prestígio, contudo, desaparecera nas décadas seguintes. O comerciante tentara se adaptar com longos anúncios, mas sequer o brasão de armas do Império, sempre ao



lado de seu nome nas páginas do almanaque, surte efeito.

No ano de 1862 Wallerstein já não mais consta nas páginas do *Almanak Laemmert*.

As mudanças atingem também outros ramos. Toda uma gama de espaços de encontro, como cafés e confeitarias, cresciam a olhos vistos na cidade. O número de comerciantes aos poucos aumentava – logo duplicado, triplicado naqueles tempos a mudarem a aparência da cidade.¹²

A rua do Ouvidor vista à manhã de 15 de novembro de 1889 era outra àquela de Wallerstein em meados do século. Multiplicava-se o comércio e, com ele, a vida pública se transformava.

Entre recentes possibilidades urbanas de convívio a proclamação fora conspirada. Às vésperas do ato executado por Deodoro o fluxo de mexericos tomava as ruas da cidade.

Ernesto Sena, analisando a arquitetura da proclamação, busca exatamente a circulação de comentários e conversas – traça uma interessante sucessão de encontros entre personagens do ato.¹³

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Cf. Graf. 4.

¹³ Cf. SENA, Ernesto. *Deodoro: subsídios para a História*. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 36-65.

Desde meados de outubro, Deodoro, enfermo, recebia em sua casa visitantes a comentarem-lhe assuntos referentes à política do Segundo Reinado. Mena Barreto, capitão do exército vindo do Rio Grande do Sul, falava-lhe, no dia 12, sobre os problemas daquela província e cobrava-lhe providências frente às supostas tentativas do governo Imperial de aniquilá-lo politicamente. Dentro de quatro dias voltaria à casa do General, em companhia do tenente Sebastião Bandeira, retomando os mesmos assuntos. A casa de Deodoro ao campo da Aclamação era, assim, tomada como palco a possibilitar encontros entre militares – contudo, logo os palcos seriam outros; e, com eles, distintos interlocutores viriam à tona.

Por ocasião da visita dos oficiais chilenos do encouraçado *Almirante Cochrane* à Escola Militar da Praia Vermelha no dia 26, um exaltado discurso de Benjamin Constant traria à cena outros meandros da circulação discursiva. Constant, criticando o governo Imperial acerca de sua lida com o exército, inflamara os ânimos da juventude militar à qual lecionava e que então o assistia. Em um outro cronotopo, *alocutivamente* contava com outros agentes. Atentamente ouvindo o professor, José Bevilacqua.

Em relação aos convidados de Deodoro à sua casa, aquele segmento militar parecia um tanto diferente. Celso Castro relaciona, partindo de teses de William Dudley e John Schulz sobre a participação do exército na política, separa o corpo militar envolvido na proclamação em dois grupos:¹⁴ o primeiro, mais antigo, seria uma *war generation* que participara da Guerra do Paraguai e tornava-se descontente com a política Imperial acerca de seus rendimentos e de lentas promoções; o segundo, formado pela juventude da Escola Militar, seria formado por *junior officers*, de tendência positivista mais clara e em contato mais direto com Benjamin Constant, professor da instituição.

O *cronotopo* da Escola Militar – e a publicidade conferia ao discurso parrésico de Constant – alargaria a abrangência do fluxo de encontros.

No dia seguinte, os comentários sobre o inflamado discurso chegava aos meios civis. E apropriava-se exatamente da rua do Ouvidor e seu comércio: número 113, Café de Londres.¹⁵ Almeida Pernambuco, Lopes Trovão e Aristides Lobo discutiam as repercussões

¹⁴ CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. p.23-29.

¹⁵ Joaquim Manuel de Macedo se refere a tal comércio. Contudo, imprimindo mais uma vez seu tom saudoso ao Rio de Janeiro deixado para trás pelo tempo, o Café de Londres serve-lhe apenas de pretexto para uma lembrança: “foi levantada no lugar onde se mostrava a antiga e pequena casa térrea de duas portas, que ainda em 1838 era loja de livros de Albino Jordão. Lembro-me sempre dele! Lembro-me da sua modesta loja de

do acontecido e como lidar com seus desdobramentos; o feito, apesar de restrito à Praia Vermelha, logo tomaria a cidade. Aos poucos, outros *cronotopos* são reunidos e, com eles, distintos interlocutores.

Cada grupo urbano, assim, internalizava-se em cochichos. Ernesto Sena traz uma lista aproximada daqueles que assistiram à inflamação de Benjamin Constant: todos militares ou alunos da Escola Militar. Por outro lado, em um distinto espaço, civis tentavam dar forma ao movimento.

Logo, contudo, tais fronteiras sociais seriam rompidas. *Cronotopos*, enfim, mesclados e embaralhados na intrincada teia urbana de contatos.

À noite de 30 de outubro, Tasso Fragoso, então *alferes-aluno*, juntamente com outros militares visitam Deodoro em sua casa. Torna-se urgente recorrerem aos meios civis. No dia seguinte, Major Sólton e o capitão Mena Barreto vão ter com Aristides Lobo no Café de Londres,

ficando assentado que a revolução se faria, comprometendo-se o Dr. Aristides Lobo a continuar na publicação de artigos incendiários durante os trabalhos revolucionários.¹⁶

Civis e militares, cada qual atuando sobre suas redes de influência, disseminariam em espaços citadinos cada vez mais amplos as críticas ao regime.

Tal amplificação significaria, assim, também a utilização de *cronotopos* mais largos na malha urbana do Rio de Janeiro.

Primórdios de novembro. A família Imperial oferecia uma grande recepção na Ilha Fiscal. Baile realizado em torno da comitiva chilena, mais uma vez a tripulação do *Almirante Cochrane* entrava em contato com um governo que, aos poucos, era despedaçado. Entre as tantas valsas executadas, o Imperador, vindo de Petrópolis especialmente para a ocasião,

compareceu envergando sua farda de almirante, acompanhado da Imperatriz D. Tereza Cristina, de vestido preto, ornado por rendas de Chantilly, e do neto, o príncipe D. Pedro Augusto.¹⁷

livros novos e velhos, de obras encadernadas ou em brochura, que se vendiam ali a barato preço” (MACEDO, Joaquim Manuel de. Op.cit. p. 108.)

¹⁶ SENA, Ernesto. Op.cit. p. 49.

Enquanto na baía de Guanabara as luzes da ilha resplandeciam, pouco longe dali, em São Cristóvão, os quartéis nutriam outros burburinhos.

Era a reunião do Clube Militar. O clube teria, “em novembro de 1889, cerca de 120 sócios, sendo insignificante o número de oficiais entre os seus associados”:¹⁸ eram a juventude militar, em especial *alferes-alunos*. Presidida por Benjamin Constant, a reunião contava com quase a totalidade dos jovens sócios. Constant aparece, na ata, abrindo a solenidade. Discursara sobre como “tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com a sua honra e dignidade”.¹⁹ Findo o discurso do professor, quem pede a palavra é José Bevilacqua;

diz que ao venerando mestre Dr. Benjamin Constant deveria ser dada pleníssima confiança para proceder como entendesse a fim de que em breve nos fosse dado respirar o ar de uma pátria livre, no que foi coberto de imensos aplausos.²⁰

O rapaz, vindo do distante Ceará, entrando em contato com o comércio já transformado da rua do Ouvidor e tomando fôlego como *alferes-aluno*, sentenciava sua participação em um processo que logo romperia às ruas.

Ao final da reunião, Constant

pedia lhe fossem dados alguns dias para desempenhar-se de tão árdua quanto difícil missão de que foi investido pela classe a que tem a honra de pertencer.²¹

Afinal, não caberia apenas à sua “classe” – aliás, designação exaustivamente repetida durante a reunião. Outros contatos ainda havia de serem feitos, diferentes alocações em distintos *cronotopos*.

E assim se segue nos dias seguintes.

Dali a duas tardes, o militar Sebastião Bandeira procuraria Aristides Lobo no Café de Londres: convidava-o para uma reunião, à noite, na casa de Deodoro. Comparecem civis

¹⁷ VAINFAS, Ronaldo (dir). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

¹⁸ SENA, Ernesto. Op.cit. p. 51.

¹⁹ Idem. p. 53.

²⁰ Idem.

²¹ Idem. p. 55.

como Rui Barbosa, Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva e membros próximos às diferentes camadas do exército como Benjamin Constant, major Sólon e o tenente Sebastião Bandeira. As relações tornam-se mais abrangentes – a cidade se conecta por meio de lugares específicos. Das conversas ficara “assentado o auxílio do povo e da Armada para o triunfo do empreendimento”.²²

A participação do povo, entretanto, dar-se-ia de modo quase imprevisto. À tarde do dia 14 de novembro, a poucas horas do cortejo de Deodoro que seria executado na manhã seguinte tomar as ruas, Sólon dirige-se à rua do Ouvidor. Não seguia, contudo, ao Café de Londres. Nem tampouco ia ao enalço de um ou outro interlocutor específico. Iria disseminar um boato; e, para tanto, bastava-lhe a rua.

Em meio a cafés e confeitarias, volta-se a algumas pessoas que ocupavam o *cronotopo* de encontro: diz-lhes estar à procura de Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Lopes Trovão e alguns outros – segundo o major, queria avisá-los de que o governo lhes havia decretado a prisão como já ordenara a de Deodoro e Benjamin Constant.

Por meio de rede de contatos diacronicamente engendrada, o boato lançado em um dos pontos de encontro cidadão alça o Rio de Janeiro rapidamente. Como posto por Ernesto Sena,

este boato premeditado, como é natural, tomou vulto e dentro em pouco repercutiu em todos os pontos da cidade, espalhando-se como verdadeiro no interior dos quartéis.²³

Pois exatamente sobre estes espaços de encontro tão caros à circulação de conversas e descontentamentos que o percurso de Deodoro da Fonseca é traçado no dia seguinte. O trajeto dialoga com o urbano. Vale-se dos mecanismos civis que, transformados ao longo das décadas precedentes, tornara possível o jogo político executado àquela manhã.

Entra em contato.

E, cidade adentro, colore seus passos com o estupor cidadão diante da multidão à rua. O Rio de Janeiro, buscando sentidos à artilharia, encontra-os no esgueirar entre esquinas. Na Ouvidor imaginada por Bellenger reside a força civil não ignorada pela conspiração que se estendia desde o mês anterior.

²² Idem. p. 59.

²³ Idem. p. 68.

O encontro não-fortuito ao Café de Londres entre militares e certos civis ou o topar ocasional de Sólon a disseminar boatos nutre de consistência o drapejar de experiências.

Todavia, a rua do Ouvidor ainda não fora totalmente transposta pelo séqüito. Há ainda muito o que galgar nos estreitamentos da cidade.

2.5 Adiante aos quarteirões

A rua do Ouvidor, figurada nos mapas como retilínea, aparece ao trato cotidiano dotada de certa sinuosidade. Não é homogênea, isto pode ser dito. Espreita diferentes tratos e, à medida que nela se aprofunda, a distância é ainda melhor marcada entre seus quarteirões.

Deodoro arriscava-se nesta empreitada. Indo à direção do paço da cidade, deparava-se com uma Ouvidor a mudar de cara sob a cadência dos passos.

Luiz Edmundo, escrevendo sobre a rua décadas depois, já em princípios do século XX,¹ refaz trajeto semelhante ao do cortejo republicano. Reconhece o apuro das vitrines, dos gostos e gestos. Minuciosamente se refere a tantos comerciantes e seus produtos.

Mas, ao transpor a esquina à rua dos Ourives, a ambiência se transforma,

já se começa a sentir grande diferença. A vitrine não mostra mais a graça, o apuro e o bom-gosto das primeiras que deixamos atrás.²

A distância ao largo de São Francisco de Paula ou à praça da Constituição é amplificada pelo trato. E mesmo “os homens das lojas, por sua vez, não parecem os mesmos. A caixeirada já se agita em mangas-de-camisa. Menor é o movimento, a animação, o ruído”.³

Topoceptivamente é criada a diferença. E, colocando-se diante de diferentes *topói* citadinos, mesmo a cidade muda de fisionomia. Uma outra rua do Ouvidor é entrevista e experimentada e, com ela, certo diferente Rio de Janeiro.

Entretanto, o notado por Luiz Edmundo já se esboça na fisionomia urbana da cidade na segunda metade do século XIX. Na amostragem tomada ao *Almanak Laemmert*, é perceptível uma polarização a tomar forma a partir da década de 1870. A concentração de casas comerciais voltadas ao encontro, como cafés e confeitarias, dá-se exatamente no trecho entre a rua dos Ourives e o largo de São Francisco. A multiplicação deste atributo da rua seria fortalecida nas décadas seguintes, modificando o uso urbano.⁴

¹ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Editora Semente LTDA, 1984.

² Idem. p. 10.

³ Idem.

⁴ Cf. Mapas 5-14.

O comércio, fazendo as vezes de objetivos frente à malha, nutrem certos usos da cidade enquanto trajetos. Em uma relação dialética diante das tantas pequenas migrações pendulares cotidianas, modifica e é modificado pelos percursos.

Pois exatamente a partir da inauguração da *Companhia Jardim Botânico* de transportes urbanos, em 1868, estes modos de apropriação espacial passam a ser transformados. O Rio de Janeiro, sendo surpreendido pelos bondes, muda de norte.

Em especial às paragens ao sul – e em especial Botafogo –, a crescerem vertiginosamente ao longo da década de 1870, interpolações inauguradas recentemente transformam os meios de se chegar ao centro. Vinha-se pela rua do Catete e, beirando o Passeio Público, revelava para si as ruas centrais da cidade. Seguia então para o largo da Carioca, onde o comércio atraía alguns urbanitas. Outros, contudo, permaneciam no transporte a rumar, pela rua dos Ourives, à Ouvidor.

Feitos pedestres, os passageiros então seguiam cidade adentro.

Há portanto dois núcleos a alimentarem a cidade de transeuntes vindos do sul: o largo da Carioca e a rua dos Ourives. Pois a partir destes nós o comércio, ligando-os aos espaços logo cindidos por Deodoro após a salva de tiros à praça da Aclamação, entrevê sucesso.

No trecho da rua da Vala entre o largo da Carioca e o de São Francisco de Paula prosperam dezenas de cafés.

Em relação à rua do Ouvidor, o trecho compreendido da Ourives aos largos visitados pelo séqüito republicano passa a arquitetar a aparência notada por Luiz Edmundo décadas depois. Rua que, defrontada com diferentes usos, falseia-se em duas.

O comércio indica co-presenças a animarem os espaços. Deixa marcas e, no caso da rua em questão, imprime um rastro supondo usos e ligações entre distintos lugares urbanos. Conectando esquinas e largos, denuncia objetivos comuns ao mesmo rótulo de práticas, tantas são as lojas dispostas quase lado-a-lado.

As transformações operadas durante a implantação do transporte público unem-se a outros atributos.

Emília Viotti da Costa, buscando o revisionismo historiográfico da proclamação da República, indica alguns nortes à análise. Ressalta que

o que parece relevante para os que vivem o momento histórico é em geral o que pode ser facilmente observado: as ações individuais, os conchavos denunciados, os episódios mais flagrantes, as intrigas mais conhecidas.⁵

Para a autora, inclinações a limitarem o vislumbre do ato; o caminho a trilhar deveria ser outro. Defende a exaustiva concentração do foco nas

contradições existentes na sociedade que propiciaram a penetração de idéias republicanas em certos meios conduzindo a Monarquia ao colapso e permitindo aos homens atuar de determinada maneira.⁶

Ao compilar algumas idéias sobre como proceder a esta revisão, pormenoriza mudanças econômicas ocorridas na década de 1870:

a economia brasileira tornou-se mais diversificada e complexa. [...] Concomitantemente às transformações econômicas, assistiu-se em certas regiões a um fenômeno de urbanização.⁷

No Rio de Janeiro, esta guinada urbanizadora toma ares de redimensionamento do aparato já existente. Refigurando a experiência, metamorfoseia também as possibilidades de circulação discursiva. Influenciando, assim, os “conchavos denunciados” anteriormente relegados a segundo plano pela própria autora.

Entre o episódico e o processo há imbricações caras ao entendimento; sincronia e diacronia entrelaçam-se. É no reflexo de um sobre o outro que a proclamação se torna possível. É Jacques Revel quem supõe uma distinta abordagem:

fenômenos maciços, que estamos habituados a pensar em termos globais, como o crescimento do Estado, a formação da sociedade industrial, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentarmos apreendê-los por intermédio das estratégias

⁵ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República*. 2ª ed. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas LTDA, 1979. p. 295.

⁶ Idem. p. 296.

⁷ Idem. p. 305.

individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante deles.⁸

No Rio de Janeiro, o incremento econômico fortalece a mudança dos modos de apropriação da cidade, sua contemporânea. Deste modo toma as ruas: transforma o comércio e a cidade lançando novos convívios. Territorializa-se.

Passa a demonstrar a redistribuição de funções urbanas. Roberto DaMatta, referenciando o caso das cidades brasileiras e ibéricas, sublinha que

a praça abre um território especial, uma região teoricamente do “povo”. Uma espécie de sala de visitas coletiva, onde se situam em nichos especiais o poder de Deus, cristalizado na Igreja matriz ou Igreja central, freqüentemente a primeira a ser fundada naquele local e que deu origem à cidade, e o poder do Estado, manifesto no palácio do governo.⁹

O movimento do comércio como aglutinador da experiência urbana, organizador da “sala de visitas coletiva”, toma de assalto este paradigma. Reinventa relações agora calcadas numa redefinição do espaço público.

Deodoro, contudo, ousa deixar este novo espaço de socialidade e guia-se ao paço cidadão. Descendo a rua do Ouvidor, ultrapassa os limites oníricos traçados pelo comércio ao transpor a esquina com a rua dos Ourives. Contradiz-se espacialmente.

Desafia o rumo imposto em meados do século: a Ouvidor seria destinada àqueles que traçam o sentido oposto ao que se atreve executar. Assim o fazendo, rompe com as práticas que, nas décadas anteriores, redesenharam o comércio. Isto significa aproximar-se daquilo que anteriormente tornava-se distante: o centro do governo Imperial na cidade.

DaMatta indica o crescimento do Rio de Janeiro

em volta do Largo do Paço, tal como Lisboa, naquela junção tipicamente ibérica entre fidalguia altamente irmanada com as atividades comerciais, tudo isso orquestrado por um poderoso e onipresente estamento tecnoburocrático.¹⁰

⁸ REVEL, Jacques. “Apresentação”. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 13.

⁹ DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua*. 4ª ed. Rio de Janeiro: editora Guanabara, 1987. p. 50-1.

¹⁰ Idem. p. 51.

Há décadas esta ligação não mais se concretizava. A corte afastava-se da espinha política – e se dissolvia. Nos últimos anos do Império, às portas da proclamação, a cidade experimentava outros tratos.

O orquestramento urbano deixava a órbita de matrizes ou palácios: exibia-se frente ao comércio. A confusão entre mercado e política fora bem notada por Carl Koseritz, viajante alemão. Em 1883 escreve que

quem quiser aprender a maneira por que o Brasil é governado e os negócios públicos conduzidos, não tem mais que passear algumas horas do dia na rua do Ouvidor.¹¹

A participação da Casa Imperial nestas mudanças era ocasional. D. Pedro Augusto, neto do então Imperador e filho de D. Leopoldina, trazia certa cor mundana à família. Ia a bailes, flanava na Ouvidor. Passeava, discutia, comentava. Metaforicamente, sediava-se numa cidade atrás dos limites da rua dos Ourives. O burburinho das ruas lhe era próximo.

Mas estas atitudes não eram a regra em sua casa.

Mary Del Priore nota que D. Pedro II

se queixava de que o neto estava muito “palaciano”. Referia-se, entre preocupado e orgulhoso, à sua agitada vida social, que gostaria de ver substituída por trabalhos de engenharia.¹²

Afinal, o II Reinado fora marcado por uma esquiva da mundanidade. Ausente de bailes e grandes festas, predominava o “tom lilás de meia melancolia”. Se “numa monarquia o rei e a família reinante devem dar o tom da vida social”, nota Wanderley Pinho, “entre nós Pedro II esqueceu esse dever. Poderíamos dizer que não deu tom nem som”.¹³ À medida que os anos passavam desde a maioridade do monarca, o reinado se entregava à reclusão: as poucas reuniões que ainda tomavam fôlego para serem promovidas terminavam cedo, já não ofereciam mais o brilho de antes.

Mesmo o baile da Ilha Fiscal, ofertado às vésperas da proclamação, é marcado por estas relações com o convívio. A Família Imperial retirara-se cedo. Ao deixar a festa,

¹¹ KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1972. p. 31.

¹² PRIORE, Mary Del. *O príncipe maldito*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 154.

¹³ PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1942. p. 123.

por volta de uma hora da madrugada, começaram a circular nos salões os rumores de que o Clube Militar estava reunido para deliberar sobre a prisão do ministério.¹⁴

A ausência tornava-se a regra. Mas a cidade criava sua própria lógica no trato. Mesmo com o gradual afastamento da coroa, inventava seus próprios bailes, ícones de prestígio e salões. Fazia-se ainda que à parte do trono.

Mesmo antigos comerciantes, como Wallerstein, sentem tal mudança. A exibição de títulos como o de fornecedor da Casa Imperial eram substituídos por outras balizas.

Nas últimas décadas, contudo, a distância do trato tornava-se também espacial. O Rio de Janeiro reinventava a experiência. A proximidade urbana ao paço era descartada.

A cidade adentrava a si mesma, concentrando-se nos largos ou na rua do Ouvidor; mas, ainda assim, no trecho acima da rua dos Ourives.

Botafogo crescera. Afastando a concentração de residências ainda mais à Quinta da Boa Vista, moradia oficial do Reinado, dicotomizava o solo cidadão. A corte dissolvía-se no desenrolar do século XIX.

Aproximar-se, mesmo que fisicamente, ao paço, tal qual empreendido por Deodoro, era traslado incerto. Desfilava, enfim, diante de outra cidade.

Para além do humilde palácio urbano, a rua do Ouvidor continuava. Seguia em direção ao porto. Ali seus tons soam ainda mais grotescos ao olhar atento de Luiz Edmundo:

desagradável e imundo esse trecho onde abunda o homem de indumentária reles, sobranceiras carregadas, a berrar, no meio da rua, como num campo, em plena praia ou num deserto:

-Ó “estupoire”, mande-me daí o Antônio, que “el” tem que “levar” o raio do cesto das compras à Saúde!

E o Antônio responde, também, aos berros. O vendilhão retruca.¹⁵

Destacando a diferença ao trato àquele romanescamente imaginado às ruas de cafés e confeitarias, relaciona-o a outros espaços. Refere-se à Saúde, bairro situado na mesma

¹⁴ VAINFAS, Ronaldo (dir). Op.cit. verbete “baile da Ilha Fiscal”.

¹⁵ EDMUNDO, Luiz. Op.cit. p. 11.

direção à qual Deodoro se encaminha. Ali, naquele fragmento a carregar o mesmo nome da Ouvidor, destaca-se a estranheza. Segue a babel tecida por Edmundo:

Entra no diálogo o homem do burro-sem-rabo, espécie de Centauro da viação urbana, que chega banhado em suor a maldizer o sol, atrelado aos varais do seu carrinho. Isso quando em meio a esse linguajar áspero, onde a obscenidade de permeio resvala, não irrompe o brado do italiano do peixe, de cesto ao ombro, vendendo a tainha, o badejo, o peixe-galo, ou o assobio do moleque que vende puxa-puxa e bate com o pauzinho em uma caixa de folha, ou, ainda, o grito torturante do carroceiro apressado, mandando o transeunte trepar para a calçada, porque ele quer passar com a carroça:
-Olhe, aí, este caminho, ó sua besta!¹⁶

O autor emenda a frase, perde o fôlego na sua ausência de pontos. Em meio à confusão – da rua ou do texto – não se distingue exatamente homem e animal; seja o “Centauro da viação urbana” ou a besta imperada a subir à calçada.

Nesse sentido prostra-se em um mudo diálogo às reclamações de Ina Von Binzer do quarto de seu hotel. Fia uma descrição próxima aos ruídos vindos da rua diante do qual os bondes de Botafogo passavam indiferentes. “Há de se concordar que a elegância da rua do Ouvidor, nesse trecho, é um tanto precária”, pontua Luiz Edmundo. A conclusão o leva a relegar ao tempo a distância espacial: “e cheira em demasia ao pouco amável tempo da Colônia”.¹⁷

Deodoro, ao fitar o paço, entretanto, não seguira pelo infame trecho da rua. Dobra a esquina à rua Direita. Mas, pouco a pouco, aproxima-se de uma urbe outra. Meios citadinos alimentados por outros *cronotopos*, diferentes interlocutores.

O cortejo deixa o *salão-sala de visitas*.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

3. Dos becos e silêncios

Na realidade trabalha-se com poucas cores. O que dá a ilusão do seu número é serem postas no seu justo lugar.

(Pablo Picasso)

3.1 Aonde mora o passado

Arthur Azevedo, já à rua, procurava informações sobre o que acontecia junto ao ministério. Soube que “o ministro, conselheiro Lourenço de Albuquerque, um dos que mais honraram aquella pasta, estava preso”.¹ A cidade, por algum motivo que ainda não se clarificara, parecia-lhe ferver.

O tempo cedia às salvas e ao cortejo. As marcas desta nova temporalidade evocavam medidas apressadas.

Um filho do ministro, no gabinete, abria as gavetas de uma secretaria e arrecadava os papéis particulares de seu pai, antes que os revolucionários viessem tomar a repartição.²

Pois estes embates entre distintas cronologias saltam aos olhos de Azevedo. Há uma alteridade temporal presente no espaço:

um enorme Pedro II de gesso, obra do escultor Chaves Pinheiro, parecia, do alto de seu pedestal de madeira, contemplar com sombranceria toda aquella agitação desusada.³

Fita, assim, a diferença arquitetada por uma outra medida do tempo.

O cronista, mais uma vez, toma a rua. Segue pela Primeiro de Março, antiga rua Direita, a tangenciar o paço citadino do Imperador. Estava vazio àquela hora da manhã. De toda forma, a rua “estava cheia de povo. Deodoro da Fonseca desembocava da rua do Ouvidor, a cavallo, em frente da tropa”.⁴ O restante do percurso fora perdido pelo olhar de Azevedo – as guerras de “vivas” e as saudações na Ouvidor. O que ora lhe era apresentado, fragmentos específicos do cortejo, trazia-lhe certas impressões sobre as primeiras horas do dia.

Deodoro inspirava estar “visivelmente enfermo”, mal se agüentando sobre a montaria. “Faltava-lhe, naquelle momento, um sorriso que alegrasse a turba”, nota.

¹ Conforme relato de Arthur Azevedo em *O Paiz*, 17 de novembro de 1902.

² Idem.

³ Idem.

“Trazia a cara fechada, parecia um heroe que viesse, não de uma victoria, mas de uma derrota”.⁵

O “momento” ao qual se refere projeta-se no espaço ao reconhecer a cadência do trajeto. Mesmo os quarteirões recém vencidos da Ouvidor já não inspiravam a mesma intimidade de antes. Ao defrontar-se com a Primeiro de Março, via-se o paço fechado pelo Imperador que ainda permanecia em Petrópolis àquela hora da manhã. As marcas evocadas eram outras: a cidade remontava aos símbolos anteriormente explorados pelo vencido Wallerstein; ícones do tempo que era deixado, relegado à história.

Mesmo a multidão se portava de modo diferente:

o silêncio era profundo. Só se ouvia o barulho das patas dos animaes batendo na calçada, e os sons longínquos das bandas marciaes, que se aproximavam.⁶

O tom era fúnebre ao prostrar-se diante da temporalidade ora desafiada. Ao contrário dos “vivas” anteriormente tão efusivos, “não houve grito na multidão”.

Azevedo, assim, considera o adjetivo “bestificado”, utilizado por Aristides Lobo para designar a reação do povo frente ao ato. Tomando o fragmento a ele revelado daquela manhã, conclui ser

de uma propriedade cruel, mas irrefragável. Os cariocas olhavam uns para os outros, pasmados, interrogando-se com os olhos sem dizer palavra.

Quando a tropa já seguia em direção ao Arsenal de Marinha, Arthur deixa seu encalço e volta – dirige-se à Ouvidor.

Em outro espaço, contradiz-se.

“Ahi a bestificação não era tamanha, ou antes, não havia bestificação e a República tinha sido recebida com certo entusiasmo”.⁷ A cena lhe era diferente, colorida por outras nuances.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

Vi passar um numeroso e turbulento grupo de cidadãos que se esgoelavam a dar vivas, levando à sua frente José do Patrocínio, cuja palavra as inflammará do alto das janelas da *Cidade do Rio*. Esse grupo, que de esquina em esquina se tornava mais compacto, dirigia-se à Câmara Municipal para proclamar a República.

Ao passo que conclui: “era o povo que adherira ao exército”.⁸

Pois a dita bestificação mostra-se atrelada a espaços. E, com ela, a denominação do “povo” a acompanhar o ato. A cidade então rompida pela comitiva de Deodoro apresentava a seus membros outras experiências, um tempo distinto ao proposto pela ação ora encenada.

Estas impressões sobre a esquina da Ouvidor com a Primeiro de Março ainda seriam exploradas nos anos seguintes.

Machado de Assis, em 1893, redige uma crônica em homenagem ao amigo Garnier, recém falecido. Fora, desde 1846, dono de uma célebre livraria ao número 71 da Ouvidor, nas proximidades ao paço. Tomara desde então monopólio de seu tipo comercial na corte. Tornara-se fornecedor da Casa Imperial, sendo agraciado por D. Pedro II com a comenda Ordem da Rosa. Publicara os grandes autores do período, entre eles Olavo Billac, Sílvio Romero e Araripe Jr.⁹ Sua morte marcava, para o autor, a reiteração de um processo, melancólico, a reformar silenciosamente a cidade. Desabafa: “essa livraria é uma das últimas casas da rua do Ouvidor; falo de uma rua anterior e acabada”.¹⁰

Lembra que na livraria Garnier encontrava-se com Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar. Reveste-se de memória, recorda-se que “daquellas conversações tranquillias, algumas longas, estão mortos quasi todos os interlocutores”.¹¹ Outros tantos escritores, em outros tempos, eram vistos na casa comercial, mas Machado emenda-se: “não os cito, porque teria de nomear um cemitério, e os cemitérios são tristes”.¹²

É sufocado por um tempo já ido, figurado como história, lembrança. Remete-se ao falecido colega Garnier:

⁸ Idem.

⁹ Cf. SENNA, Ernesto. *O velho comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2006. p. 45-58.

¹⁰ ASSIS, Machado de. *A semana*. vol. 1. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson Inc., 1950. p. 402.

¹¹ Idem. P. 403.

Valha sequer a memória, ainda que perdida nas páginas dos dicionários bibliográficos. Perdure a notícia, ao menos, de que alguém que n'este paiz novo occupou a vida inteira em crear uma industria liberal, ganhar alguns milhares de contos de réis, para ir afinal dormir em sete palmos de uma sepultura perpétua. Perpétua!¹³

A *topoceptividade* apresentada a Deodoro e seus acompanhantes deixava a celebração do momento e entrava em contato com ares de um passado incomodamente presente no espaço. Inspira o mesmo silêncio fúnebre evocado por Machado de Assis.

O autor, ao longo do período imediatamente posterior à proclamação reiteradamente se refere às nuances da memória destes espaços. Em 17 de maio de 1896 conta uma de suas andanças no dito bairro Carceller.

Compreendia um dos primeiro quarteirões da rua Direita, onde se encontrava a afamada confeitaria de mesmo nome. Transpunha o lugar, anteriormente tão freqüentado, às 7 horas da noite. “Estava quase solitário. Um ou outro homem passava, mulher nenhuma, rara loja aberta, e mal se ouvia os *bonds* que chegavam e partiam”.¹⁴ E, partindo do espaço, apela à memória:

recordava cousas passadas, um incêndio, uma festa, a ponte das barcas um pouco adiante, a Praia Grande do outro lado, e a assembléa provincial vulgarmente chamada salinha.¹⁵

Anima o lugar por sua recordação, mas os tempos idos ainda apontam a alteridade presente: “a salinha acabou, e a Praia Grande ficou decapitada, passando a assembléa com outra feição a legislar em Petrópolis”.¹⁶ A rua, antes tão animada, era deixada ao silêncio.

O rumo ao Arsenal de Marinha arriscado por Deodoro transforma o rosto citadino que fazia desfilar. Tal objetivo fazia-se urgente frente à manhã incerta: o ministro

¹² Idem. p. 404.

¹³ Idem. p. 406.

¹⁴ ASSIS, Machado de. *A semana*. vol. 3. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson Inc., 1944. p. 182.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

daquelas armas, barão de Ladário, fora ferido há pouco, no campo da Aclamação, por voltar-se contra Deodoro¹⁷. Eis que o séquito enredava um Rio de Janeiro de modo a confirmar a adesão da Marinha.

Por entre aqueles outros espaços, contudo, haveria um distinto Rio de Janeiro.

Os *cronotopos* mudavam de feição. Os seus poucos acompanhantes civis que permaneciam no trajeto deixavam o âmbito íntimo, quase familiar da rua do Ouvidor. De modo definitivo se encontravam à rua, longe da casa a céu aberto criada entre o comércio já velado pelo compasso das esquinas.

¹⁷ Cf. SENA, Ernesto. *Deodoro: subsídios para a História*. Brasília: Senado Federal, conselho editorial, 1999. p. 146-7.

3.2 A cidade-casa e as casas da cidade

João Antônio de Paula, buscando implicações temporais do objeto citadino, encontra a força do controle calcado na memória. Espacialmente, segundo o autor, procura-se

parar o tempo, fixar a felicidade, eternizar o prazer, suspender a dor, interditar o sofrimento, realizar o mais pleno do desejo da plenitude.¹

Enquanto emaranhado de experiências, a tortuosidade citadina seria vertida em refúgio, lugar no qual habitar a memória tornar-se-ia possível.

Para tanto, o sujeito passante recria, ordena.

Há certa filiação, como proposto por Bachelard, de espacializações ideais, lugares onde “reconfortamo-nos ao reviver lembranças de proteção”.² Estes esquemas, segundo o autor, residem nas moradas, uma vez que “todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa”.³ De toda forma, não apenas a ambiência objetiva de quartos e corredores, mas também a virtualidade de sentidos propostos pela ordenação mundana que supõe; “pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos”.⁴

Introjetivamente, a permeabilidade objetiva dos espaços, enquadrando usos e contatos, permaneceria pragmaticamente nos passos a percorrerem outras ambiências. Imprime noções e expectativas fundindo desejos e receios. “A casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade”.⁵ Pois esta função da morada imaginada resfolega diante do tempo em um sentido próximo ao apontado por João Antônio de Paula: “em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido”.⁶

¹ PAULA, João Antônio de. “As cidades”. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006. p. 24.

² BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 25.

³ Idem.

⁴ Idem.

⁵ Idem. p. 36.

⁶ Idem. p. 28.

Tornada ser, a casa expande-se através da memória para além de seus muros – a ganha a cidade.

A dupla abordagem cidade-casa poderia, portanto, elucidar a passagem *cronotópica* a, diante do relato de Arthur Azevedo, evidenciar a perspectiva de uma cidade supostamente distinta.

Gilberto Freyre, em *Sobrados e mucambos*, traz-nos o traçado da planta baixa do sobrado nobre do barão de Itambi, construído na década de 1850.⁷ Construído no afamado bairro de Botafogo, compunha entre suas paredes uma expectativa frente à tessitura social. Juntamente com os testemunhos colhidos pelo pesquisador, é possível imaginar a utilização dos espaços domésticos. O mesmo ambiente parece se desdobrar em diversas possibilidades de uso, inserindo-se em jogos de espelho diferentes.

Aos visitantes, uma determinada casa surgia por entre a pragmática dos passos.

Uma vez deixada na porta da frente, a visita veria seu coupé sumir por um portão ao lado; seria guardado nos fundos, recluso ao olhar. Entrando pela porta principal, um lindo vestíbulo. Todo decorado em mármore branco e preto, chamava a atenção de quem nele entrava uma grande escada logo à frente. Escada que, abrindo na parte superior em lance duplo, levaria a visita diretamente às portas do salão de festas. E era exatamente ali onde, às quintas-feiras, o barão servia seus banquetes políticos. Pelas janelas do salão, que davam para os fundos do terreno, lado oposto à rua, via-se um deslumbrante pomar e um jardim minuciosamente cuidado.

Essa espécie de cortejo ritual esconderia tanto a cozinha, a estrebaria ou a adega quanto os quartos nos quais a família desenrolava sua intimidade. Caso o visitante fosse participar de um dos banquetes políticos oferecidos no salão de festas, seu percurso seria resguardado de certos espaços.

Entretanto, seguindo o coupé através do portão pelo qual entrara, surge uma vertente diferente do casarão. Indo à direção da cocheira, nos fundos da casa, desfila em frente ao quarto dos criados, escondido do resto da casa e para o qual nenhuma janela do palacete se voltava. Atingindo o pátio que poderia ser parcialmente visto do salão de festas no segundo andar, nota-se às suas margens uma estrebaria, uma lavanderia, uma

⁷ Ver anexo, figs. 1 e 2.

cocheira. Criados circulando pela cozinha, a copa e a adega mas, em função da organização da casa, invisíveis aos convivas do andar de cima.

São, assim, trajetos baseados na noção de *rótulos*, intenções frente à malha – ainda que em estreita escala dentro do doméstico.

Em 1823, um dicionário da língua portuguesa coordenado por Antonio de Moraes,⁸ brasileiro, teria sua 3ª edição impressa. Escalona e ordena, por meio da língua, concepções sociais e, por conseguinte, intuitos frente ao espaço. As definições de alguns termos ligados à vida doméstica e em sociedade parecem corroborar o observado na organização dos espaços dentro do sobrado do barão de Itambi. Ligando alguns campos semânticos, logo grupos distintos – e algumas vezes antagônicos – surgem.

O primeiro grupo seria regido pela família e pelo trato mais próximo. O termo “familiar”, por exemplo, é definido como “da família, caseiro, doméstico; e f. íntimo, sem cerimonia, que tem familiaridade”. Uma dispensa de cerimônias que parece se dispor no centro dos termos analisados. Tanto os termos “familiaridade” quanto “íntimo”, indicados no verbete, apontam à amizade; “íntimo” sendo relacionado ao “amigo, mui entranhável, e familiar, que tem entrada no íntimo da casa, e família” – espaço doméstico servindo como referência e fonte semântica do termo. “Familiaridade” remete à “amizade, ou convivência sem ceremonias, e como d’entre pessoas da família”.

Há aqui uma dupla ligação ao conceito de *cerimonioso*: sua negação infere *intimidade*, ao passo que indica o estreitamento à família – e aos espaços a ela relacionados. A falta de *cerimônia* no trato aproximaria tais pessoas aos familiares.

Assim sendo, aqueles com os quais a cerimônia ainda fosse necessária estariam reclusos ao salão de festas, impedidos de se aproximar das partes mais íntimas do casarão. Enquanto *rótulos*, diriam respeito a trajetos, no casarão de Itambi, ligando o vestibulo ao salão de festas negando espacialmente toda uma gama de vivências domésticas – como a cozinha, a copa ou mesmo os quartos *íntimos* da família. O dicionário define assim o termo “ceremonia”:

⁸ SILVA, Antônio de Moraes e. *Diccionario da lingua portugueza*. 3ª ed. Lisboa: M. P. Lacerda, 1823.

[...] § *Cortezia*; modo urbano, grave no trato, conversação de gente não familiar. *O embaixador depois de fazer todas suas ceremonias, e cortezias. § não é pessoa de cerimonia; i. é, é familiar.*

O trato cerimonioso é, portanto, uma forma de comportamento urbano, social; define um grupo diverso àquele referente ao *íntimo* ao negar o “familiar”. O adjetivo “urbanidade” é diretamente ligado, segundo a definição do dicionário, aos “estilos de gente civilizada” que se pretende externar como possuidor do “bom termo”. Urbanidade, civilidade, cortesia, cerimônia; todos termos reunidos em torno da “conversação de gente não familiar” própria ao relacionamento político, como a do embaixador que deveria primeiramente “fazer todas suas ceremonias, e cortezias”, ou dos banquetes políticos dados às quintas-feiras pelo barão de Itambi em seu resguardado salão de festas.

Representando os modos através dos quais essa disposição dos espaços se tornava inteligível, por meio de metáforas, à elite carioca imperial, tais verbetes podem trazer à tona importantes pontos à análise pretendida. Eis, por um lado, o comportamento *íntimo* dispensado aos amigos próximos e familiares no coração da casa e, por outro, a *cerimônia* regida pela cortesia nos locais onde se recebe a sociedade e para ela exhibe os melhores tapetes e o mais alvo mármore, escondendo o que é próprio ao cotidiano familiar.

A diferenciação esboçada entre dois caminhos a serem percorridos do ambiente doméstico – o *íntimo* e o *cerimonioso* – parece situar-se segundo a aproximação à família.

Machado de Assis, em seu conto intitulado *A mulher de preto*,⁹ ilustra bem como se tecia esse tipo de relação no cenário carioca da época. Trata de como a amizade entre os personagens Dr. Estevão Soares e o deputado Meneses nascera. Tendo se encontrado no Teatro Lírico, no largo da Carioca, *cronotopo* urbano, por meio de um amigo em comum, trocaram cartões. Não se viram até se reencontrarem na casa de um ministro de Estado. “Houve sincero prazer em ambos encontrando-se pela segunda vez; e Meneses arrancou de Estevão a promessa de que iria à casa dele daí a poucos dias.” A partir daí a amizade se desenvolvera. Visitas constantes, idas juntas ao teatro. Apesar de talvez serem

⁹ ASSIS, Machado de. *Contos fluminenses*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

circunstâncias que poderiam passar despercebidas pela leitura do conto, situações desse tipo se repetem ao longo de grande parte da obra do autor: a partir de um encontro casual em algum local público – café, teatro, confeitaria – a amizade tem lugar garantido para florescer no *íntimo* da casa em um espaço um pouco mais interior do que o do salão de festas.

Da vivência comunal faz-se uma relação doméstica; locais de encontro da cidade confundem-se ao salão de festas, amizades às partes mais íntimas da casa – distantes da fronteira da rua, mais próximas aos quartos da família.

No casarão do barão de Itambi na praia de Botafogo, por exemplo, a tais conversas era reservado o espaço ao redor da escadaria no sobrado. Ao centro de cada parede havia um sofá onde se podia conversar e apostar em amizades. Um tanto mais próximo a locais de intimidade da casa, como a sala de piano onde as filhas da baronesa tomavam lições de música, o visitante manteria contato maior com os donos da casa do que em um dos célebres banquetes.

Conceitos se articulam de forma a possibilitarem o jogo de discursos sobre os próprios espaços. Para tanto, o dicionário oitocentista figura como meandro privilegiado. O termo “descortês”, por exemplo, é definido como “incivil, inurbano”, termo utilizado quando “dizemos das pessoas, e coisas”. Nega, dessa forma, a definição de *cerimonioso*, podendo ser empregado até mesmo em relação aos espaços em si, a “coisas”. A nomenclatura ultrapassando a denominação dos grupos rumo aos trajetos a eles relacionados, aos *rótulos* delineados.

Tal metaforização estreitamente vinculada àquilo que não pertenceria ao meio urbano parece repetir-se no verbete “rústico”:

Rústico, adj. Camponez; v.g. *homem rústico, vida rústica*. § *Fig.*
Inurbano, descortez; *homem rústico, termo rústico*.

O apelo à negação da ambiência semântica a orbitar em torno tanto do *íntimo* quanto do *cerimonioso* se repete – “inurbano”, “descortez”. Uma característica que, por ser tida como rude, termina por se relacionar ao camponês, ao “inurbano”. Parece, além disso, de alguma forma estar relacionado ao “trabalho”, no dicionário tido como

“exercício corpóreo, *rústico*”. Estaríamos, portanto, diante de um terceiro grupo organizado em torno de seu caráter representado como *rústico* pelas páginas do dicionário oitocentista: oposto à solenidade dos banquetes por figurar descortês e à família por parecer demasiadamente campesino e incivil. Um *rótulo* que, entre salões e pianos, tem reservados para si os bastidores. Dos fundos da casa, invisíveis aos visitantes e ignoráveis para os familiares, regulam a copa, estrebaria, cozinha. Para seu quarto, já à parte do prédio central, nenhuma das diversas janelas que vazam a casa de ponta a ponta volta sua atenção: como no casarão da praia de Botafogo, preferem fitar o pomar ou exibirem-se por uma sacada para a rua da frente.

Representam algo que não se deseja ver. Como a um mal necessário dentro do convívio cotidiano, a estrutura física da casa se volta para a tentativa de esquecer tal incivilidade sempre que possível.

À característica *introjetiva* indicada por Bachelard sobre os espaços domésticos – a casa entranhada oniricamente nos modos de habitar –, uma outra acepção pode ser inferida: a espacialidade como modo de controle e ordenação. Assim, fomentaria a vivência segundo desejos e expectativas ritmados pela disposição espacial. É um mecanismo de *projeção* ao indicar

uma operação que consiste em transportar uma forma, ou certos elementos dessa forma, para um suporte receptor, real (como no caso de uma projeção cinematográfica) ou imaginário (como no caso da geometria projetiva, considerando, por exemplo, a projeção de um cubo num plano, o que supõe leis de transformação).¹⁰

Na psicanálise, o termo é utilizado como de dupla função entre significar e defender. Modo privilegiado de relação entre psique e mundo, controla e regula através do idealizado.

¹⁰ MIJOLLA, Alain de. *Dicionário internacional da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2002. verbete “projeção”.

Espraia ramos por todos os modos de contato. “Assim, essa projeção ‘normal’ é constitutiva da própria percepção e da construção do real”.¹¹

Inspirando estabilidade, tais características tomadas espacialmente no casarão de Itambi em muito assemelhar-se-ia ao denominado por Michel Foucault como “quadriculamento”: “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo”.¹² Projetam ideais não apenas sobre o habitar, mas acerca dos modos de disposição social travados dentro dos limites do privado.

Para tanto, vale-se dos *rótulos* e de sua disposição no mosaico doméstico. Funções – ou, como ora pretendido, objetivos – espaciais inspirando trajetos, encontros e desencontros. Torna a casa em contato com o social ao passo que ela “constrói e constrange interfaces entre diferentes tipos de habitantes e diferentes categorias de visitantes”.¹³ Interfaces estas semanticamente construídas nas formulações entre *íntimo*, *cerimonioso* e *rústico*.

A proximidade à Sintaxe Espacial indica possibilidades de análise diante da residência do barão de Itambi. Decompondo o traçado dos diferentes espaços, a permeabilidade da casa é posta em relevo. Para tanto, é necessária a utilização de um grafo justificado,¹⁴ onde os cômodos são representados por círculos e as conexões entre eles por linhas – assim, evidencia-se a profundidade da integração relacionada a uma raiz; no caso, o espaço exterior à casa.

Comparando esta representação plana com os *rótulos* sugeridos pelo dicionário oitocentista, são perceptíveis algumas relações entre grupos espaciais.

Nos pontos mais profundos da malha doméstica, a concentração de rótulos *íntimos*. Reverbera o adjetivo “entranhável” utilizado pelo dicionário.¹⁵ Realizado de modo espacial, resguarda-se à rua projetando-se ao seio controlado da casa.

Da entrada principal é espraçada uma ambiência própria ao *cerimonioso*. Os espaços relacionados a esta tipologia dispõem-se de modo distinto aos outros: como a ladrilharem caminhos, desenham um trajeto do portão, influenciando certa dose de

¹¹ Idem.

¹² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 123.

¹³ Do inglês “construct and constrain interfaces between different kinds of inhabitant, and different categories of visitor”. HANSON, Julienne. *Decoding homes and houses*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 77.

¹⁴ Ver anexo, fig. 6.

¹⁵ SILVA, Antônio de Morais e. Op.cit. verbete “íntimo”.

cômodos adjacentes, à sala de visitas no sobrado. Em boa medida, o corpo térreo do casarão é dominado por tal rotulação: cerca de 55,5% dos cômodos ora considerados enquadram-se no *cerimonioso*. Todos nas imediações à rua, como a regular os contatos entre o dentro e o fora. As relações entre o público e o privado, assim, são tomadas por gradações e nuances. O *cerimonioso*, representado pelo dicionário como intermediário entre a reclusão do privado e a abertura do público, espacialmente assume este papel no casarão de Itambi.

Enquanto *cronotopos* onde a cidade, de modo ordenado, penetra a casa, os cômodos do *cerimonioso* aproximar-se-iam a certas ruas do centro citadino. Como o primeiro trecho da Ouvidor percorrido por Deodoro da Fonseca, especializa-se em um único *rótulo*. Na cidade, a concentração de tipos comerciais como cafés ou confeitarias exerceria papel semelhante ao alvo mármore e tapetes minuciosamente cuidados nas trilhas do *cerimonioso* no ambiente doméstico: mensurar e projetar sensações de estabilidade. Presente em ambas as espacializações, o uso torna próximas a casa e a rua.

Ao longo das transformações no comércio carioca das últimas décadas do século XIX, sua reordenação geográfica e relações com o consumo, a cidade passa a dialogar mais proximamente ao universo semântico de então – a cidade, aos poucos domesticada aos olhos destas representações sociais, estabelece-se.

Contudo, um outro *rótulo* toma forma na residência de Botafogo. O *rústico*, referente a cômodos de serviço, é minuciosamente ordenado. Vale-se de outras vias de acesso a partir do exterior à casa.

O térreo do sobrado é marcado, *topologicamente*, por dois anéis concêntricos de circulação: o interior, referente ao corpo do edifício, tem sua entrada mediada pela pompa do *cerimonioso* e seu trato privado/público; o exterior, calçamento do jardim tangenciando o casarão, possibilita trânsitos independentes a resguardarem as outras ambiências – conduz diretamente aos objetivos do *rústico*.¹⁶ Ao bifurcarem a entrada principal, cindem também os tipos e intuítos diante do espaço. Há, por um lado, o interiorização à casa, o convívio direto ou mediado, e, por outro, uma distribuição de trajetos escondidos, conduzindo veladamente uma gama de serviços de “exercício

¹⁶ Ver anexo, fig. 7.

corpóreo, *rústico*” – como descrito pelo dicionário¹⁷ – pelas diferentes ambiências domésticas.

Por meio de barreiras e impermeabilidades, são criados “dentros” e “foras” mais marcados – e, frente a cada distinto uso dos espaços, as diferenciações entre rótulos propostas pelo dicionário de Antônio de Moraes são reiteradas.

Enquanto modo de ordenação social, o casarão sugere distinções. Como um relicário a cernar contatos, fragmenta de modo a distinguir. Abre-se ao mundo exterior a seus muros – mas o faz de modo cauteloso. Projetando no espaço idealizações sobre as diferenças sociais, media relações interpessoais.

A estas estratégias configuracionais Roger Chartier filia a noção de representação: “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado”.¹⁸ Implica no reconhecimento de distinções sociais enquanto atreladas a meandros culturais.

Em muito se aproxima, assim, ao recurso de *projeção* proposto pela psicanálise. Para David Bell, tais processos “fazem parte da relação cotidiana da mente com o mundo. É com base neles que damos um significado pessoal ao mundo à nossa volta”.¹⁹ Modo de controle e domesticação do incerto, funda – como na disposição de trajetos inferida do casarão de Itambi – relações e propicia a estabilidade segundo representações idealizadas.

Porquanto passível de ser reproduzida não apenas por rígidas paredes do doméstico, mas também pela pragmática dos passos a tecer o espaço, estas lógicas representacionais tomam o uso citadino; entre ruas e largos, definem-se locais de um convívio próximo ao aqui inferido como *cerimonioso*, mediando contatos entabulados em cafés ou confeitarias. Configuram o *cronotopo do salão-sala de visitas*: marcas de um Rio de Janeiro a ceder às noções de estabilidade próprias ao grupo que há pouco aclamava Deodoro à rua do Ouvidor.

Arthur Azevedo, ao rumar à rua do Ouvidor, põe-se em um contato *cerimonioso*, alçado entre *cronotopos* de encontro. Espaços onde, nos dias anteriores, uma gama de boatos conseguira tomar fôlego e alimentar o processo que então era posto à rua entre

¹⁷ SILVA, Antônio de Moraes e. Op.cit. verbete “trabalho”.

¹⁸ CHARTIER, Roger. “Introdução”. In: CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

¹⁹ BELL, David. *Paranóia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Ediouro/Segmento-Duetto, 2005. p. 7.

tropas e "vivas". A casa e suas representações acerca do convívio são reproduzidas cidade adentro.

De toda forma, o silêncio observado à rua Direita inspirava distintas impressões. Porquanto fragmentada em tantos trajetos, a cidade do Rio de Janeiro multiplicava-se; e, àquela manhã de novembro, era multifacetada diante do cortejo de Deodoro da Fonseca.

Longe dos domínios de cafés, confeitarias e encontros *cerimoniosos*, dobrando esquinas - e aproximando-se ao paço - outros convívios afluíam à margem de boatos e "vivas". Tal qual uma gama de trajetos, no casarão de Itambi, postos paralelamente aos tratos tanto *íntimo* quanto *cerimonioso*, um outro certo Rio de Janeiro era vislumbrado ao tomar o rumo em direção ao Arsenal de Marinha.

A lógica tecida frente aos espaços era então rompida ao deixar os redutos da sociabilidade da rua do Ouvidor ou dos largos. Bestificava-se não diante do ato das tropas entre pólvoras e "vivas" ou acaloradas discussões nos jornais naquele quartel de século, mas sim frente a uma cidade para tais *rótulos* desconhecida e velada.

3.3 A estrela que Baltazar não viu

Dez anos antes ao cortejo de Deodoro, em 1879, nos arredores do Arsenal de Marinha, freguesia de Santana, um desentendimento em certa estalagem provocaria a abertura de um processo criminal.¹

Na tina d'água do cortiço, entre os afazeres cotidianos – lavar e engomar roupas por encomenda de modo complementar à renda, a discussão interrompia o trato habitual entre os moradores. Cândida das Dores se desentendera com a esposa de Elói César Brandão pela preferência na utilização da bica. Ao ouvir o burburinho que se avolumava no pátio interno do cortiço, Elói acorre à defesa de sua esposa e acaba por agredir Cândida.

Ferida, recorre à justiça comum transformando Elói em réu.

O caso, contudo, ainda sofreria profundas reviravoltas. A comunidade do cortiço se mobiliza contra Cândida - organiza um abaixo-assinado como a tentar inverter os papéis frente ao júri. Tentando transformá-la em ré, acusam-na e a seu amásio de ter "maus costumes" e o hábito de reunir amigos em casa para "tratarem de negócios de dar fortuna". Solicitavam à justiça a mudança imediata dos dois, deixando a estalagem e a comunidade à qual, ficara claro, não eram admitidos.

Momento de tensão desenrolado em um tipo específico de ambiência doméstica, elucida modos de coesão e solidariedade. O recurso à justiça comum, exterior ao trato cotidiano no pátio da estalagem, dá-se por parte daqueles aos quais a vivência entre os vizinhos não se funda de modo satisfatório. Por outro lado, a comunidade de moradores subentende estratégias próprias e apoio mútuo, fortalecendo os limites da moradia coletiva como a circunscrever uma célula social.

A casa, entre aquelas paragens cariocas, significava uma rede de contatos mais ampla e coesa.

Nas intermináveis discussões nas Câmaras, o Estado procurava definir o que poderia ser considerado como cortiço. Em uma briga quase etimológica muito bem

¹ *Arquivo do Primeiro Tribunal do Júri*, Rio de Janeiro, processo criminal maço 21, 1879.

analisada por Sidney Chalhoub,² buscava-se na organização interna do edifícios meios morfológicos de nomenclatura.

Everardo Backheuser, na virada para o século XX, tenta sanar problemas desta tipificação que perduraram do findo Império à República que então se estabelecera em um célebre trabalho sobre o assunto.³ Após árduas tentativas em se distinguir a “estalagem” do “cortiço”, termina por concluir que “na ‘estalagem’ e no ‘cortiço’ o *facies* é igual”.⁴ Padrão recorrente, salvo ligeiras variações, era o de um pátio aberto a ligar as diversas casinhas situadas ao fundo do terreno à entrada da frente.

Há, assim, uma espécie de modelo topológico a nortear a tipificação. Segue Backheuser: “pequenas casinhas de porta e janela, alinhadas, contornando o pátio”.⁵ Mas não apenas o quadro geral do conjunto de casas justificaria a denominação; a ambiência interior a cada qual das residências seria marcada por uma

sala onde se recebem visitas, se come, onde se engoma, onde se costura, onde se maldiz dos vizinhos, tendo também a sua alcova quente e entaipada, separada da sala por um tabique de madeira, tendo mais um outro quartinho escuro e quente onde o fogão ajuda a consumir o oxigênio, envenenado o ambiente. Dorme-se em todos os aposentos.⁶

Um misto de humor e preconceito que, norteados pelo estranhamento, tece o texto do higienista ao tempo do bota-abaixo de princípios do século XX.

Visitantes, refeições e trabalho em um mesmo cômodo, a sala; em outras palavras, a nítida falência do tripé entre *cerimonioso*, *íntimo* e *rústico* ao serem sobrepostos no mesmo espaço doméstico. Outras funções de estabilidade são exercidas por esta tipologia do habitar em relação às travadas no sobrado patriarcal do barão de Itambi.

Uma postura municipal de 15 de setembro de 1892 definia como cortiços as habitações

² CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 36-46.

³ BACKHEUSER, Everardo. *Habitações populares. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra ministro da Justiça e Negócios Interiores*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906.

⁴ Idem. p. 110.

⁵ Idem. p. 109.

⁶ Idem.

que abrigarem sob a mesma cobertura, ou dentro da mesma propriedade, terreno etc., indivíduos de famílias diversas, constituindo unidades sociais independentes.⁷

A noção de unidades independentes entre células sociais, contudo, não se aplicam de modo definitivo à querela que envolvia Cândida e Elói Brandão duas décadas antes: a articulação entre os pequenos grupos constituintes do cortiço resultara em um abaixo-assinado e resoluções de uma comunidade pretensamente coesa.

Nota-se uma clara dificuldade em, por parte das autoridades sanitárias da época, enquadrar-se estes distintos modos de organização doméstica e os laços sociais a eles relacionados.

Segundo o grafo justificado baseado nos espaços descritos pelo relatório de Backheuser,⁸ a disposição topográfica deste tipo de habitação mostra-se em muito diferente à lógica patriarcal.

O pátio central, lugar fundamental na contenda entre Elói e Cândida, mostra-se em clara desintegração ao exterior – apenas uma entrada marca a passagem entre tais espaços. Assim, feito espécie de beco (ao não representar caminho a nenhum outro destino se não o próprio interior da construção), seleciona de modo intensivo os frequentadores do pátio. Segregados ao exterior, fundaria um isolamento.

De toda forma, o mesmo pátio, em relação aos demais espaços internos, representa uma transição imprescindível: único caminho a alinhar o trato. Toma ares de alta integração, representando ambiência comunal importante.

Apesar da parca ligação à rua, entre os muros do cortiço era possível chegar a quaisquer dos espaços com poucas transições, indicando uma intimidade entre as funções ao mesmo tempo que pequena possibilidade de separação e especialização, ao contrário do casarão de Itambi – o que é exemplificado na confusão entre as serventias espaciais apontadas por Backheuser. A discrepância entre estes modos de habitar sulcam no discurso do sanitarista a conclusão de que, nas estalagens coletivas, a vida é figurada como “mais promíscua”.⁹

⁷ *Código de posturas, leis, decretos, editais e resoluções da Intendência Municipal do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, 1984. p. 338.

⁸ Ver anexo, fig. 8.

⁹ BACKHEUSER, Everardo. Op.cit. p. 110.

O percurso de Deodoro, ao rumar ao Arsenal de Marinha e entranhar-se cada vez mais na rua Direita, surpreende a comitiva com estas vivências tão distantes daquelas até então topoceptivamente descortinadas. Desenham um Rio de Janeiro distinto que, compondo o quadro urbano esboçado pelo cortejo, traria à cena do desfile das tropas insurretas a pluralidade dos meandros urbanos.

Em tais paragens, a integração à totalidade da malha é ameaçada. Ao contrário da malha quase simétrica do restante das paisagens urbanas, a freguesia de Santana à qual Deodoro seguia era comprimida entre a baía de Guanabara e os tantos morros a limitar suas ruas. Topologicamente assemelhar-se-ia a paragens insulares, dotadas de uma intrincada rede de esquinas em seu interior, mas isoladas por poucas entradas em relação ao restante da malha urbana. Segundo a Sintaxe Espacial, representariam sistemas “profundos” ou “assimétricos”, de difícil acesso e que, por conseguinte, conduziriam a poucos outros pontos da malha.¹⁰

Eis que o vislumbrado pelo cortejo à manhã de 1889, portanto, inspira a especialização de tipos urbanos. Ao contrário do burburinho à rua do Catete notado por Ina Von Binzer, misturando tanto o ruído do comércio quanto o estrepitar de táluburis sobre o calçamento de pedra por representar um ponto de ligação entre dois núcleos urbanos – centro e Botafogo –, por entre os arredores do Arsenal de Marinha a pluralidade urbana do Rio de Janeiro falha.

Carlos Líbano Soares, buscando as relações traçadas entre capoeiras cariocas do século XIX, nota estratégias públicas de coerção muito específicas. A polícia cidadina, concentrando a perseguição nas tabernas espalhadas pela cidade, reconheciam-nas como espécie de “subpontos de encontro, diferentes das praças, que podemos ler como macropontos de encontro, quase marcos referenciais na geografia da cidade”.¹¹ Nas páginas do *Almanak Laemmert*, a freguesia de Santana, cindida pelo séquito republicano de Deodoro da Fonseca, aparece por todo o período cravejada de tal tipo comercial. Como na rua do Catete observada por Ina Von Binzer, em suas mesas, ao balcão ou mesmo à porta da rua, em tais casas comerciais eram forjadas conversas, encontros,

¹⁰ HOLANDA, Frederico de. Op.cit. p. 102-3.

¹¹ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava*. 2ª ed. São Paulo: editora UNICAMP, 2004. p. 180.

“estar-junto”, nas palavras de Michel Maffesoli.¹² Contudo, ao contrário das paragens observadas pela alemã, não dividiam espaço com apressados *tilburis* ou bondes: *cronotopo* que ganhava densidade de modo a desenvolver-se independente naquelas emaranhadas esquinas.

O *Almanak Laemmert* indica, ainda, uma concentração cada vez maior de um tipo comercial específico – armazéns de secos e molhados. De modo geral, ao se localizar geograficamente o endereço destas casas,¹³ é notável a dificuldade em se encontrar quarteirões – e até mesmo ruas – nos quais se misturam aos cafés ou confeitarias, típicos do trato *cerimonioso*. De alguma forma se antagonizam; representam públicos ou, como proposto pela Sintaxe Espacial, *rótulos* distintos.

A separação urbana parece tender às relações entre *cerimonioso* e *rústico* percebidas no âmbito do doméstico.

Assim, os pátios internos dos cortiços e os modos de configuração topológicos da freguesia de Santana teriam um papel fundamental no convívio entre os integrantes dessa parte da população carioca. Juntamente com as tavernas, tinas d’água e outros locais específicos, eram nesses lugares que se estabeleciam contatos, amizades – ou, até mesmo, inimizades – e, de forma geral, laços de solidariedade. Todavia, de modo particular.

As relações com o espaço, entre estas comunidades, explorariam solidariedades localizadas, arquitetadas em torno da moradia ou de comércios específicos. Disputando o espaço em diversas representações do mundo social, esboçavam seus próprios meios de compartilhamento da ambiência urbana.

Núcleos de solidariedade calcados na proximidade, dispunham-se à parte da pendulação de *tilburis* Botafogo/centro; não partilhavam do *salão-sala de visitas* urbano. Não tiveram espaço entre os boatos dos dias imediatamente anteriores à proclamação ou a guerras de “vivas” em meio às suas ruas.

Entre os acompanhantes de Deodoro, como observado por Arthur Azevedo, o silêncio. Como que transpondo lugares distantes ao trivial, estranham-se.

¹² MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 60.

¹³ Cf. anexo, mapas 15-21.

Por tanto se valer do quadriculamento de funções exprimido nos círculos da rua do Ouvidor e sobrados nobres, a cidade vê-se partida. E, em momentos de ruptura como o trajeto de Deodoro, o sulco político não se realiza por completo.

João do Rio, já no raiar do século XX, registra algumas destas discrepâncias em suas crônicas.

Certa feita, conversando com Braga, velho cocheiro do centro da cidade, interroga-o sobre o que pensa da Monarquia e da República. “Era mais bonito, era mais solene”, responde. E segue:

Mas recorde por exemplo um dia de audiência pública do imperador. Que bonito! Até era um garbo levar os fregueses lá. Ó Braga, onde estiveste? Fui à Boa Vista! Hoje todo mundo entra no palácio do Catete. Não tem importância... [...] E então para conhecer homens importantes! Não precisava saber-lhes o nome. Os ministros tinham uma farda bonita, o imperador saía de papo de tucano. Bom tempo aquele! Hoje a gente tem de suar para conhecer um ministro. Parecem-se todos com os outros homens.¹⁴

Uma cidade bifurcada e, como tal, estranhando-se a si mesma.

Longe das ruas dos boatos, dos cafés, confeitarias e modas, diferentes símbolos são explorados. Diante destes paradoxos, eis que João do Rio conclui:

como este cocheiro estava do outro lado da vida! Quinze anos apenas tinham levado o seu mundo e o seu carro para a velha poeira da História!¹⁵

Como cronômetro a marcar a passagem de um tempo, o trote da cavalaria cidade adentro em 1889 não se realizara de modo uniforme. Lança raízes ao trato espacial e confunde-se entre os meandros de esquinas e distintas vivências.

João do Rio se aproxima a tais vivências contraditórias exatamente pelo teor de sua literatura; Edmundo Bouças nota, no quadriculamento de funções urbanas – como entre o cerimonioso, o íntimo e o rústico – um “regime de assepsia material da cidade

¹⁴ ANTELO, Raul (org.) *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 192

¹⁵ Idem. P. 193.

[que] decretou o regime de saneamento moral da população”.¹⁶ A moralidade, mesmo presente no discurso de Backheuser ao relacionar a confusão de funções espaciais à promiscuidade, fundamenta-se em tratos espacializados. A concretude da separação, tomando de assalto as ruas cariocas nos primórdios da República, torna-se

tarefa de desodorizar a cidade [que] passou pela higienização dos papéis sociais, pela exigência de evacuar o lixo, desaglomerar pobres; interditar coriços; enclausurar desviantes; disciplinar o bordel.¹⁷

Pois João do Rio desafia a separação e ousa a penumbra. Esgueira-se entre uma cidade que, à sua época, mostrava-se distante, escondida na cadência de esquinas. Em suas linhas, nitidamente expõe o estranhamento – espacial e, em tempos de instalação do regime, temporal.

Exatamente com este intuito, o cronista cinde a cidade no Natal de 1904 ao encaço de comemorações que lhe pareceriam exóticas. Segue à praia Formosa em busca de um presépio montado pelo grupo carnavalesco Rei de Ouros, nome que, como tantas outras agremiações da época, traziam referência à monarquia. Oliveira Gomes que salientara a força desses nomes tão utilizados no carnaval carioca de primórdios do século XX:

nenhum desses grupos intitula-se Republicano, Republicanos da Saúde, por exemplo. E sabe por quê? Porque a massa é monarquista. Em compensação, abundam nomes de reis, as rainhas, os vassalos, reis de ouro, vassalos da aurora, rainhas do mar, há patriotas tremendos e a ode ao Brasil vibra infinita.¹⁸

Montado no centro da sala, o presépio colorido pelo forro de cetim vermelho e quentes “cortinas de renda com laçarotes estridentes”.

¹⁶ BOUÇAS, Edmundo. “Mascaramentos da cidade: poses da modernização”. In: LIMA, Rogério; FERNANDES, Ronaldo Costa (ogs.) *O imaginário da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 140.

¹⁷ Idem.

¹⁸ ANTELO, Raul. Op.cit. p. 238.

Dentro move-se, numa alegria carnavalesca, o bando de capoeiras perigosos da rua da Conceição, de São Jorge e da Saúde.¹⁹

João do Rio é recebido por Dudu, que, ansioso, apresenta-lhe os ornamentos organizados pela comunidade. Um céu de um profundo azul ostentava, a um lado, o sol e, a outro, uma lua. Ao redor da manjedoura de Jesus, os três reis magos ajuntam-se à figura de Napoleão, a Imperatriz Tereza Cristina, um boneco de cacete e a imagem de uma bailarina.

- Porque diabo põem vocês o retrato da imperatriz ali?
- Imperatriz era mãe dos brasileiros e está no céu.²⁰

Tomado como alegoria, o Império ressurgiu por entre as perguntas tecidas por João do Rio.

- Mas Napoleão, homem, Napoleão?
- Então, gente, ele não foi o rei do mundo? Tudo está ali para honrar o menino Deus.
- A bailarina também?
- A bailarina é enfeite.²¹

A grandiosidade pretendida politicamente une-se ao trato *cerimonioso* das casas de espetáculos e teatros. A honra da Imperatriz, a grandeza napoleônica, o ar solene dos balés dividindo espaço em uma expressão popular. Tempos sobrepostos em uma releitura das proposições de passados, presentes e futuros inferidas da chegada de Deodoro ao Arsenal de Marinha quinze anos antes.

João do Rio segue seu questionário a Dudu sobre o presépio. Diante do cenário construído, estranha mais um elemento: “mas por que põem vocês junto do rei Baltazar aquele boneco de cacete?”²²

Dudu é incisivo: “aquele é o rei da capoeiragem. Está perto do rei Baltazar porque deve estar. Rei preto também viu estrela”.²³

¹⁹ Idem. p. 205.

²⁰ Idem. p. 207.

²¹ Idem. p. 206-7.

²² Idem. p. 207.

²³ Idem.

Temporalidades plurais

Esgotado e enfermo, Deodoro retorna à sua casa na praça da República. A Marinha, segundo lhe parecia, não iria representar obstáculo ao movimento em curso.

O tempo estava, por fim, partido. De toda forma, executava-se pragmaticamente: mudança gradual, instalava-se à medida que os boatos iam tomando a cidade; ou seja, era dotado de um viés estritamente espacial.

Da pena de Machado de Assis, surge um desenvolvimento possível, *generativo*, do tema. Próximo ao meio-dia, Natividade, esposa de Santos, preocupava-se com os rumores. “Não sabia da República”, ao que emenda “não sabia do marido nem dos filhos”.¹ Tudo parecia-lhe confuso. Ao ouvir os primeiros boatos sobre o que acontecia, “o primeiro gesto de mãe foi para impedir que os filhos saíssem, mas não pôde, era tarde”. Provavelmente ouvira as mesmas notícias truncadas e confusas de Aires que, poucas horas antes, testemunhara o relato do cocheiro a contar-lhe de feridos, combates e fugitivos de uma insurreição militar. Ou, ainda, o alarde com o qual fora acordado Arthur Azevedo pelos gritos de seu criado anunciado uma guerra que, pensava, era travada ao som da pólvora.

O tempo é alongado naqueles poucos minutos.

Natividade via andar o tempo com ferros nos pés. Não havia alvoroço que atasse um par de assas àquelas horas longas do relógio de casa, nem aos do cinto, o dela e o da irmã; todos eles coxeavam de ambos os ponteiros.

Enquanto fenômeno urbano, o ato político reveste-se pelas ruas que o tornaram possível. Diálogos temporais são exprimidos no trajeto que, interpolando experiências, inventa um simulacro temporal.

Na família de Natividade, o cortejo proclamatório representa a quebra ainda mais acentuada das relações entre seus filhos, Pedro e Paulo. As convicções políticas de ambos, tão distintas, se acirram diante de um tempo que se fundava de modo incerto.

Paulo, movido por seus ideais republicanos, vai à casa de um amigo. Juntos, seguem cidade adentro. Passam pelas redações dos jornais à rua do Ouvidor – procuram

¹ ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. São Paulo: Editora Egéria Ltda, 1978. cap. LXV.

informações. Acionam, desse modo, uma diacronia do desenvolvimento urbano carioca. O Rio de Janeiro, entre aquelas paragens, parece-lhes um terreno da certeza, do previsível.

Tal qual Deodoro a romper a cidade poucas horas antes, procuram naquela rua o solo da legitimação. Mesmo no rompimento político do regime há um lastro cotidiano a apontar às transformações do pequeno comércio de décadas antes. Os mesmos endereços onde há dias transcorreram nos meios civis os boatos cruciais ao encadeamento da ruptura são utilizados por Machado de Assis em sua obra. Atento à cidade, o autor frisa a sutileza de certos meandros.

A atenção dispensada por Emília Viotti da Costa aos processos envolvidos no enfraquecimento das bases do Império² poderia inspirar, assim, cautela. Para a autora, o foco principal da historiografia sobre o tema deveria ser o das sucessivas crises políticas do trono; indicariam as bases da proclamação.

Entretanto, frente à execução, outros processos – posto que diacronias – poderiam ser indicados. A importância da cidade do Rio de Janeiro em seus momentos decisivos é latente; e, assim, seu valor deve ser considerado. Sobre o solo do urbano é que, ao calor da hora, sentidos são erguidos. As mudanças econômicas e sociais, inferidas por Viotti como alicerces da ruína imperial,³ são lidas cotidianamente; na corte, fundamentam novos nortes.

Paulo e seus amigos seguem ao Quartel General do campo da Aclamação – partilham do mesmo espaço, apesar de em uma temporalização distinta, onde o ministério Ouro Preto fora destituído. Depois rumam à fachada da casa de Deodoro. Segue o romance:

Gostam de ver os soldados, a pé ou a cavalo, pediam licença, falavam-lhes, ofereciam cigarros. Era a única concessão destes; nenhum lhes contou o que se passara, nem todos saberiam nada.⁴

Acrescenta Machado de Assis:

Paulo era o mais entusiasta e convicto. Aos outros valia só a mocidade, que é um programa, mas o filho de Santos tinha frescas todas as idéias do novo regímen, e possuía ainda outras que não via aceitar; bater-se-ia por elas.

² Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República*. 2ª ed. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas LTDA, 1979. p. 294-309.

³ Cf. Idem. p. 304-9.

⁴ ASSIS, Machado de. Op.cit. cap. LXVII.

Paulo sugere que entoassem a Marselhesa, ao que é desanimado pelos amigos. Estavam cansados. Cada qual segue para sua casa.

Já era tarde da noite e, ao deparar-se com sua mãe, que o esperava preocupada, Paulo ouve uma breve recomendação:

-Olha, disse Natividade, se achares Pedro acordado não lhe contes nem lhe perguntes nada; dorme, e amanhã saberemos tudo e o mais que se passar esta noite.

As convicções monárquicas de seu irmão, naquele tempo de acirramento de tensões, fendiam ainda mais a relação entre dois.

As ambigüidades próprias ao momento afloram. Não apenas no romance de Machado de Assis, como também nos espaços citadinos é perceptível a bifurcação temporal.

Os destinos tomados pelos bondes à rua do Catete, incomodando Ina Von Bonzer no Hotel Carson, replicam trajetos. E, na síncope reiterada diariamente, a cidade se setoriza.

Eis que os boatos – e, portanto, a marca temporal suposta pelo séquito – se enclausuram em espaços específicos. O tempo, ao ser relacionado ao espaço, falha. Passados, presentes e futuros se pluralizam diante do trotar do desfile.

A sincronização, expressão pragmática do tempo, vacila.

Em certas freguesias da cidade as justificativas da proclamação evitam prostrarem-se além de esquinas. A incompletude na instalação da República parte o regime que se pretende nacional. Mesmo na cidade tornada capital federal incongruências são exibidas à porta da rua.

Na conclusão de *A formação das almas*, José Murilo de Carvalho esboça contradições semelhantes mesmo no panteão heróico que se pretenderia republicano nas décadas seguintes.⁵

Falharam os esforços das correntes republicanas que tentaram expandir a legitimidade do novo regime para além das fronteiras limitadas em que a encurralara a corrente vitoriosa,

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 141-2.

inicia as linhas do breve, contudo fortuito, texto. “Não foram capazes de criar um imaginário popular republicano”, esclarece.

Entre estes desacordos, o que o exame mais detido e intensivo do breve ato militar nas ruas do Rio aponta é um solo diacrônico que funda estas diferenças. O contato entre grupos distintos – quer sejam militares ou civis – se dá em *cronotopos* específicos, além de restritos. A esta restrição agrega-se o poder segregador da forma pelas quais os usos das ruas cariocas se fundam ao longo mesmo do segundo reinado.

Segundo o foco de seu estudo, Carvalho nota em Tiradentes o herói fundamental do regime republicano que o pretende reinventar:

O herói republicano por excelência é ambíguo, multifacetado, esquartejado. Disputam-no várias correntes; ele serve à direita, ao centro e à esquerda. Ele é o Cristo e o herói cívico; é o mártir e o libertador; é o civil e o militar; é o símbolo da pátria e o subversivo.

O olhar atento às especificidades e tortuosidades do caminho cindido pelo cortejo à manhã de novembro de 1889 revela como estes paradoxos mostravam-se presentes ainda nos momentos iniciais do regime.

Quer sejam civis ou militares, ao romperem nas ruas do Rio de Janeiro compõem uma *tópica* ambígua: de “vivas” a silêncios marcados, acompanham os aspectos *topoceptivos* construídos por meio da memória sobre a cidade.

Contam uma história, dispõem diacronias e tantas outras experiências.

Epílogo

A noite ainda se fazia reinante sobre a prisão improvisada no paço à qual fora encarcerada a família Imperial. "Em cima, o céu tristíssimo, povoado de nuvens crespas, muito densas, que um luar fraco bordava de transparências pálidas".¹

A baía de Guanabara, imersa em tons fúnebres, em nada lembrava a iluminação elétrica a colorir o baile da Ilha Fiscal de dias antes; o largo não mais estava cheio de populares ao som de *lundus* saudando os convidados que embarcavam no cais que, agora, fazia-se vazio.

O velho Imperador, fatigado tanto pelo diabete quanto pela vertigem dos acontecimentos, recostava-se pensando em um futuro de exílio semelhante àquele que vira seu pai se submeter. Tinha meros cinco anos de idade quando estivera pela última vez com o pai naquele mesmo palácio.

Um mensageiro do Governo Provisório, Mallet, então, irrompendo paço adentro, traria ordens. A família Imperial deveria embarcar imediatamente.

“Que é isto? Vou embarcar a esta hora da noite?”,² replicara o Imperador entre os soluços de Isabel e os prantos da Imperatriz. O exílio da família imperial, então previsto para a manhã seguinte, após a missa, fora adiantado. Mallet explicava-se argumentando que o propósito de tal ordem era evitar um derramamento de sangue.

Ah! Então não é o povo que me manda embora; o povo me quer bem e tudo isto aí é obra da indisciplina do Exército e da Armada.³

Do horizonte negro, despontava uma solitária luz vermelha. Rompendo as trevas da baía, uma lancha a vapor desafiando o silêncio com o rebate de sua hélice. Ao ancorar à beira do largo, prenunciava algo de vultoso.

¹ POMPÉIA, Raul. “Uma noite histórica”. In: *Obras*. Vol. V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 270-4.

² PRIORE, Mary Del. *O príncipe maldito*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 239.

³ Idem. p. 240.

Os praças movimentavam-se. As saídas do largo protegidas de modo ainda mais exaustivo por baionetas e cavaleiros. Os soldados em ronda formavam, em frente à entrada da embarcação, um corredor.

"Um coche negro, puxado a passo por dois cavalos", entrava vagarosamente à cena. "À frente, duas senhoras de negro, a pé, coberta de véus, como a buscar caminho para o triste veículo". É o "préstito dos exilados", observa Raul Pompéia.

Seriam deportados entre o véu negro da baía dando continuidade, assim, à bestialização do ato.

-É aqui o embaque? perguntou timidamente uma das senhoras de preto aos militares. O cavaleiro, que parecia oficial, respondeu por um gesto largo de braço e uma atenciosa inclinação de corpo.⁴

Seguida pelo coche, a senhora ruma ao fundo da embarcação. O carro, entretanto, estanca quase na extremidade do molhe. De dentro dele, "o Sr. D. Pedro de Alcântara apeou-se para pisar pela última vez a terra da pátria".

Dois anos depois um punhado desta mesma terra seria exibido em uma algibeira entre suas mãos em seu retrato fúnebre tirado no exílio.

⁴ POMPÉIA, Raul. Op.cit.

Corpus documental

Corpus principal

Almanak Laemmert. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1844-1889. Brazilian Government Document Digitalization Project; Center for Research Libraries. <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>

Planta da cidade do Rio de Janeiro novamente erecta pelo Vcde. De Villiers de L'ile Adam gravada por H. J. Leonhard. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1850. Arquivo da Biblioteca Nacional.

Corpus auxiliar

Fontes literárias

ALENCAR, José de. *A viuvinha e Reencarnação*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

_____. *Verso e reverso, comedia em 2 actos*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864.

_____. *Demônio familiar*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957.

ANTELO, Raul (org.). *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. vol. 1. São Paulo: Editora Brasileira Ltda., 1950.

BINZER, Ina Von. *Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo: ed. Anhembi, 1956.

EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: ed. Semente, 1984.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Memórias da rua do Ouvidor*. Brasília: edUnB, 1998.

PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1953.

PINHO, José Wanderley. *Salões e damas do segundo reinado*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins ed., 1942.

POMPÉIA, Raul. “Uma noite histórica”. In: *Obras*. Vol. V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 270-4.

Material obtido em arquivos

Arquivo José Bevilacqua, *Museu Casa de Benjamin Constant*, Rio de Janeiro.

Arquivo do primeiro tribunal do júri, Rio de Janeiro.

BACKHEUSER, Everardo. *Habitações populares. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra ministro da Justiça e Negócios Interiores*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906.

Fontes iconográficas

Planta baixa do casarão do Barão de Itambi (1850) In: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global editora, 2003.

Bibliografia

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética*. 2ª ed. São Paulo: ed. HUCITEC, 1990.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978

BERGER, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. 12ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, José Luiz. “Comunicação e sociabilidade: lugar de fala”. In: *Geraes, revista de comunicação social*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária UFMG, nº47, junho 1995.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: UNICAMP, 1996.

BRITO, Luiz Fernando Godois. *Da rua do Ouvidor ao 15 de novembro*. Dissertação de mestrado mimeo: UnB, 1998.

BURKE, Peter (org.) *A escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CABRERA, Julio. *Margens das filosofias da linguagem*. Brasília: ed. UnB, 2003.

CARONE, Edgard. *A República Velha*. 1. Instituições e classes sociais. São Paulo: DIFEL, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1886-1906*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 2004.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 10ª ed. São Paulo: Global, 2001.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p. 170

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *História Cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro/Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2ª ed. São Paulo: Livraria editora ciências humanas LTDA., 1979.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

_____. *Carnavais, malandros e heróis*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

DUARTE, Fábio. *Crise das matrizes espaciais*. São Paulo: Persepectiva, 2002.

ECO, Umberto. *Carnival!*. Berlin: Mouton, 1984.

ELIAS, Eduardo de Oliveira. *Escritura urbana*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

_____. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1975. 2 vols.

FERRARI, Pedro Felipe. *As margens e o Rio*. UnB: monografia de graduação/HIS, 2005.

_____. *Entreato*. UnB: monografia de Especialização/PPGHIS, 2006.

FLEMMING, Henrique. “O enigma espaço-tempo”. In: *Humanidades*. Brasília: ed.UnB, maio-julho/2005, nº 51.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *Vigiar e punir*. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Microfísica do poder*. 18ª ed. São Paulo: edições Graal, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 14ª ed. São Paulo: Global, 2003.

GALISON, Peter. *Einstein's clocks, Poincare's maps*. New York: W. W. Norton & company, 2003.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lacerda ed., 2000.

GINZBURG, Carlo; PONTI, Carlo. “O nome e o como. Troca desigual e mercado Historiográfico” In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, Bill. “The architecture of the urban project”. In: *Ekistics*. Jan/Abr 1989.

HOLANDA, Frederico de (org.). *Arquitetura & urbanidade*. São Paulo: PRO editores, 2003.

_____. *O espaço de exceção*. Brasília: edUnB, 2002.

KAFKA, Franz. *Um artista da fome / A construção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: UNESP, 1998.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Rogério; FERNANDES, Ronaldo Costa (orgs.). *O imaginário da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2000.

LYRA, Heitor. *História de D. Pedro II (1825-1891)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MANN, Thomas. *A montanha mágica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Arthur Azevedo e sua época*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

MARTINS, Antônio. *Arthur Azevedo: a palavra e o riso*. São Paulo: Perspectiva/Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

MENCARELLI, Fernando. *Cena aberta*. São Paulo: editora da UNICAMP, 1999.

NEEDLE, Jeffrey D.. *Belle époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso – princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens urbanas*. 3ª ed. São Paulo: SENAC, 2004.

PEREGRINO, Umberto. *História e projeção das instituições culturais do Exército*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1967.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. *O espetáculo das ruas*. 2ª ed. Porto Alegre: editora Universidade/UFRGS, 1996.

RENAULT, Delso. *O dia-a-dia no Rio de Janeiro: segundo os jornais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Brasília: INL, 1982.

REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa. Tomo II*. Campinas: Papyrus, 1995. p. 200.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROUANET, P. S. “É a cidade que habita os homens ou eles são habitados por ela?”. In: *Revista USP. Dossiê Walter Benjamin*, São Paulo: edUSP, set/out/nov 1992, nº15.

SEIDL, Roberto. *Artur Azevedo*. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC, 1937.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O império em procissão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SENNA, Ernesto. *Deodoro: subsídios para a História*. Brasília: Senado Federal, 1999.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. vol. 3.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

_____. *Dom Oba II d'África, o príncipe do povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava*. 2ª ed. São Paulo: editora UNICAMP, 2004.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

STONE, Lawrence. “O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história”. In: *RH – revista de História*. São Paulo: Gráfica do IFCH/UNICAMP. n°s 2/3, 1991.

SÜSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

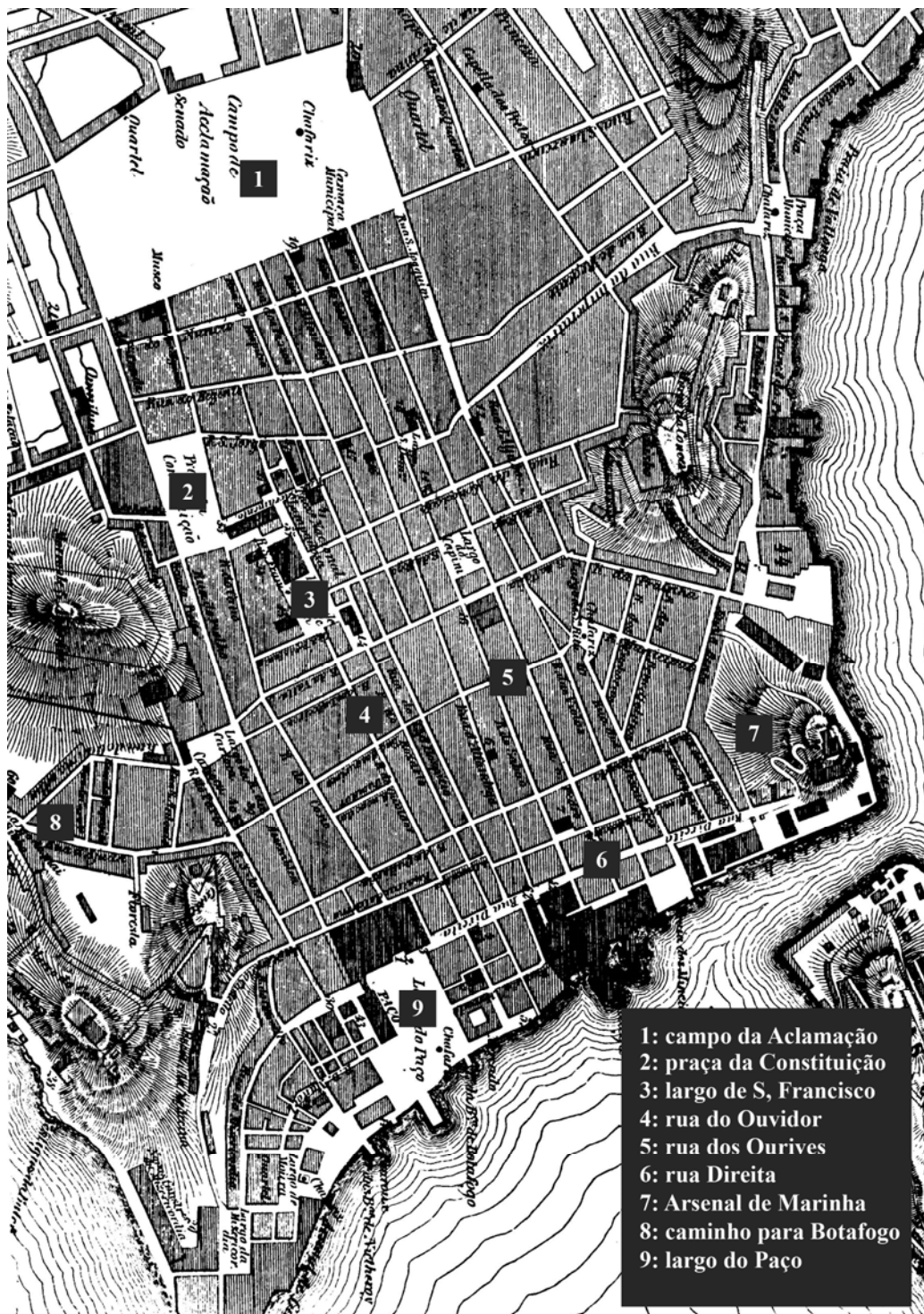
VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VIANA, Lobo “Reminiscências da lendária Escola Militar da Praia Vermelha” In: *Cidade* (1961), p. 63-89.

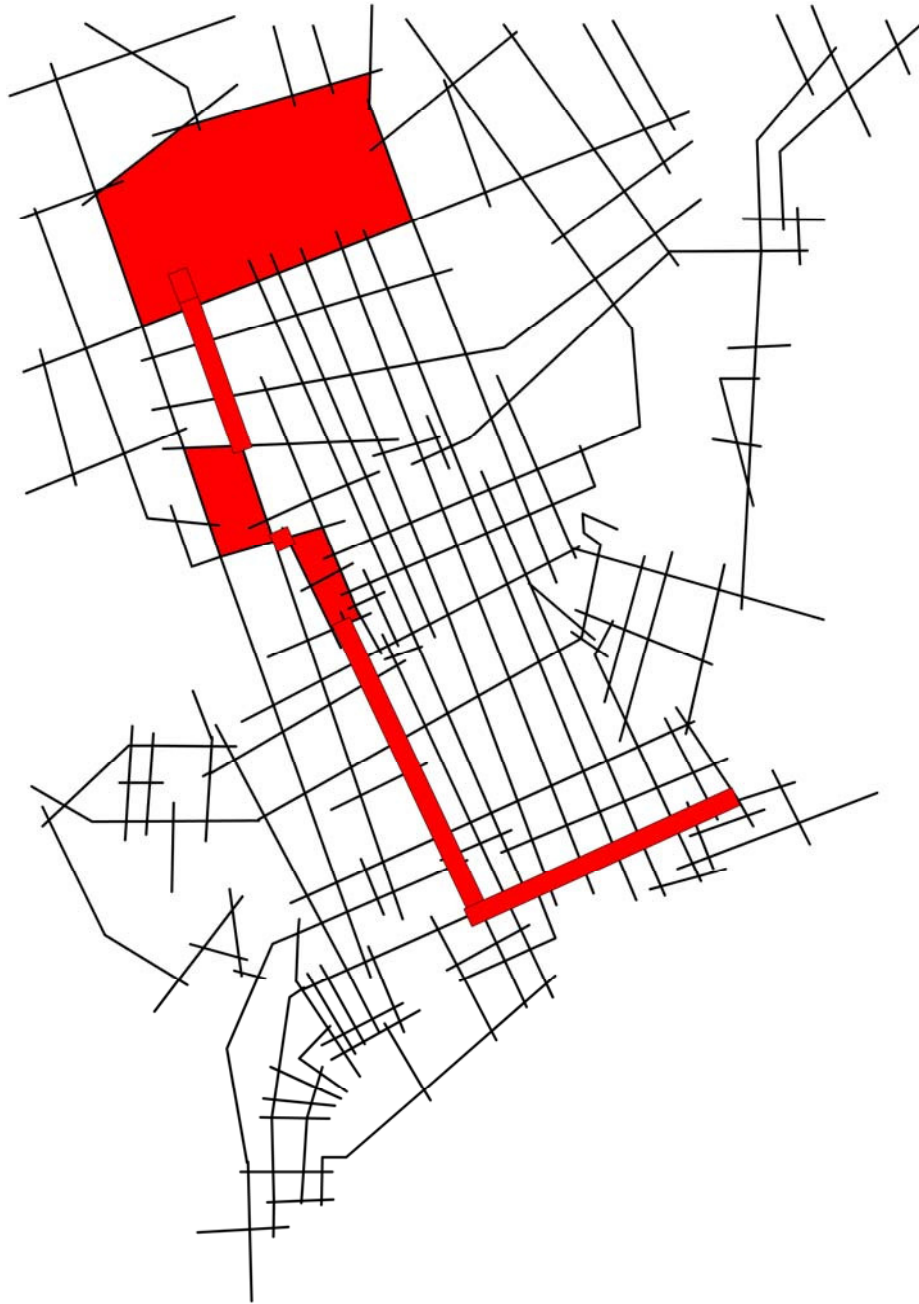
WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

ZACCUR, Edwiges. “Metodologias abertas a iterâncias, interações e errâncias cotidianas” In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Método: pesquisa com o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

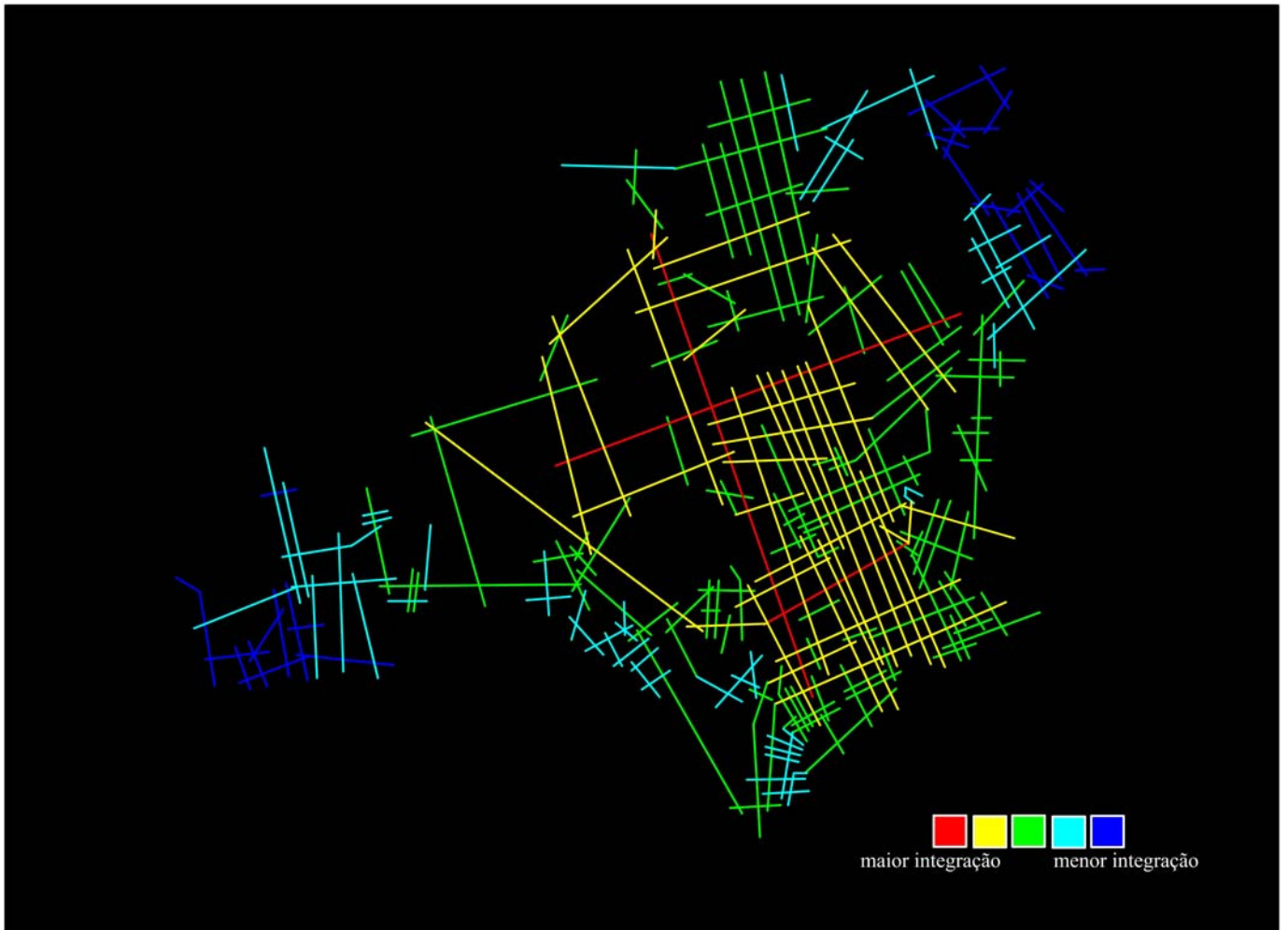
Anexos



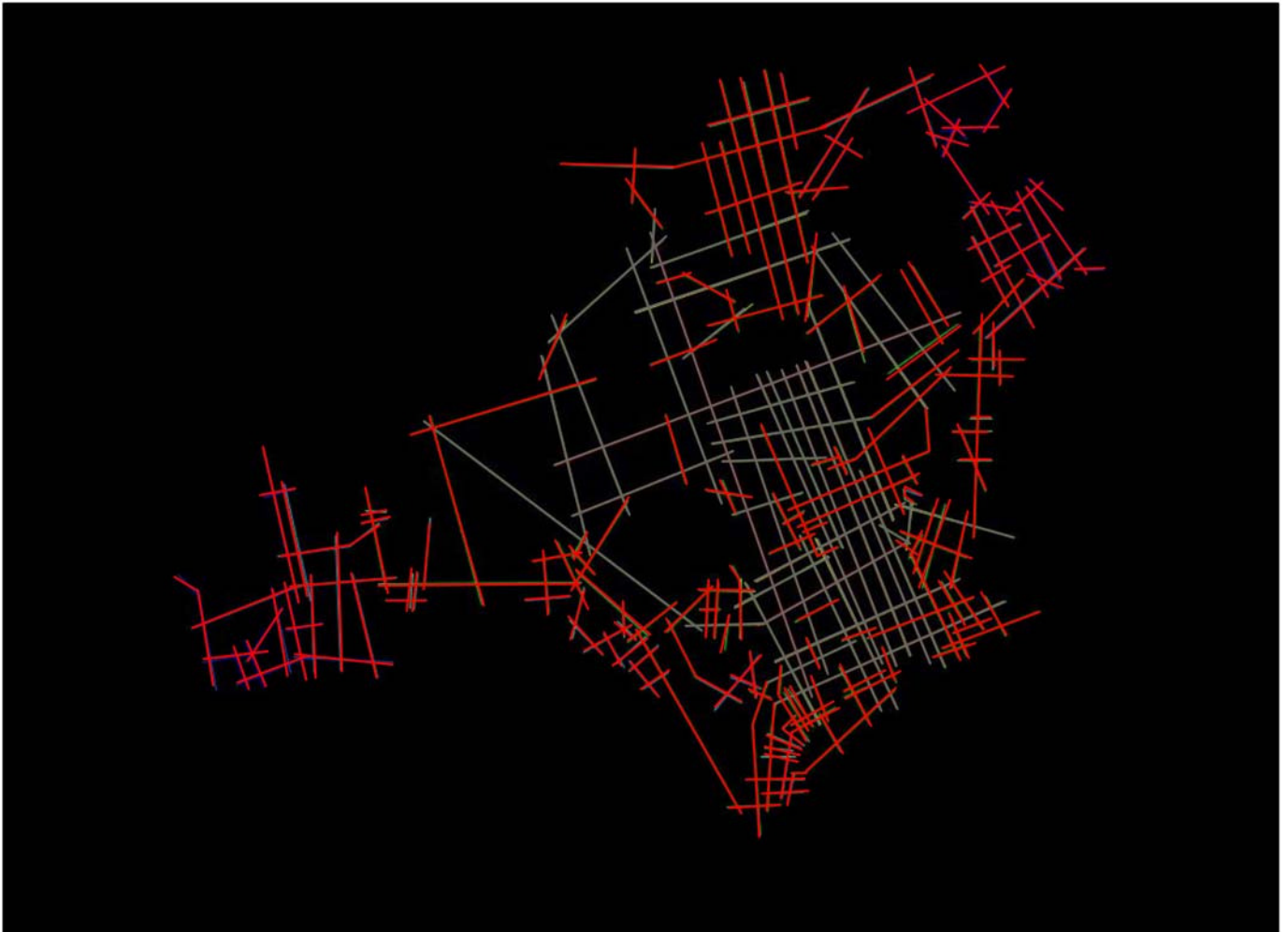
Mapa I; Planta da cidade do Rio de Janeiro novamente erecta pelo Vcde. De Villiers de L'ile Adam gravada por H. J. Leonhard. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1850. Arquivo da Biblioteca Nacional (detalhe). Destacados, os logradouros pertinentes ao estudo.



Mapa 2; simplificação do desenho urbano carioca. Em destaque, os espaços transpostos pelo cortejo de Deodoro da Fonseca.



Mapa 3; Quadro de integração espacial do centro urbano carioca



Mapa 4; *Quadro de integração espacial do centro urbano carioca (em destaque os lugares de menores integrações)*



Mapa 5; 1844: pequeno comércio do centro carioca (segundo o Almanak Laemmert)



Mapa 6; 1849: pequeno comércio do centro carioca (segundo o Almanak Laemmert)



Mapa 7; 1854: pequeno comércio do centro carioca (segundo o Almanak Laemmert)



Mapa 8; 1859: pequeno comércio do centro carioca (segundo o Almanak Laemmert)



Mapa 9; 1864: pequeno comércio do centro carioca (segundo o Almanak Laemmert)



Mapa 10; 1869: pequeno comércio do centro carioca (segundo o Almanak Laemmert)



Mapa 11; 1874: pequeno comércio do centro carioca (segundo o Almanak Laemmert)



Mapa 12; 1879: pequeno comércio do centro carioca (segundo o Almanak Laemmert)



Mapa 13; 1884: pequeno comércio do centro carioca (segundo o Almanak Laemmert)



Mapa 14; 1889: pequeno comércio do centro carioca (segundo o Almanak Laemmert)



Mapa 15; 1859: mapa misto do pequeno comércio carioca (Almanak Laemmert)



Mapa 16; 1864: mapa misto do pequeno comércio carioca (Almanak Laemmert)



Mapa 17; 1869: mapa misto do pequeno comércio carioca (Almanak Laemmert)



Mapa 18; 1874: mapa misto do pequeno comércio carioca (Almanak Laemmert)



Mapa 19; 1879: mapa misto do pequeno comércio carioca (Almanak Laemmert)



Mapa 20; 1884: mapa misto do pequeno comércio carioca (Almanak Laemmert)



Mapa 21; 1889: mapa misto do pequeno comércio carioca (Almanak Laemmert)

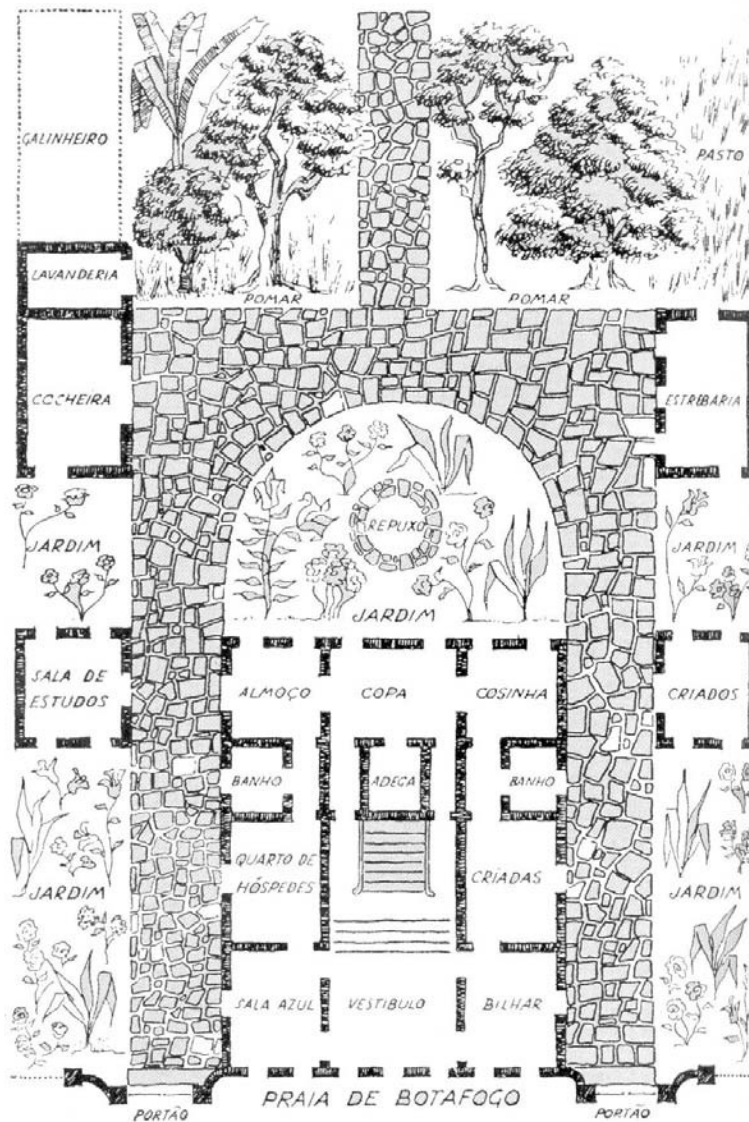
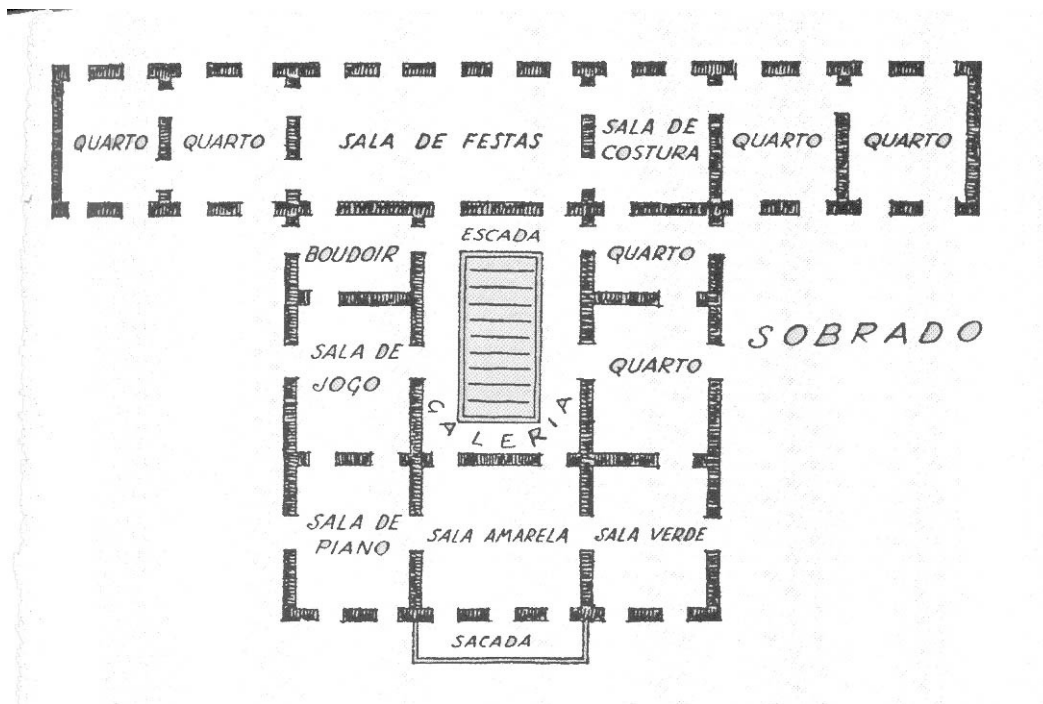


Fig. 4; Planta baixa do casarão do Barão de Itambi, em Botafogo.
Pavimento térreo.

Ilustração retirada de FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos.
São Paulo: Global editora, 2003.



*Fig. 5; Planta baixa do casarão do Barão de Itambi, em Botafogo.
Segundo pavimento.
Ilustração retirada de FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos.
São Paulo: Global editora, 2003.*

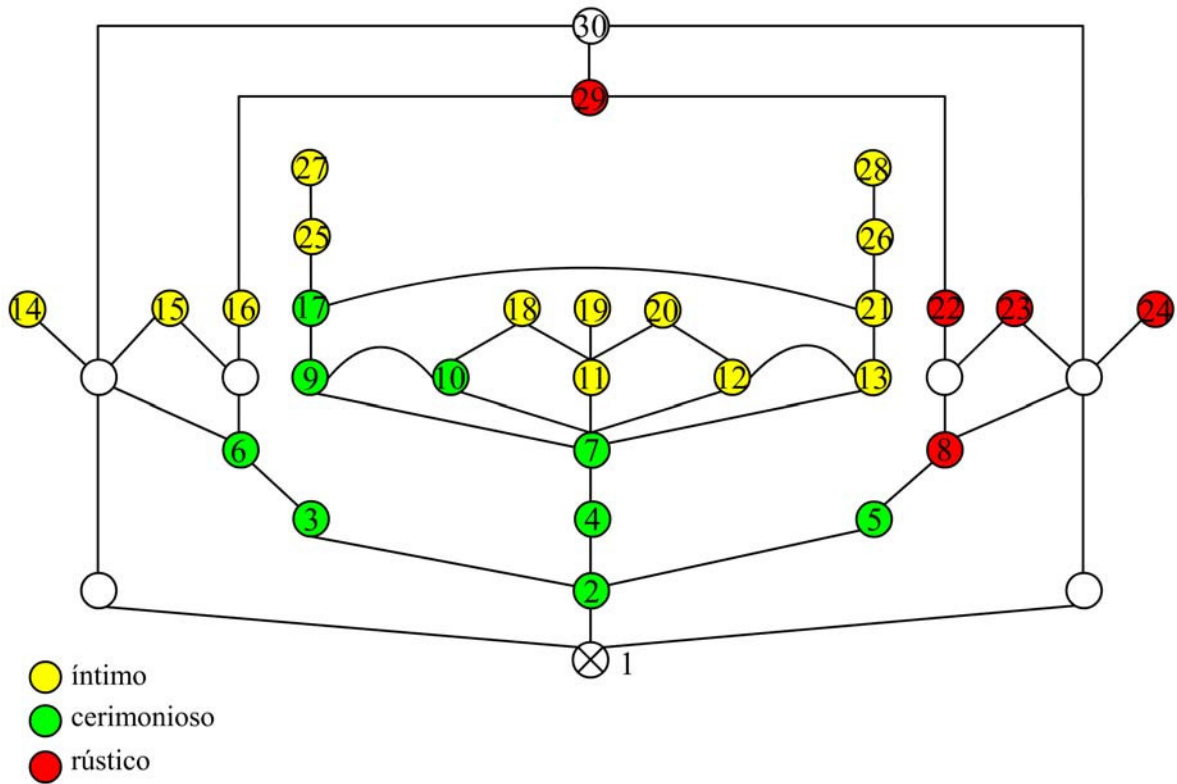


Fig. 6; Grafo justificado dos espaços do sobrado do barão de Itambi a partir do espaço exterior (marcado como n° 1); espaços classificados segundo seu uso.

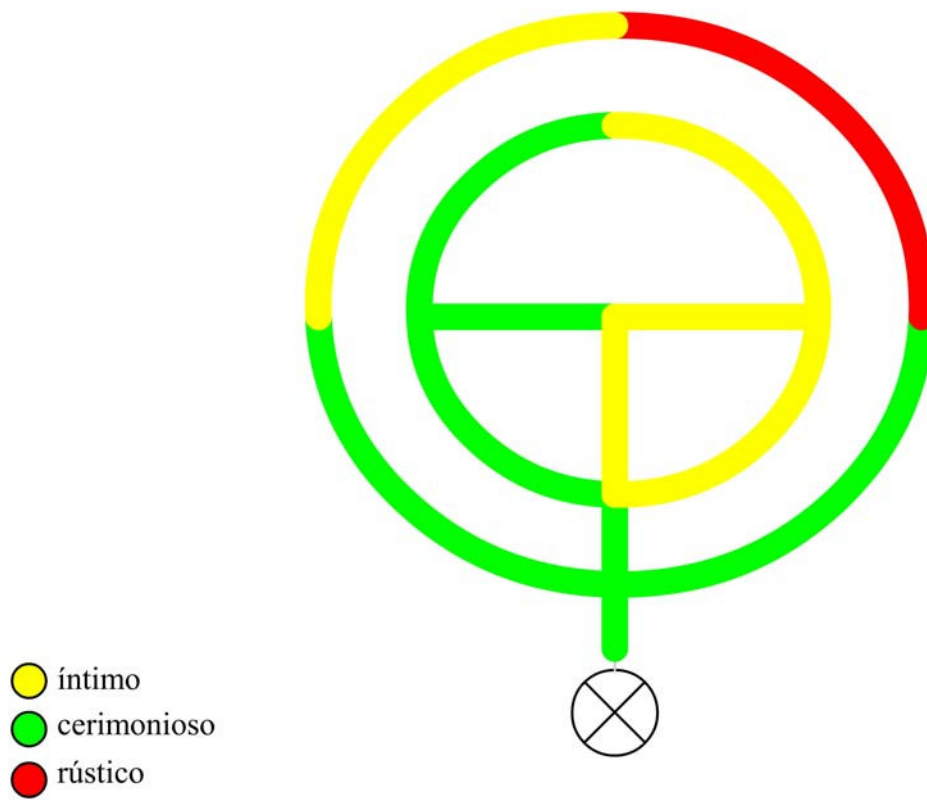


Fig. 7; simplificação do grafo justificado do casarão do barão de Itambi segundo usos dos espaços. Círculo externo: pavimento térreo; círculo interno: sobrado.

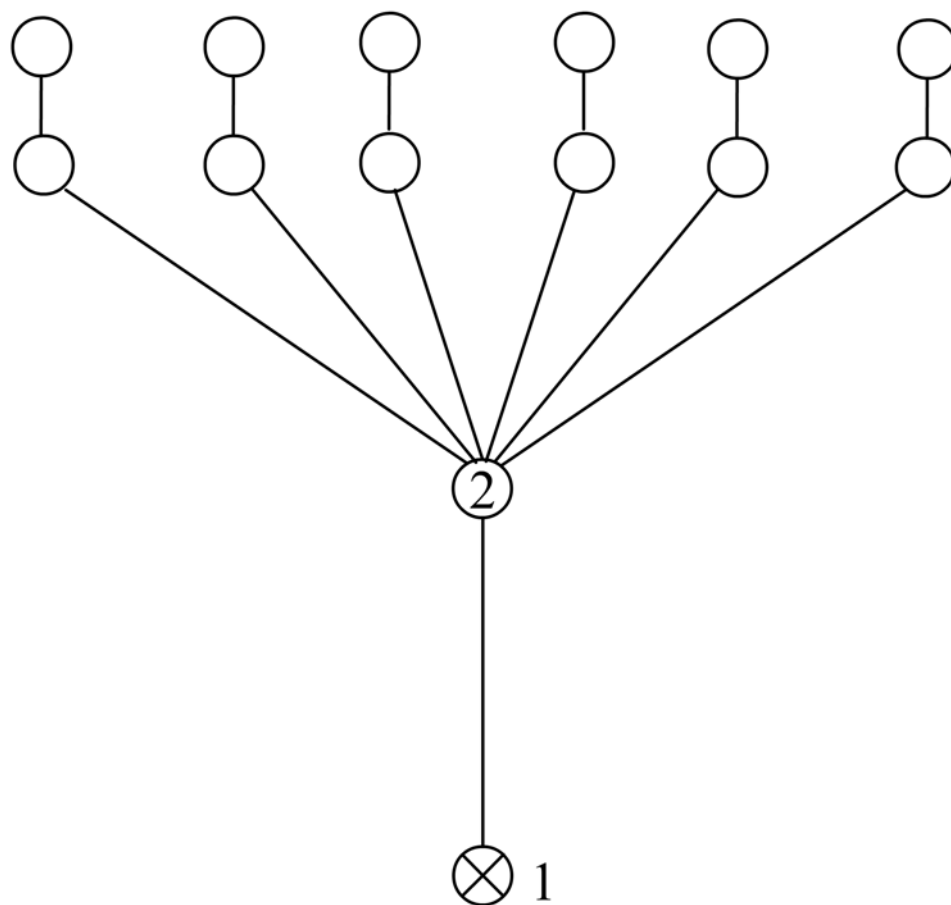


Fig. 8; grafo justificado segundo um modelo de cortiço em relação ao espaço externo (representado pelo n°1). A grande integração do pátio central, espaço n° 2, ao mediar a entrada e as casas – dispostas nos recantos mais profundos do desenho.